

RESUMO

Este trabalho pretende analisar os principais centros de pós-graduação e de pesquisa em economia localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro, a partir do levantamento de documentos, programas, regulamentos e publicações de seus principais expoentes. Também pretendemos utilizar depoimentos desses expoentes para entender como os processos decisórios foram analisados de “dentro” da instituição. A história da vida do entrevistado permite que entremos no mundo das emoções, nos limites da racionalidade do ator histórico. Ao quebrarmos o esquematismo simplista, podemos desvendar as relações entre o indivíduo e a rede histórica. A memória, com suas falhas, distorções e inversões, torna-se um elemento de análise para explicar o presente, a partir da compreensão do passado sob a ótica de quem vivenciou os fatos.

PALAVRAS-CHAVES

Retórica; Inflação; Heterodoxia; Ortodoxia; Monetarismo; Estruturalismo; Desenvolvimento econômico; Metodologia.

ABSTRACT

This research analyzes the main graduate centers and research institutes in economics in São Paulo and Rio de Janeiro, from their documents, syllabus, rules and the published material of their main members. We also intend to use some conversations with that members in order to understand how the decision process was analyzed from the inside. The interviewed life history allows us to enter in the world of emotions, in the rationality bounds of the historical actor. When we broke the standard sketch, we can develop relations between the agent and the historical network. The memory with its faults, distortions, and inversions becomes an

analysis' instrument to explain the present from the understanding of the past through someone that has lived the facts.

KEY WORDS

Rhetoric; Inflation; Heterodoxy; Orthodoxy; Monetarism; Structuralism; Development economics; Methodology.

SUMÁRIO

I.	Introdução	6
II.	Desenvolvimento da ciência econômica no Brasil	8
1.	Primórdios: 1930-64.....	8
1.1.	O bacharelado em Economia e a criação das universidades	17
1.2.	As faculdades de Economia no Rio de Janeiro.....	23
1.3.	As faculdades de Economia em São Paulo.....	36
2.	Maturidade: 1964-79	44
2.1.	EPGE-FGV-RJ	47
2.2.	IPE e FIPE-USP	52
2.3.	IE-UNICAMP.....	55
2.4.	PUC-RJ	58
2.5.	IEI-UFRJ	60
2.6.	EAESP-FGV-SP.....	65
III.	Sistematização de corpo docente, programas selecionados e elenco de disciplinas dos centros estudados.....	69
1.	Conclusões	91
1.1.	Macroeconomia	95
1.2.	Microeconomia.....	96
IV.	História oral.....	97
V.	Considerações finais.....	171
VI.	Siglas citadas	182

1. Instituições citadas	182
2. Outras siglas utilizadas	185
VI. Bibliografia selecionada e referências bibliográficas	188

ÍNDICE DE QUADROS

1. Organismos governamentais e instituições de estudos econômicos (1930-64) ..	16
2. EPGE - fundação em 1966.....	70
3. EPGE-FGV - 1985.....	71
4. EPGE - 1995.....	72
5. USP - fundação do IPE, em 1964.....	74
6. FIPE - 1985	75
7. FIPE - 1995	77
8. PUC-RJ - fundação em 1977	79
9. PUC-RJ - 1987	81
10. IEI-UFRJ - fundação em 1979	83
11. IEI-UFRJ - 1985	84
12. IEI-UFRJ - 1995	85
13. FGV-SP - 1985	86
14. FGV-SP - 1989	87
15. FGV-SP - 1995	89
16. Classificação geral dos centros	180
17. Classificação dos centros em função da contribuição para a teoria de inflação	180
18. Classificação dos centros em função da contribuição para desenvolvimento...	181

AUTONOMIA DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA: UMA ABORDAGEM INSTITUCIONAL E DE HISTÓRIA ORAL

*José Marcio Rebolho Rego**

I. INTRODUÇÃO

O estudo sistematizado de economia no Brasil teve início há cerca de 50 anos. A primeira escola de graduação em economia foi criada em 1945, no Rio de Janeiro. Já a história da criação dos cursos de pós-graduação é relativamente recente e relaciona-se aos desdobramentos institucionais dos cursos de graduação em Administração, Economia e Ciências Sociais, assim como aos processos históricos brasileiros, particularmente aqueles relativos à implantação das universidades e à construção do Estado Nacional sob a égide do desenvolvimento industrial, administrativo, tecnológico e científico.

Nessa mesma época, foram criadas algumas instituições relevantes da economia nacional: SUMOC, Fundação Getúlio Vargas, BNDE. Os institutos de ensino se estabeleceram, inicialmente, objetivando suprir a tecnoburocracia estatal. Acabaram por gerar também os dirigentes das indústrias recém-criadas. Assim, desde o princípio, a conexão academia/burocracia econômica foi muito forte. Por exemplo, o corpo docente dos centros que pretendemos estudar sempre ocupou uma posição relevante na burocracia estatal (Duran e Lima, 1992), sendo responsável por uma série de decisões que definem os rumos do País.

* Agradecimentos aos alunos que participaram da pesquisa que originou o presente relatório como auxiliares de pesquisas, Ciro Biderman e Luis Felipe Lebert Cozac.

** Este relatório foi concluído em junho de 1996.

Por outro lado, certamente as idéias desses pensadores influenciaram sua atividade político-econômica e esta pode ter influenciado o desenvolvimento dos centros nos quais eram expoentes. Ora, se não existe um pensamento econômico autônomo, significa que não podemos ter uma política econômica autônoma, o que é muito relevante para a história econômica do País.

O aprendizado da teoria econômica, tal qual nos é apresentado pelas universidades, tem sido efetuado de acordo com dois modelos distintos. No modelo que Arida (1984) denominou *hard science*, o estudante de economia ignora a história do pensamento econômico. As listas de leitura não contêm textos escritos há mais do que cinco ou seis anos, com honrosas exceções. Essa visão está associada à existência de uma fronteira no conhecimento econômico. Em contraposição, no modelo *soft science*, o estudante deve dominar os clássicos do passado, em detrimento da sua familiaridade com os desdobramentos mais recentes da teoria, supondo que não reexaminar as tradições implica a perda de conteúdo informacional ao longo do tempo. É claro que essas definições são estilizadas e seria difícil afirmar que uma universidade brasileira é estritamente *hard* ou *soft*. No entanto, alguns centros de pós-graduação tendem mais para um modelo do que para outro.

Um dos objetivos desta pesquisa é verificar como os centros estudados estariam posicionados com relação aos dois modelos, e como isso influenciou a formação dos seus corpos docente e discente. O problema deve ser colocado sob dois aspectos: a influência dos centros sobre os autores e dos autores sobre o centro. Além disso, este estudo procura associar a criação dos centros à história econômica do País. Veremos como os centros tiveram um papel relevante na história econômica recente do País.

Por outro lado, Economia é uma ciência que se ocupa do comportamento humano. Esse comportamento é influenciado por normas que funcionam como restrições internas. Essas restrições podem ser diferentes em função do ambiente, da geografia, da cultura e das instituições dadas. Os economistas brasileiros pensam sobre

economia brasileira em função dessas restrições às quais também estão sujeitos. Porém, é importante insistir que não é pelo fato de estarem sujeitos às mesmas restrições que os economistas brasileiros devem se comportar uniformemente. O que estamos destacando é que pode existir algum padrão de influência que separe os economistas brasileiros de seus pares norte-americanos ou europeus.

Assim, na primeira parte deste relatório, contextualizamos brevemente o período de criação dos centros. Parte das respostas para as nossas perguntas, sem dúvida, está na história econômica e institucional dessa classe que estamos estudando, os economistas. Assim, em seguida, realizamos uma descrição da história institucional dos centros. A partir desse ponto, auxiliados pela análise dos programas e dos participantes dos centros, tentamos classificá-los. A questão da autonomia é analisada a partir da contribuição teórica e prática (especialmente como dirigentes políticos) dos economistas brasileiros em dois campos principais: inflação e desenvolvimento. Finalmente, reforçamos nossas conclusões a partir da análise de uma série de depoimentos de alguns economistas brasileiros relevantes.

II. DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA ECONÔMICA NO BRASIL

1. PRIMÓRDIOS: 1930-64

O período de 1935 a 1964 caracterizou-se por promover um gradual e progressivo desenvolvimento das ciências econômicas. Isso articulou-se ao progresso das ciências administrativas e das ciências sociais. O aperfeiçoamento desses campos de saber guardavam íntima relação com os desenvolvimentos histórico e econômico brasileiros, ou seja, relacionava-se ao processo de industrialização e de transformação de uma economia de tradição agrário-exportadora - herdada dos tempos coloniais - para uma economia de mercado. Tal transformação se dava sob a

influência da conjuntura internacional, tanto do ponto de vista político quanto do econômico. A queda do preço do café e a penúria cambial foram apontadas por Simonsen (1985) como elementos do Brasil da década de 30 que expressaram essa articulação do cenário internacional e de expansão do capitalismo com o cenário nacional, caracterizado pela crise da oligarquia e do desenvolvimento industrial emergente.

Segundo Canabrava (1984), entre 1930 e 1945 desenhava-se lentamente um “novo Brasil”, com novos ingredientes e novas categorias da vida política e econômica. Tais fatos são vistos como diretamente relacionados ao advento da Segunda República (1930-37) e do Estado Novo (1937-45), assim como ao “declínio da economia agrícola, exportadora de bens primários, e a emergência da indústria, como fator dinâmico da economia brasileira”.

O processo de industrialização iniciado na década de 30 e intensificado na década de 50 gerou elevados índices de crescimento econômico e uma mudança significativa na composição do produto. No período que vai de 1950 a 1974, o Produto Interno Bruto cresceu 514,31%. Mesmo excluindo o período do milagre (1970-74), o produto cresceu 258,91%, o que implica uma taxa anual média de crescimento de 6,60%¹. Fica também claro que o setor dinâmico desse crescimento foi a indústria. A média de participação da indústria no PIB entre 1950 e 1954 não era diferente da participação da agricultura. Entre 1970 e 1974 esse quadro está completamente alterado: a indústria passa a representar 37,63% contra apenas 11,87% da agricultura. O setor de serviços não altera significativamente sua participação de cerca de 51%.

¹ Se incluímos o período 1970-74, a taxa anual média pula para 7,53%. Se considerarmos que entre 1963 e 1965 o crescimento do produto foi muito abaixo da média (0,6%; 3,4% e 2,4% respectivamente), o que, inclusive, permitiu a realização do milagre, nota-se que o crescimento desse período foi realmente extraordinário.

Tabela: Crescimento real do PIB e distribuição setorial - 1950 a 1974

Período	Crescimento real do PIB	Distribuição Setorial do Produto		
		Agricultura	Indústria	Serviços
1950-54	35,68%	24,14%	24,93%	50,93%
1955-59	46,69%	20,11%	28,97%	50,92%
1960-64	31,74%	16,88%	32,57%	50,55%
1965-69	36,88%	13,38%	33,35%	53,27%
1970-74	71,16%	11,87%	37,63%	50,31%
acumulado	514,31%	17,28%	31,49%	51,19%

Fonte: Baer (1996); Censos Industriais de 1950 a 1975

Um dos marcos do início da década de 50 é a criação da Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU)² que acaba por conduzir à criação do BNDE (atual BNDES). Os estudos realizados pela CMBEU foram sistematicamente utilizados no preparo de projetos financiados pelo BNDE, concentrados em industrialização e infra-estrutura. A idéia de crescimento acelerado, que ficou conhecida como *desenvolvimentismo*, atingiu seu ápice em Juscelino. Nos anos JK, o progresso da indústria (especialmente a automobilística³) e da infra-estrutura foi notável. O acelerado crescimento populacional também reforçava esse tipo de visão.

O financiamento da industrialização e da infra-estrutura ocorreu basicamente com a participação direta ou indireta do governo. Como o fornecimento de créditos de longo prazo é uma condição básica para a industrialização, e os mercados financeiros ainda não eram desenvolvidos o suficiente, tornou-se indispensável a criação de bancos de financiamento. Durante os anos 50, cerca de 70% dos recursos do BNDE financiaram projetos de infra-estrutura e, na década de 60, deu-se ênfase à indústria pesada⁴. Nos anos 50, esperava-se que os governos locais e a iniciativa privada garantissem os investimentos necessários para o setor, no entanto, como se

² A CMBEU, instalada oficialmente em 19 de julho de 1951, composta por técnicos brasileiros e americanos, pretendia realizar um plano de cinco anos para “reabilitação econômica e reaparelhamento industrial”.

³ Cabe destacar a participação do GEIA, Grupo Executivo da Indústria Automobilística, na rápida verticalização da produção automotiva no País.

⁴ Suzigan, Pereira e Almeida (1972).

demonstrou inviável⁵, o BNDES, como co-financiador, acabou assumindo parte das ações dessas empresas.

Além do BNDE, deve-se destacar o Banco do Nordeste do Brasil, que acabou se tornando o principal financiador da SUDENE, órgão idealizado por Celso Furtado, seu primeiro superintendente, que pretendia melhorar os problemas de desequilíbrios regionais que estavam se agravando no Brasil do início dos anos 60. Paralelamente, ocorria uma expansão do Banco do Brasil e de diversos bancos estaduais, especialmente o Banco do Estado de São Paulo⁶.

Todas essas instituições (vide Quadro I para uma descrição completa) foram os principais locais do governo onde os economistas atuaram durante esse período. Essas instituições sempre tentaram manter uma certa autonomia frente às pressões externas, calcadas na “capacidade técnica” do grupo de decisão. A preocupação maior dos economistas desse período era o desenvolvimento, ou melhor, a superação do subdesenvolvimento (Bielschowsky, 1988). Nessa época, aparecem importantes correntes do pensamento econômico brasileiro (Quadro I). O debate Simonsen/Gudin, talvez seja a primeira manifestação pública do debate teórico que começava a aparecer nas universidades.

Não é por acaso que os primeiros cursos de economia surgem exatamente nesse período, em 1945 no Rio de Janeiro com a Universidade do Brasil (atual UFRJ) e em 1946, em São Paulo, com a FEA-USP. As escolas surgem no contexto desse processo mais amplo, identificado, muitas vezes, como o da modernização do País. Como dissemos, essas profundas transformações políticas, econômicas e sociais estavam ocorrendo desde os anos 30. Na realidade, apenas em 1943, a lei orgânica do ensino comercial referendou o primeiro ciclo do ginásial ou normal como

⁵ A Usiminas e a Cosipa, por exemplo, foram construídas pelos governos estaduais ainda na década de 50.

⁶ Curiosamente, o BANESPA origina-se da mudança de nome, em 1926, do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, criado em 1909 para promover a defesa de preços do café.

introdutório para o curso comercial básico⁷. Essas duas escolas iriam criar, na década de 60, seus centros de pós-graduação e importantes institutos de pesquisa.

As empresas estatais e privadas demandavam economistas e administradores. A administração federal também carecia de mão-de-obra mais específica. Em 1944, foi criada, no Rio de Janeiro, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) que iria gerar, na década de 60, importantes centros de pós-graduação e pesquisa em Economia: a Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) e o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), presidido por Octávio Bulhões. O seu braço paulista vai gerar, 10 anos depois, a mais importante escola de administração do País, a EAESP. Inicialmente, professores da Universidade de Michigan lecionavam seus cursos em inglês, que eram traduzidos simultaneamente pelos futuros professores da EAESP. Em 1945, é criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), a partir de decreto redigido por Octávio Bulhões, e, em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que teve Roberto Campos e Celso Furtado como importantes membros.

O aumento da importância dos economistas na elite dirigente está diretamente ligado à criação dessas instituições. A inter-relação entre a criação de instituições de controle da economia e os centros de estudos de economia é muito clara ao analisarmos esse período. Estava também ligado à tendência mundial de regulamentação e planejamento que se estabeleceram de maneira crescente a partir da Segunda Grande Guerra. Além do mais, estava relacionado com o pensamento keynesiano que causava uma verdadeira mudança de paradigma no pensamento econômico mundial.

Apesar de a tendência se inserir num quadro de mudanças mundial, no Brasil se deu de maneira particular. Durand (1992) analisa comparativamente a participação dos

⁷ É interessante observar que, em 1808, o decreto do príncipe regente, o futuro D. João VI, instituiu a primeira cadeira e aula pública dedicada à Economia Política, indicando o futuro Visconde de Cairu, autor de *Princípio de Economia Política*, como seu professor. Vide Canabrava (1984), pág. 23.

economistas na elite dirigente. Na França, por exemplo, o controle executivo da economia se deu mais pelos formados nas chamadas *Grandes Écoles* como a *École Nationale de Administration*, *École Polytechnique*, etc. As escolas de economia não tiveram a supremacia nessa área. Também nos Estados Unidos, os economistas geralmente ocupam cargos de assessoria ou de funcionários burocráticos, sem poder permanecer no cargo público por muito tempo sob pena de perder prestígio acadêmico⁸.

O esforço de Durand é justamente encontrar uma explicação adicional para verificar como as elites dirigentes brasileiras apresentaram, e continuam apresentando, uma supremacia dos economistas. As conclusões mais gerais da autora são que essa posição dominante está relacionada às características sociais dos pioneiros na ciência econômica, bem como ao trabalho de montagem institucional dentro do aparelho de Estado e nos meios intelectuais e universitários. É interessante destacar que o fluxo não se deu apenas da academia para o serviço público. Altos funcionários do governo e do setor privado acabaram sendo atraídos para o estudo da ciência econômica, em princípio como autodidatas, a partir da sua participação nas decisões econômico-financeiras da nação. Os exemplos mais relevantes desse período são Gudín, Campos, Bulhões e Rangel.

Ao analisar as raízes da instabilidade institucional do regime de 1946 a 1964, Lamounier *et alii* (1994) apontam-nos que os modelos econômico e político - que se desenvolveram paralelamente ao primeiro período acima referido do desenvolvimento da ciência econômica - nasceram sob inspiração e liderança da Getúlio Vargas e sustentaram-se sobretudo através do planejamento da industrialização substitutiva das importações. Para esse autor, se por um lado tal modelo nos conduziu ao crescimento, por outro também criou “entraves ao desenvolvimento”, tais como o fechamento da economia, o excesso de intervenção empresarial e regulatória do Estado, inflação crescente e concentração de renda. No plano político, Bolívar aponta para uma democracia instável, aliada à concentração

⁸ Klamer e Colander (1990).

socioeconômica e tensões na industrialização. A constitucionalidade democrática suspensa e o regime autoritário de 1937 a 1945 são vistos como precedentes às raízes da referida instabilidade institucional de 1946 a 1964.

Ainda segundo Lamounier, os anos pós-30 envolveram centralização de poder e expansão da máquina administrativa (no sentido de uma “ossatura burocrática mais robusta”). Isto se dava diante de um abandono dos cânones liberais da economia agrário-mercantil em prol de um fortalecimento do “capital plebiscitário” de Getúlio Vargas e de uma progressiva articulação do projeto nacionalista e internacionalista. O período de 1946-64 é visto como “experimento democrático”, no qual segue curso a “modernização e complexização das estruturas social, econômica e institucional”.

Esse desenvolvimento histórico irá determinar, na década de 50, conforme nos salienta Simonsen (1985), uma transformação da industrialização substitutiva de importações de “expediente conjuntural” a uma “doutrina de desenvolvimento”. Assim, na década de 30, a ciência econômica acompanha o desenvolvimento histórico. Nessa década, a Economia era uma disciplina que integrava os cursos de Engenharia e Direito - sendo que no primeiro havia a admiração pela matemática e, no segundo, uma ênfase no caráter histórico. Na década de 40, a ciência econômica já estabelece sua autonomia em relação às escolas isoladas que foram inseridas conjuntamente à ciência econômica e outros campos do saber nas referidas universidades conglomeradas.

Na realidade, as escolas de Economia nasceram dentro de uma controvérsia quanto ao seu sentido. Por um lado, os egressos das escolas de comércio e contabilidade, que não tinham *status* universitário, viam na instituição de um curso universitário de economia a possibilidade de obtenção desse *status*. Um outro grupo representado principalmente por Gudin e Bulhões acreditava que as faculdades de Economia deveriam ser orientadas para formação de quadros de dirigentes necessários para a

modernização do Estado⁹. A visão de Gudin e Bulhões acabou saindo vencedora com a criação da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil.

Essa vitória está relacionada em parte ao grupo social dos membros dessa corrente e suas ligações com o poder. O quadro abaixo, extraído de Loureiro (1992), dá uma idéia de como os criadores das universidades de Economia no Rio de Janeiro estiveram sempre nos postos-chave da ação executiva do governo. No entanto, não se pode dizer exatamente o mesmo com relação a São Paulo. Apesar de a exposição de motivos para a criação de uma Faculdade de Economia e Finanças propor-se a uma “nova experiência cultural”¹⁰, ou seja, definir-se por uma ruptura com as faculdades de comércio, a faculdade de economia da USP era freqüentada especialmente por alunos provenientes de um extrato social mais baixo que haviam freqüentado escolas técnicas de comércio e, sem condições de freqüentar as escolas de Direito ou Engenharia, aproveitavam a Faculdade de Economia para subir seu *status* social.

O fato de o Rio de Janeiro ser o centro político do Brasil permitiu que a orientação inicial dos seus criadores se mantivesse. Isso porque uma boa parte dos formandos nas faculdades de Economia podiam encontrar posição nas novas agências de gestão econômica. Além disso, cabe ressaltar o papel da Fundação Getulio Vargas, absorvendo também muitos dos formandos através dos seus centros de estudo.

⁹ A participação de Gudin na criação das faculdades cariocas pode ser encontrada em Borges (1995) e será analisada mais adiante dentro do estudo do caso da FGV-RJ.

¹⁰ Canabrava (1981).

Quadro I: Organismos Governamentais e Instituições de Estudos Econômicos (1930-64)

Nome/data da criação	Principal função	Integrantes a destacar
Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE) (1934-45)	Controle do comércio exterior. Coordenação das atividades econômicas durante o Estado Novo (embrião do Min. do Planejamento).	Jesus Soares Pereira
Seção de Estudos Econômicos/ Ministério da Fazenda	Assessoria do Ministro Souza Dantas (Estado Novo).	Octávio Gouveia de Bulhões, Eduardo Lopes Rodrigues
Departamento de Estatística e Estudos Econômicos/Banco do Brasil	Elaboração de estudos econômicos e estatísticos.	Casimiro Ribeiro, Aldo Batista Franco, José Nunes Guimarães
DASP	Controle do orçamento (“superministério do Estado Novo”).	Simões Lopes, Arizio Viana, Celso Furtado, Cleanto Paiva Leite
Comissão de Mobilização Econômica (1942)	Organização de recursos econômicos durante a guerra.	Valentim Bouças, Lucas Lopes, Glycon de Paiva
Conselho de Planejamento Econômico (1944)	Órgão Consultivo da Presidência (Estado Novo).	Eugênio Gudín, Dias Leite, Jorge Kafuri
Conselho Nacional de Política Industrial-Comercial (1944)	Órgão Consultivo da Presidência (Estado Novo).	Roberto Simonsen
SUMOC/Banco do Brasil (1945)	Controle da política monetária e cambial (embrião do Banco Central).	O. G. Bulhões, Herculano Borges da Fonseca, C. Ribeiro, Dênio Nogueira, Eduardo Gomes Jr., Sydney Latini, Paulo Lira, Guilherme Pegurier, Basílio Machado
Comissão Abbink (1948)	Debate de problemas econômicos.	O. G. Bulhões, Genival Santos
FGV (1944)/IBRE (1951)	Formação de quadros para a gestão econômica. Centro de estudos econômicos aplicados.	S. Lopes, A. Viana, E. Gudín, O. G. Bulhões, Garrido Torres, D. Nogueira, Alexandre Kafka, M. H. Simonsen, Julian Chacel, Isaac Kerstenetzki
Conselho Nacional de Economia (CNE) (1949)	Órgão Consultivo da Presidência.	O. G. Bulhões, Garrido Torres, D. Nogueira
Carteira de Exportação e Importação (CEXIM/BB) (1951)	Controle do Comércio Exterior.	S. Lopes, Roberto Campos, C. Ribeiro, G. Torres, A. B. Franco
Comissão Mista Brasil EUA (1951)	Debate de problemas econômicos.	R. Campos, L. Lopes, G. de Paiva, V. Bouças
Assessoria Econômica de Vargas (1952-54)	Elaboração de estudos e subsídios para as decisões na área financeira.	Rômulo de Almeida, J. S. Pereira, C. P. Leite, I. Rangel
BNDE (1952)	Financiamento do desenvolvimento econômico.	R. Campos, L. Lopes, G. de Paiva, C. P. Leite, I. Rangel, Américo Barbosa de Oliveira
CEPAL/Nações Unidas (1948)	Estudos para a formulação de políticas econômicas para o desenvolvimento da América Latina.	Celso Furtado
Grupo Misto BNDE/CEPAL (1948)	Formulação de programas de ação conjunta.	Celso Furtado, R. Campos, Aníbal Vilela
Grupos Executivos do Plano de Metas do governo JK (1956-60)	Elaboração e implementação de programas para o desenvolvimento dos setores econômicos.	R. Campos, G. de Paiva, L. Lopes, S. Latini
ISEB (1958-64)	Estudos e formação de quadros para organismos governamentais ligados ao desenvolvimento nacional.	Ewaldo Correio Lima, I. Rangel, R. Almeida, João Paulo A. Magalhães

Fonte: Durand (1992).

1.1. O bacharelado em Economia e a criação das universidades

O ensino de Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, como faculdade autônoma, iniciou-se oficialmente em 1945, sendo que a Universidade fora criada em 1920. A Faculdade de Administração da USP (FEA) foi inaugurada em 1946, doze anos após a criação da segunda Universidade brasileira em 1934. Já na PUC-RJ, o estudo de Economia teve seus embriões em 1932, no Instituto Católico de Estudos Superiores, tendo se desenvolvido de forma regulamentada por lei na década de 40, primeiramente com a criação das Faculdades (1940) e, posteriormente, sob a condição de Universidade (1946). A década de 40 foi decisiva na formalização e institucionalização do estudo da Economia em nosso país. A Economia enquanto ciência ganhava contornos mais explícitos e bem-delineados. Às experiências da USP, UFRJ e PUC veio somar-se a Fundação Getúlio Vargas. Fundada em 1944, desde sua origem assumiu importância vital no cenário do desenvolvimento das ciências econômica e administrativa. Após a implantação, seguiu-se sua expansão em várias áreas no campo das ciências sociais.

Canabrava (1984) aborda os primórdios do estudo da Economia nas áreas de Engenharia, Direito e Comércio. Menciona a Escola Politécnica de São Paulo (fundada em 1892 como Escola Superior de Matemática e Ciências Aplicadas às Artes e à Indústria) e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (fundada em 1858). Em relação à primeira, frisa que inicialmente desenvolveu o estudo da Higiene e Economia Industrial, que posteriormente seria substituído pela Economia Política, Direito Administrativo e Estatística. A partir de 1900, aumenta-se o leque de disciplinas afins à economia, tal como Contabilidade e Organização das Indústrias. Já na Politécnica do Rio de Janeiro, incluía-se igualmente as disciplinas de Economia Política, Direito Administrativo e Estatística, assim como assuntos relativos à demografia, juros e seguro de vida no ensino da matemática financeira e atuária. Assim, ressalta que “é entre os engenheiros que nos encontramos com uma formação mais aproximada de muitos problemas que estão na base das preocupações do economista, relacionados com a indústria, exploração dos recursos naturais e

vários aspectos do funcionamento da atividade econômica, a que se acrescenta o interesse que assume, para o engenheiro, a dimensão quantitativa, expressa na importância do ensino da matemática”¹¹.

Em comparação com o estudo da Economia no Direito (no qual a prevalência era a do ângulo do jurista), a autora contrapõe a perspectiva das escolas de Engenharia, “cuja preocupação diretriz tendia para os aspectos técnicos”¹². Em ambas áreas, porém, a economia política era vista como parte da formação da cultura geral.

Na área comercial, a autora aponta a Academia de Ciências Comerciais do Rio de Janeiro (fundada em 1902) como paradigma do ensino comercial no Brasil. No texto legal, os objetivos institucionais eram qualificados como “técnicos”. Não obstante, a autora aponta para um número limitado de disciplinas técnicas no curso que conferia grau superior em Ciências Econômicas e Comerciais, enquanto os cursos de função propedêutica com referência ao superior eram voltados ao interesse prático de formar contadores. No curso superior, procurou-se “colocar horizontes largos na consideração dos fenômenos econômicos”, muito embora a ênfase nos estudos de Direito tenha prevalecido em detrimento de uma especificidade do econômico enquanto fulcro do currículo.

Assim, para compreender o processo de criação das Faculdades de Economia, torna-se necessário verificar o processo de criação das próprias universidades. A primeira Universidade brasileira foi a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920. Anteriormente à sua criação, o ensino superior brasileiro caracterizava-se pela existência de escolas isoladas. As primeiras foram as escolas médicas da Bahia e do Rio de Janeiro, surgidas após a vinda da corte portuguesa ao Brasil. No século XIX, foram numerosas as tentativas fracassadas de criação de universidades. Em 1823, a Constituinte do Império quis fundar duas universidades; no regime monárquico,

¹¹ Canabrava (1984), pág. 26.

¹² Canabrava (1984), pág. 27.

houve novas cogitações entre 1823 e 1825.¹³ Segundo Fraga e Siano (1991), citando Souza Campos, houve “aproximadamente 30 tentativas” de criação de universidades no Brasil que afiguraram-se como “sonhos prematuros”: jesuítas, 1553; franciscanos, 1776; Inconfidência Mineira, 1792; ou “projetos inviáveis”: Bahia, 1808; Rio de Janeiro, 1816, 1818, 1823, 1825 e 1826; São Paulo, 1827, etc.¹⁴

Ainda segundo esses autores, o padrão brasileiro de ensino superior teria nascido nas Faculdades e escolas superiores isoladas. Tal padrão seria caracterizado por ser “estrutural e dinamicamente vinculado à organização econômica, social e política de uma sociedade dependente”. O cientificismo nascente implantado por Pombal teria mortificado o processo de autonomização cultural formando, no nascedouro do ensino superior, uma “cultura dependente”. Ou seja, o processo de formação brasileira incluiu relações de dependência não somente no campo econômico, mas também nos campos social, político e cultural. Esse tipo de contexto sociocultural e político é visto como um dos fatores que teria retardado o nascimento da Universidade do Rio de Janeiro (posteriormente Universidade do Brasil em 1937 e, atualmente, Universidade Federal do Rio de Janeiro).

O primeiro passo para a criação da Universidade do Rio de Janeiro foi dado em 1915, via reforma do ensino que previa a fusão das escolas isoladas na capital republicana. Em 1920, via decreto, o presidente Epitácio Pessoa concretiza a unificação da Politécnica (que datava de 1874) à Faculdade de Medicina (de 1808) e à de Direito (1891), sob a regência do reitor e conselho universitários. Porém, a Universidade continua teórica até 1931, quando, novamente por decreto, o chefe do Governo Provisório congregou em Universidade não somente as escolas supracitadas, mas também as de Belas Artes (1820), Música (1854), Minas de Ouro

¹³ Guia de Universidade do Brasil (1955). Divisão de Documentação Estatística e Publicidade.

¹⁴ Fraga e Siano (1991).

Preto (1876), Farmácia e Odontologia e a de Educação, Ciências e Letras (então criadas).¹⁵

Para Fraga e Siano (1991), o surgimento da “Universidade Conglomerada”, em 1931, atendia aos aspectos conservadores das exigências do processo histórico brasileiro. Tais autores sustentam a idéia de que “a passagem de escola/faculdade de ensino superior para Universidade Conglomerada não alterou o padrão brasileiro de ensino superior”. A Universidade Conglomerada teria substituído e continuado a escola de ensino superior no interior de uma “nova sociedade urbana e urbano-industrial, que se adaptou estrutural e historicamente a uma situação de dependência que lhe era imposta de fora para dentro”. Isso teria dado um caráter “tosco e provinciano” a um ambiente intelectual que privilegiava o “ensino técnico-profissional liberal”, perpetuando “estruturas precocemente senis” via uma formação técnica e científica que se servia ao “pensamento político liberal-conservador”¹⁶.

De 1930 a 1965, houve um crescimento do ensino superior (de 1930 a 1960 foram criadas mais de 338 estabelecimentos de ensino superior) que reforçou e expandiu o tipo de escola superior herdado do passado. Porém, as criações da USP (1934), da Universidade do Distrito Federal (1935) e da UnB não seguiram exatamente o modelo herdado. Por outro lado, também não se impuseram como modelo alternativo dominante.

A conexão do modelo de desenvolvimento das universidades com o pensamento político é discutível. No entanto, é inegável a constatação que, de 1930 a 1965, o País tenha vivido uma ampla expansão do ensino superior que se articulava à urbanização e industrialização. Podemos relacionar essa expansão à demanda crescente da classe média em ascensão e ao momento histórico do movimento democrático pós-Segunda Guerra e, sem dúvida, ao panorama externo. O

¹⁵ Guia da Universidade do Brasil (1955).

¹⁶ Fraga e Siano (1991).

capitalismo monopolista de pós-guerra exigia a “internacionalização dos mercados, obrigando as economias periféricas a entrar num processo desenvolvimentista que atendesse aos interesses das potências cêntricas e hegemônicas”.¹⁷

Certamente, essa visão de submissão aos interesses externos não era compartilhada pelos principais expoentes que fundavam as instituições de ensino superior em prol do desenvolvimento nacional. Luiz Simões Lopes e a Fundação Getulio Vargas, em 1944, podem ser identificados como protótipos do discurso que se contrapõe à crítica ao desenvolvimentismo. Homem de inegável importância e realização no cenário do desenvolvimento do ensino, pesquisa e tecnologia das áreas de Administração e Economia, Simões Lopes foi o porta-voz do discurso que relacionava o árduo trabalho de capacitação técnica, administrativa e científica dos diversos setores das instituições públicas e privadas à possibilidade de conciliação dos interesses do desenvolvimento nacional com os interesses do capitalismo monopolista e suas exigências relativas à internacionalização dos mercados. Patrono e fundador da FGV, “entidade pioneira e a serviço do desenvolvimento nacional.”¹⁸, foi um dos propulsores às tentativas de reconstrução da engessada estrutura pública e de estruturação qualificada das instituições privadas então em constituição e expansão.

A USP, criada em 1934, foi vista por Cardoso (1982) como um projeto de um grupo de influência política notável: o “grupo do Estado”. Este era composto por intelectuais orgânicos da oligarquia cafeeira e por uma ala dissidente cujas posições se afirmavam como democráticas e modernizadoras. Segundo a autora, tal grupo via na criação da USP a solução para a “regeneração dos costumes políticos da nacionalidade”, cujo significado seria a “superação da crise das oligarquias”. A almejada “reconstrução nacional” seria diretamente relacionada à “reconstitucionalização do País”. Assim, foi estabelecido o compromisso com Getulio Vargas. Um dos membros desse grupo, um legítimo intérprete do que

¹⁷ Fraga e Siano (1991).

¹⁸ Costa (1986).

Cardoso conceituou como “Comunhão Paulista”, tornou-se interventor federal em São Paulo, viabilizando o projeto da Comunhão.

Tal interventor foi Armando de Salles de Oliveira, que assumiria posteriormente a posição de governador do Estado. Assim, inicia-se a criação da USP. Nesse período, 1934 a 1937, redefine-se a missão do projeto da comunhão: se de 1925 a 1930 tal projeto havia se caracterizado pela “regeneração dos costumes políticos” e de 1930 a 1934 pela “reconstrução nacional”, nesse novo período - “criação da mística nacional” -, impõe-se uma arrancada da comunhão em busca do poder nacional e da cruzada anticomunista pela defesa da democracia¹⁹. Simultaneamente, a instalação do Estado Novo teria significado a impossibilidade de realização de seu projeto político e ideológico mais amplo, ou seja, o de “formação e reprodução do público novo”, das elites dirigentes, e, ao mesmo tempo, a condição de conservação e reprodução do projeto de hegemonia cultural e política de São Paulo e da comunhão dentro da nacionalidade. Assim, a concepção de liberalismo, que aceita a intervenção do Estado, se desvia em direção de um compromisso com o Estado forte e com a ditadura. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras aparece como lugar de refúgio do espírito crítico enquanto “às demais instituições da Universidade, de caráter profissionalizante, caberia a função de formação e reprodução das elites para os quadros profissionais restritos”.²⁰

Vale também ressaltar que na USP a fusão das escolas isoladas - Medicina, Direito e Engenharia - e a criação das novas Faculdades se deu nos moldes da Universidade Conglomerada, tal qual ocorrera na criação da Universidade do Rio de Janeiro. Já a Pontifícia Universidade Católica foi considerada Universidade a partir de 1945, quando se congregaram as Faculdades Católicas de Direito e Filosofia e a Escola de Serviço Social, constituindo a Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tal congregação fora precedida pelo Instituto Católico de Estudos Superiores (de 1932) e pela criação das Faculdades (em 1940). Em 1932, o cardeal Leme, o ministro

¹⁹ Cardoso (1982).

²⁰ Idem.

Francisco Campos, o reitor da Universidade do Rio de Janeiro, Leonel Franco e Alceu Amoroso Lima estiveram presentes na inauguração do instituto e, desde lá, já referiam-se ao mesmo enquanto Universidade, ressaltando que o espírito católico é que possibilitaria a sobrevivência da Universidade enquanto tal.

1.2. As faculdades de Economia no Rio de Janeiro

Borges (1995) situa a importância de Eugênio Gudín na estruturação da ciência econômica brasileira. Aponta também para o importante papel de Gudín na regularização dos cursos de Economia no País, na FGV e no Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), que foi criado na Fundação em 1951. A influência de Gudín, formado em Engenharia, se deu na estruturação curricular de vertente neoliberal na ciência econômica e também de sua vinculação e influência ao nível da ação governamental, seja como ministro de Café Filho, seja por vias indiretas, influenciando e polemizando com outros economistas que, igualmente, se projetavam nos cenários acadêmico e governamental brasileiros. A atuação de Gudín se dava através de uma postura de “afinidade com os interesses do capital internacional”, ainda que também sublinhe que Gudín fora capaz de fazer críticas à ausência da importância dada à política econômico-agrícola no bojo da exaltação do modelo getulista.²¹

Na realidade, a criação da Faculdade de Ciências Econômicas, que foi realizada por quatro professores fundadores, a saber, Antônio Pedroso de Lima, Abílio Xavier de Almeida, Francisco D'Auria e Luiz Ravedutti Sobrinho, remonta a 1930. No entanto, os cursos de Economia ainda não eram considerados cursos superiores (apesar de serem posteriores ao ensino técnico e comercial). Assim, o mais antigo estabelecimento brasileiro de estudo e disseminação dos conhecimentos das ciências econômicas e administrativas foi instalado anteriormente à Reforma Francisco

²¹ Borges (1995).

Campos. Tal reforma, realizada em 1931, implicou uma modificação do ensino comercial, possibilitando que o ensino de Economia, que o seguia, se aproximasse do modelo de ensino superior. Nesse início, a orientação do curso dava um peso maior às cadeiras de Direito e Contabilidade.²²

Como nos aponta Borges (1995), o estudo de Economia foi inicialmente pensado integrado ao Curso Superior de Administração e Finanças, que havia sido previsto pela Reforma Francisco Campos. Antes disso, tal estudo compunha simplesmente as disciplinas complementares dos cursos de Engenharia e Direito. Nas palavras de Gudín, “recortadas” por Borges, podemos visualizar o histórico desse período:

“A primeira tentativa de organização de um estudo regular de Economia no Brasil data de 1931, como o decreto-lei que criava o Curso Superior de Administração e Finanças. Até 1931 não havia curso organizado para o estudo especial da Economia teórica e aplicada. Havia uma cátedra de Economia Política na Escola Politécnica e outra na Escola de Direito (...). Nas Faculdades de Direito o ensino era de caráter histórico e doutrinário, sem o sentido pragmático das realidades econômicas. Não se ultrapassavam as idéias e filosofias de Adam Smith, Jean B. Say, Malthus, Stuart Mill, e pouco mais. Ricardo já era considerado rebarbativo, e Marshall, inabordável. Nas Faculdades de Engenharia, que eu cursei no princípio deste século, era o contrário. Ali imperava a admiração pela matemática. Tudo quanto não fosse matemática era olhado com descaso (...). A estruturação do ensino da Economia entre nós não podia deixar de sofrer os impactos contraditórios dessas duas correntes, cuja influência predomina ora no sentido doutrinário geral, ora no sentido matemático”.²³

De acordo com Mancebo (1995), nos primórdios de sua existência, a Faculdade de Ciências Econômicas enfrentou uma série de dificuldades institucionais iniciadas em 1931 a partir de uma disputa com a Academia de Comércio do Rio de Janeiro.

²² Mancebo (1995).

²³ Borges (1995), págs. 268-269.

Esta “mantinha um estabelecimento de ensino superior e insistia em utilizar para este a mesma denominação da Faculdade. A peleja teve um encaminhamento judicial, sendo vencedora a Faculdade, pela precedência de fundação”. Aliada a essa dificuldade, outras de maior relevância também se colocavam: verbas escassas, locais inadequados ao estudo, sucessivas mudanças de endereço, ausência de regulamentação da profissão de economista (que se daria somente em 1952).

Em função de tais dificuldades, houve novas tentativas de incorporação da Faculdade a outras instituições. Em 1934, tentou-se incorporá-la à Universidade do Rio de Janeiro (atual UFRJ), detectando-se que a criação de cursos superiores em ciências políticas e de organização bancária e atuarial seriam imprescindíveis a tal tentativa. Para Mancebo, “disputas internas de poder” inviabilizaram tal encaminhamento. A segunda tentativa ocorreu a partir de um acordo entre o Ministério de Educação e Saúde Pública e a Faculdade, novamente no sentido de incorporá-la à URJ, onde ainda não existia o curso de Economia. Conforme Schwartzman (1984), em 1933, havia se formado uma comissão para elaborar o projeto de uma “Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas” na URJ. A segunda tentativa de incorporação da Faculdade de Ciências Econômicas à URJ foi novamente frustrada. A terceira ocorreria em 1936; desta vez junto ao estabelecimento de ensino superior então mantido pela Câmara de Comércio e Indústria do Brasil. Somente em 1952 é que tal Faculdade incorporou-se à URJ.

Em 1934, contemporaneamente às duas frustradas tentativas de incorporação da referida Faculdade à URJ e apenas um ano após a formação da comissão acima referida, inaugurou-se aquela que viria a se constituir como “Faculdade Nacional de Ciências Econômicas” da Universidade do Brasil. Existente como instituição privada desde 1934 (tendo como um de seus professores Eugênio Gudín - que havia feito parte da comissão de 1933), seu curso de Economia foi incorporado à Universidade do Brasil (até 1937 Universidade do Rio de Janeiro), em 1945. Tal incorporação foi propiciada pela estruturação do curso de Economia organizado pela Lei nº 7.988 de 1945, lei esta da qual, em seu discurso para formandos de 1949 da

Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, Gudin diz ter sido “em boa parte, responsável”.²⁴

Cabe lembrar o pioneirismo das iniciativas universitárias e do estudo e desenvolvimento do campo específico do saber econômico no Rio de Janeiro. Foi nessa cidade que também desenvolveram-se primeiramente os estudos econômicos precedentes a tais iniciativas, ou seja, os primórdios dos estudos econômicos nas áreas do comércio, direito e engenharia. Tais primórdios certamente não foram inócuos no estabelecimento do perfil institucional do ensino econômico da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas.

Em relação à influência da vertente comercial, podemos conjecturar que tenha ocorrido de forma mais intensa e palpável na Universidade fluminense do que nas demais instituições que aqui estão sendo consideradas. Isso porque, como aponta Canabrava (1984), o ensino econômico na área comercial teve seu paradigma estabelecido por uma instituição também fluminense, a saber, a Academia Comercial do Rio de Janeiro. Tal influência se deu ao menos como contraponto institucional em torno da disputa pela legitimidade e competência do ensino econômico entre a incipiente academia e as precursoras escolas comerciais. A “vitória” acadêmica propiciou o estudo mais voltado à industrialização do que aos aspectos contabilísticos ou mercantis. Por outro lado, herda-se o pragmatismo profissionalizante da área comercial. Acrescente-se, ainda, o fato de a FEA-UFRJ ter desenvolvido currículos não somente de Administração e Economia, mas também de Ciências Contábeis.

Já a área de Direito deixou forte influência na constituição da Faculdade de Economia. Isso está expresso e manifesto na própria denominação do centro dentro do qual o ensino econômico se desenvolveu, a saber, o Centro Econômico, Jurídico e Social da Universidade (posteriormente CCJE - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas). Não seria demasiado relembrar que o ensino da Economia na área de

²⁴ Borges (1995), pág. 270.

Direito esteve tradicionalmente vinculado a uma vertente humanista, mais condizente às perspectivas sociológicas e históricas do que às perspectivas quantitativas e profissionalizantes advindas primordialmente das áreas de engenharia e do comércio.

Gudin explicita esse processo histórico de criação institucional-universitária da ciência econômica. Tal discurso é visto por Borges (1995) como uma propaganda de idéias neoliberais, sob a égide do ideal de preparar economistas para o Brasil. Dizia Gudín: “Eu fui entrando no campo da Economia sem projeto, sem plano. O Dr. Getúlio tem muita responsabilidade nisso. Ele nunca formou uma comissão - e foram muitas - sem me nomear. Depois, a certa altura, uns amigos vieram buscar-me no escritório para fazer parte do corpo docente da Faculdade que eles queriam fundar, a Faculdade de Economia. Eu não quis, a princípio, mas acabei cedendo (...) por volta de 1934, abriu-se a Faculdade num sobrado na Av. Rio Branco. Era misturado com a contabilidade. Eu era contra a mistura. Depois me fizeram diretor (...). Quando fui diretor selecionei três elementos bons (...): Octávio Bulhões, Dias Leite e Jorge Kingston. Eram três elementos de primeira ordem; injetei-os na Faculdade, fazendo concurso (...). Alguns anos mais tarde, o prestígio dela, como instituição privada, era tão grande, que foi incorporada à Universidade do Brasil”.²⁵

Vale também mencionar a visita de Bulhões e Gudín à Faculdade de Economia de Harvard para discussão do projeto da Faculdade de Economia do Rio de Janeiro:

“fui à Conferência de Bretton Woods e, na volta, (...) desci em Harvard. Lá existe a Faculdade de Economia e, do outro lado do Charles River, a *Business Administration*. contei aos colegas de Harvard: ‘Estou lutando lá no Brasil para separar a Economia de Contabilidade, mas não querem, querem fazer junto. O que vocês acham?’ Disseram eles: ‘Não sei se vocês no Brasil têm lá seu Charles River.

²⁵ Borges (1995), pág. 273.

Se não tiverem, criem um e separem'. Eu mandei dizer isto ao Capanema e foi o argumento decisivo para ele mandar executar o que eu tinha proposto".²⁶

Segundo Chacel (1979), discípulo do professor Gudin, ele empenhou-se profundamente em dar ao Brasil um currículo de ciências econômicas. Através disso, foi possível promover os fundamentos teóricos necessários à formulação da política de desenvolvimento do pós-guerra. Chacel aponta que, no engajamento de tal tarefa, Gudin esteve junto com Dodsworth Martins, Nogueira de Paula, Themistócles Brandão Cavalcanti, Octávio Gouveia Bulhões e Nunes Guimarães, entre outros. Luiz Simões Lopes, fundador da FGV, em ocasião da publicação do livro *Eugênio Gudin visto por seus Contemporâneos*, também ressalta a importância de Gudin na história da Economia. Para ele, "a história da aplicação metodológica, didática e política das ciências econômicas no Brasil está definitivamente marcada por duas épocas: antes e depois de Gudin". Na seqüência de seu discurso, Lopes homenageia-o em nome de FGV, dizendo que esta instituição orgulhava-se de ter podido contar com sua participação e "sábios conselhos" desde sua instituição em 1944, qualificando esta como seu "segundo lar".

Conforme documento organizado por Manoel A. C. Barros Fernandes e Otávio Guimarães Filho, da Divisão de Documentação Estatística e Publicidade da UERJ, a Faculdade de Ciências Econômicas teria sido criada em 1938, instalada em 1939, transferida à Faculdade de Mauá em 1945 (com a extinção da Fundação de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro) e incorporada à UFRJ pelo decreto de 1946. A finalidade apontada é a de "ministrar o ensino superior das ciências econômicas, financeiras e administrativas, contábeis e atuariais com o objetivo de formar profissionais", além de "contribuir para o progresso das pesquisas relativas aos problemas econômicos e administrativos do País", via desenvolvimento de uma "alta cultura especializada no campo das ciências econômicas".

²⁶ Depoimento de Gudin ao CPDOC em 1979, págs. 89-90.

Tais finalidades serão reiteradas na criação da FGV, da USP, da PUC e da UNICAMP, ainda que movida por diferentes atores e diferentes momentos históricos. Na FGV, tomarão tais finalidades um caráter de serviço em prol do desenvolvimento nacional, tal como podemos depreender dos discursos ensejados tanto em sua fundação como nos importantes momentos históricos da instituição, tal qual o da inauguração do edifício John Kennedy, nova sede da EAESP, em 1967.²⁷

É possível situar o Serviço Público Civil através de seu Conselho Federal - cujo presidente empossado em 1936 por Getulio Vargas foi Luiz Simões Lopes - como o marco do processo de criação da FGV. Segundo o documento elaborado por José Gustavo Costa, a origem desse conselho se dava frente a uma crítica da irracionalidade administrativa brasileira no cumprimento dos programas econômicos e sociais. A crítica combateria o clientelismo, o paternalismo, a morosidade e a inoperância. Calcava-se, sobretudo, em princípios de racionalidade administrativa e eficiência governamental.

A história administrativa do Brasil relaciona-se à história desse conselho que, em 1937, possibilitou a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Tal departamento teria um papel na modificação administrativa e da execução orçamentária brasileira sob as instruções do presidente da República. Na institucionalização do DASP, em sua fase inicial, figuraram os nomes de Maria Bittencourt Sampaio, Maria Paula de Britto, Moacyr Ribeiro Borges, Paulo de Lyra Tavares e Rafael da Silva Xavier.

Porém, a origem patrocinada constitucionalmente e atrelada a Getulio Vargas não permitia a configuração de estabilidade ao órgão. Ao menos foi essa a percepção de Simões e seus companheiros. Assim, sob a alegação de uma maior estabilidade, assim como de uma opinião de que os objetivos institucionais do DASP deveriam ser ampliados à esfera privada, Simões Lopes foi projetando a criação da Fundação Getulio Vargas (FGV). Tal ampliação era pensada em virtude de uma necessidade

²⁷ Costa (1986) e “EAESP: inauguração da nova sede”, FGV, 1967.

de maiores entendimentos privados e sua busca seria a de caminhos convergentes em direção à “deficiência governamental” e ao “desenvolvimento do País”.

Desse modo, ia se configurando uma congregação de esforços dos poderes públicos e entidades particulares para organização racional do trabalho. Para tal, via-se como necessária uma organização que propiciasse o “reprodutivo emprego de capital” e na qual colaborassem conjuntamente os órgãos públicos autárquicos e paraestatais, os governos, os estabelecimentos de economia mista e as grandes empresas, haja vista a insuficiência da organização oficial diagnosticada por aqueles que fundaram e desenvolveram o DASP.

É de acordo com tal diagnóstico e princípios que Vargas decreta autorização ao DASP para criação da entidade proposta. Esse tipo de entidade, nos EUA, teria sido comprovadamente importante na estruturação econômica daquele país. Desse modo, nasce a Fundação Getulio Vargas, caracterizando-se por conter objetivos de interesse público numa personalidade jurídica de Direito privado. Tais características lhe possibilitariam a almejada imunidade política, assim como um “afastamento” da busca do lucro, então entendida como nociva ao ensino e pesquisa. Enquanto instituto não-governamental e sem finalidades lucrativas, a entidade que então se fundava (visando ao recebimento de colaborações, tanto dos órgãos públicos quanto dos setores empresariais emergentes), ia se caracterizando não somente por um dualismo de instituição pública e privada, mas também por um dualismo nacional e internacional. A instituição nascente buscava uma cooperação técnico-científica nacional e internacional, seja via aperfeiçoamento de docentes no Exterior ou pela vinda de professores do Exterior para lecionar no Brasil.

Com o objetivo primordial, segundo Costa, de servir à pátria através da aplicação do conhecimento científico no sentido do desenvolvimento brasileiro, desenha-se uma “complexa entidade cultural-filantrópica”, que iria inaugurar uma série de institutos, escolas e centros onde a plasticidade e a multidisciplinaridade incorporariam uma lógica pragmática voltada ao desenvolvimento do País e ao lastreamento, pelo

arsenal metodológico, das atividades profissionais de economistas, administradores e psicólogos.

No período de criação da FGV, 275 instituições compunham uma congregação que lhe dava suporte: governo federal, os governos de 19 Estados da Federação, 6 territórios, Prefeitura do Distrito Federal, Prefeitura Municipal de São Paulo, 39 institutos de Previdência e Caixas de Aposentadoria, 23 autarquias econômicas e sociedades de economia mista, 10 empresas, 68 companhias de seguro e 107 constituidores individuais. Assim, altamente prestigiada por seu patrono, a FGV implanta-se tendo “o objetivo central de promover estudos e pesquisas no domínio das atividades públicas e privadas; dedicar-se à formação, à especialização e ao aperfeiçoamento de pessoal para empreendimentos públicos e privados; constituir-se em centro de documentação para sistematizar e divulgar conhecimentos técnicos e incumbir-se do planejamento e da organização dos serviços ou empreendimentos, com o encargo de executá-los ou prestar a assistência técnica necessária”.²⁸

O desenvolvimento institucional da FGV leva à consolidação de diversos programas - o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), em 1951; Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE), em 1966; Instituto de Direito Público e Ciência Política (IDPCP), em 1952; Instituto de Documentação (INDOC); Instituto de Estudos Avançados em Educação (IEAE); Instituto de Recursos Humanos (IRH); Instituto Superior de Estudos Contábeis (ISEC), em 1968; Instituto Superior de Estudos e Pesquisas Psicossociais (ISOP); Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), em 1954; Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP); Escola Interamericana de Administração Pública (EIAP), em 1964; Centro Interamericano de Comercialização (CICOM), em 1967; Cursos de Administração de Empresas (CADEMP); Centro de Processamento de Dados (CPD) - assim como de diversas publicações de periódicos - *Revista de Direito Administrativo* (DA), *Revista Brasileira de Economia* (RBE); *Conjuntura Econômica* (CE); *Arquivos Brasileiros de Psicologia* (ABP); *Revista de Ciência Política* (RCP); *Revista de Administração*

²⁸ Costa (1986), pág. 73.

de Empresas (RAE); Curriculum; Informativo FGV; Revista de Administração Pública (RAP); O Correio da UNESCO; Fórum Educacional; Agroanalysis; Finanças e Documentação.

Ainda em relação aos fundadores, vale nomear Luiz Narciso Alves Mattos, que dedicou-se integralmente à fundação do Instituto Brasileiro de Administração e que exerceu importante papel de arquiteto nas grandes unidades da FGV; novamente Gudín, que teve seu nome associado à criação do Núcleo de Economia - o embrião do IBRE - e ao lançamento da *Revista Brasileira de Economia e de Conjuntura Econômica* e, mais recentemente, à EPGE. Vale mencionar que o fundador da primeira revista foi Arizio de Viena e da segunda Richard Lewinston. Já o conselho diretor contou com Simões Lopes como único presidente e com quatro vice-presidentes: João Carlos Vital, Guilherme Guinle, Eugênio Gudín, Lino Leal de Sá Pereira; José Carneiro Felipe, Mário Augusto Teixeira de Freitas e Rubens D'Almeida Horta Porto.

O núcleo de Economia da FGV foi implantado em 1946. Dele participaram: Eugênio Gudín, Octávio Bulhões, José Nunes Guimarães, Eduardo Lopes Rodrigues, Antônio Dias Leite, João Mesquita Lara, Luiz Dadsworth Martins e Guilherme Pegurier. Os principais objetivos seriam: melhorar as informações e estudos sobre a Economia Brasileira (como pressuposto de avanço da política econômica), tal como as questões da renda nacional e balanço de pagamentos. Para Chacel, citado em Borges (1995), o núcleo de Economia teria lançado as bases para os estudos quantitativos que levaram a um melhor conhecimento do Brasil. Chacel aponta que tais estudos foram matéria-prima indispensável para a construção das análises do comércio exterior e da estrutura e expansão da economia, assim como elemento central à tomada de consciência em torno das disparidades regionais de desenvolvimento nacional.

Além dos nomes supracitados, Chacel também se refere à presença de outros “atores” no núcleo de economistas, tais como Jorge Kingston e Jorge Kafuri; Chacel

sublinha que desse grupo surgiu o impulso para a produção de grande massa de dados empíricos que iriam, posteriormente, exteriorizar os trabalhos do Instituto Brasileiro de Economia. Tais trabalhos são vistos como fundamento e base de boa parte do desenho das linhas da política econômica brasileira.²⁹ O IBRE foi fundado em 1951 e seu presidente, Alexandre Kafka, foi nomeado por Gudin. A competência desse economista teria sido comprovada em seu trabalho na Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP).

Coube também ao Núcleo de Economia o lançamento dos periódicos *Conjuntura Econômica*, que teve sua primeira edição em 1947, sob a direção de intelectuais da “linha desenvolvimentista”, e a *Revista Brasileira de Economia*, com primeira edição em 1948 pela equipe que formaria o IBRE. Segundo Borges (1995, pág. 275), a liderança Gudin-Bulhões teria alijado a tendência desenvolvimentista que inicialmente comandava a linha editorial da *Conjuntura Econômica*, apontando, desse modo, o que o próprio interior da FGV “conheceu, no seu nascedouro, a disputa neoliberais x desenvolvimentistas”.

Ao ser implantado e desenvolvido, o IBRE vai se constituindo em importante e reconhecido instituto. Para Costa (1986), um dos “principais centros de Economia da América Latina” e, para Borges (1995), uma “sólida divisão de pesquisas econômicas.” O IBRE teria como linha programática principal a temática macroeconômica e a publicação de indicadores econômicos através da *Conjuntura Econômica*. O IBRE, através da seleção por mérito e do envio ao Exterior para aperfeiçoamento ou Pós-Graduação dos seus economistas, possibilitou a estrutura para os cursos de extensão e Pós-Graduação em Economia na FGV. Ou seja, o IBRE adotou a receita que fora prescrita pioneiramente no DASP e que seria também posteriormente aplicada na EBAP, EAESP e EPGE.

Desde sua criação, o IBRE desenvolveu vários centros: Contas Nacionais, Estudos Fiscais, Estudos Industriais, Análise Contábil, Estudos Agrícolas, Estatística

²⁹ Borges (1995), pág. 273.

Econômica, Estudos Monetários e de Economia Internacional, Gerência e Economia de Informações e um centro de estudos que iremos destacar mais adiante como precursor da EPGE, o CAE (Centro de Aperfeiçoamento de Economistas).

A expansão do campo da Economia na FGV se dava paralelamente à expansão dos demais institutos, bem como das escolas técnicas que respondiam às demandas concretas do País. Note-se que o Núcleo de Economia foi fundado em 1946, o IBRE, em 1951, enquanto isso surgia em 1949, a Escola Técnica do Comércio (segundo grau profissionalizante, secretariado e contabilidade) e, em 1950, o Colégio Novo Friburgo (modelo para desenvolvimento de escolas do setor médio ou estudo secundário), assim como os cursos de Auxiliar de Administração de Empresas e Administração de Empresas Comerciais e Industriais.

Em 1952, a EBAP incorpora os cursos da escola técnica, caracterizando-se como sucessora de uma ideologia de aperfeiçoamento governamental que revestira o ideário da criação da FGV. Vale mencionar, também, a colaboração do Núcleo de Economia à referida Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, quer seja pelo apoio financeiro e material, pelo envio de um catedrático de Harvard ou pelas bolsas de estudo fornecidas. Esses fatos permitem que se caracterize a FGV como uma “instituição de fronteiras”, articulada às Ciências Sociais voltadas à eficiência governamental e empresarial, assim como às instituições internacionais.

O histórico do estudo de Economia no Rio de Janeiro ficaria incompleto se não abordássemos o caso da Pontifícia Universidade Católica. Notadamente, essas três instituições configuraram-se como os principais pólos de desenvolvimento do saber econômico naquela cidade (Rio de Janeiro). Não se faz necessário aqui retomar a relação do desenvolvimento inicial do estudo econômico com o processo histórico brasileiro, haja vista que isso já foi suficientemente considerado em outros momentos. Vale apenas relembrar que o estudo econômico na PUC iniciou-se desde a inauguração do Instituto Católico de Estudos Superiores, em 1932, germe da Universidade Católica. Como nos atesta Casali (1989), a criação desse instituto,

desde seus primórdios, continha a intenção de constituição de uma Universidade, particularmente de uma Universidade que fosse fiel a princípios católicos sensíveis e/ou comprometidos às necessidades sociais.

A partir de apoios progressivos da Igreja Católica e do governo brasileiro, foi possível dar corpo a uma instituição que abarcasse uma elite, ao mesmo tempo representante do saber eclesiástico e restauradora da importância deste. Vale também mencionar que se tratava de imprimir uma característica científica ao tradicional saber católico, particularmente de um espírito científico que não se distanciava do social, mas que se mantivesse unido ao sentimento das massas. Assim, tratava-se de uma intencionalidade de renovação cultural que era vista como intrinsecamente relacionada à elevação espiritual e cristianização do País.

Se, em 1932, foram constituídas atividades nas áreas de Filosofia, História da Filosofia, Economia, Sociologia, Biologia e Literatura e Linguagem, em 1942, já eram reconhecidos oficialmente os cursos das Faculdades de Direito e de Filosofia. Em 1946, juntamente com a Escola de Serviço Social, essas faculdades foram congregadas sob a forma de Universidade Católica. Nesse processo, a formação humana voltada ou comprometida com uma missão social era freqüentemente relembrada.

Em 1940, Leme nomeia Leonel Franco e Alceu Amoroso Lima para angariar recursos e fundos para a Universidade, assim como preparar seus estatutos e a fundação da sociedade civil mantenedora desta. No mesmo ano, em solenidade onde são lidas as cartas pontifícias que historiavam o trabalho de Leonel Franco e Alceu Amoroso Lima, Dom Leme é incumbido de organizar a Universidade. A leitura dos estatutos de sociedade civil concretiza a fundação das Faculdades católicas congregadas. Na ocasião da criação das Faculdades, Dom Leme recebeu apoio de Vargas, conforme Casali (1989). Ao espírito católico desejado e visto como equivalente ao universitário, somava-se a idéia de “formar elites não dissociadas, mas unidas de espírito ao sentimento das massas”.

1.3. As faculdades de Economia em São Paulo

Canabrava (1984) relaciona o surgimento do ensino oficial de Economia e Administração com a “modernização” estrutural do período. Como foi apontado anteriormente quando abordávamos a criação da FGV, as organizações governamentais e privadas suscitavam demandas de novos quadros especializados no trato dos fenômenos econômicos (e também administrativos). Canabrava retoma a noção de um complexo de mudanças, envolvendo a industrialização e novos desenvolvimentos populacionais e sociais, a referida demanda de novas especializações profissionais, o sistema educacional e a expansão do ensino médio, como condições sob as quais evoluiu historicamente o ensino de Economia e Administração.

A autora aponta a Grande Depressão como *point tournant* no comportamento da economia brasileira (perda do dinamismo da expansão econômica com base na agricultura; deslocamento das rentabilidades e lucratividades para as iniciativas de estabelecimento de indústrias; desenvolvimento do mercado interno); a ação estatal nos investimentos públicos e subsídios à infra-estrutura e indústria básicas nos anos 40; o estabelecimento do padrão oficial do ensino superior em Economia e Administração em 1945; a inauguração da usina de Volta Redonda, em 1946, como marco-símbolo da história da industrialização brasileira (acelerando o processo de integração e diversificação); o crescimento ininterrupto da população brasileira entre 1900 e 1950 (associado à expansão da demanda interna); o desenvolvimento das camadas médias urbanas como elemento dinâmico do setor terciário e como fator de influência para os novos desenvolvimentos educacionais e econômicos.

O crescimento da cidade de São Paulo, que de cidade comercial (entreposto e elo de ligação entre o porto de Santos e as culturas cafeeiras do interior) passa a figurar, por volta de 1940, como segunda cidade brasileira em número de habitantes (ultrapassada apenas pelo Rio de Janeiro), assim como uma cidade industrial e de importância central no que tange às atividades econômicas. A criação da Faculdade

de Economia e Administração da USP, em 1946, reflete e, ao mesmo, tempo influencia esse conjunto de desenvolvimentos ou desdobramentos históricos e institucionais.

As linhas de ação do poder público voltadas para o planejamento e política econômica nacionais, os processos tecnológicos e os problemas de mercado, que envolviam a crescente industrialização e o referido desenvolvimento de instituições de ensino superior em economia e demanda de técnicos e engenheiros, são lembrados por Canabrava que, igualmente a outros autores aqui mencionados, irá caracterizar a mentalidade da classe dirigente pelas noções de desenvolvimentismo e nacionalismo.

Canabrava também afirma que a fundação da própria Universidade nos anos 30 teria sido um “prenúncio da emergência do Brasil moderno”. Cabe lembrar as considerações de Cardoso apontadas anteriormente, particularmente as que se referem à relação da criação da USP à regeneração dos costumes políticos da nacionalidade, à reconstrução nacional, passando pela “reconstitucionalização” do País, e à criação da mística nacional pela chamada “Comunhão Paulista” (influyente grupo paulista), no sentido da busca do poder nacional e da “cruzada anticomunista” pela defesa da democracia³⁰. A perspectiva de Cardoso é crítica e contrapõe-se àquelas que viam, nos referidos desdobramentos históricos brasileiros, uma autêntica modernização no sentido de um desenvolvimento econômico-social global, ou seja, tanto do País quanto da real transformação das disparidades de renda sociais e regionais.

Com a reforma do ensino comercial em 1931, deu-se ensejo à nova formulação do ensino econômico. Apesar dos aspectos técnicos, profissionalizantes, administrativos e jurídicos, que iam, paulatinamente, dando contorno a uma especificidade pragmática do saber econômico na área comercial, nas diversas entidades de ensino superior, no raiar dos anos 30 (Medicina, Engenharia, Direito,

³⁰ Cardoso (1982), págs. 23-34.

Agronomia, Farmácia e Odontologia), havia uma formação intelectualista e universalista de influência européia (visão enciclopédica e ecumênica do saber) que se contradizia com os objetivos práticos, profissionalizantes, de conteúdo técnico e de ciência aplicada que foram também igualmente propugnados no âmbito da Engenharia. Por outro lado, também no fato da área comercial acoplada ao estudo econômico, havia uma espécie de “reliquia do pensamento colonial, quanto ao primado do setor mercantil” que subsistia de forma latente, a despeito das reformulações.³¹

Assim, nesse jogo de continuidades e rupturas, criou-se, em 1934, na USP, o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais, que não chegou a ser instalado. Figurava, como objetivo, “promover a alta cultura econômica e comercial e fornecer preparação científica para as profissões e ofícios de direção, atinentes à atividade econômica e comercial”.³² Ao lado das continuidades e rupturas que vinha sofrendo, a vertente tradicional da economia vinculada ao comercial (expressa na criação/não-instalação do referido instituto na USP), no Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras desta mesma Universidade, constituiu-se uma outra vertente do estudo da economia política: a vertente do econômico vinculada ao sociológico.

Foi a partir do confronto dessas várias vertentes e das condições históricas acima referidas que se instituiu a Faculdade de Economia e Administração da USP em 1946. Junto dela expressava-se uma nova vertente: aquela voltada para intervenção no desenvolvimento econômico do País nas órbitas públicas e privadas. Essa nova dimensão do ensino econômico na USP, compartilhada pela então recente FGV, refletia a referida mentalidade dos dirigentes do País, caracterizada pelo desenvolvimentismo e nacionalismo.

³¹ Canabrava (1984), pág. 29.

³² Canabrava (1984), pág. 29.

Em 1963, Dorival Vieira reatualizou os discursos relativos à aplicação dos resultados das pesquisas econômicas em prol do planejamento econômico empresarial e governamental. Se, inicialmente, tal discurso propiciou a criação das faculdades de economia e administração, neste contexto, ele é retomado no sentido de propiciar o reforço de tal desenvolvimento inicial via implantação de cursos de Pós-Graduação. Termos como: desenvolvimento nacional, desenvolvimento de pesquisas e tecnologia, desenvolvimento econômico e aperfeiçoamento, são novamente considerados. A importância do econômico na evolução das estruturas e processos sociais é novamente utilizada para justificar o desejado incremento dos estudos de economia, finanças e administração. Restaria indagar se esses desenvolvimentos realmente atendiam aos imperativos, ainda hoje vigentes, de uma evolução da estrutura social (preocupação esta presente na vertente sociológica do saber econômico), ou se correspondiam ao modelo econômico de desenvolvimento engendrado por Getúlio e incorporado pela ideologia do regime militar que estava por vir.

Em 1952, a EAESP começava a se projetar, a partir de uma missão universitária norte-americana (Universidade de Michigan) e do envio de corpo docente aos Estados Unidos para obtenção do título de Mestre em Administração de Empresas. Tal iniciativa fora propiciada pelo convênio de 1953 entre a FGV e a *International Cooperation Administration*, que deu origem à *Agency for International Development* (AID). A criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) em 1954 foi precedida pela criação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) em 1952.

Nos seus primeiros 10 anos de existência, a EBAP prestou relevante esforço na introdução do ensino universitário regular e sistemático de Administração no cenário brasileiro. Seu reconhecimento oficial, em 1962, impulsionou esse papel de contribuição ao ensino da administração no País. Foi a partir dessa época que houve uma rápida multiplicação de cursos, escolas e institutos de administração em todo o

território nacional, tanto nas universidades oficiais como nos estabelecimentos universitários privados.

Se, por um lado, a criação e o desenvolvimento da EBAP influenciou o desenvolvimento de outras instituições de ensino, por outro, ela veio marcar um importante passo dentre os desdobramentos institucionais da FGV. Como nos atesta Costa (1986), pelo intermédio da EBAP, a Fundação passou a dar maior dimensão à sua participação internacional. Desse modo, contribuiu ponderavelmente para o surto de crescimento da Fundação na década de 50 e início dos anos 60.

Após a criação da EBAP, o Instituto Brasileiro de Administração (IBRA) voltou-se para o encaminhamento de outra prioridade do ideário e projeto da Fundação: a criação de uma escola dedicada à Administração Empresarial. Desde 1951, o IBRA já havia concluído documento que continha as bases da nova escola. Tal documento enfatizava “a necessidade de se buscar a ampla contribuição da comunidade empresarial”, assim como a implantação de “métodos de ensino pragmáticos e dirigidos à realidade do contexto brasileiro”³³. Assim, partindo do ideário institucional de atuar, captando as necessidades e as respostas dos sistemas governamental e empresarial, instituiu-se a EBAP e deram-se os primeiros passos para a constituição da EAESP.

Durante os anos de 1951 e 1952, o IBRA, com o apoio e atuação de Simões Lopes, teceu compromissos de cooperação estreita e de adesões junto à camada empresarial, visando à elaboração do projeto de instituição da EAESP. Em maio de 1952, organizou-se, no Rio de Janeiro, uma reunião na qual “pessoas proeminentes dos meios governamentais e empresariais” discutiram, publicamente, as idéias que iam se elaborando em torno do referido projeto. Novamente em agosto desse mesmo ano, organizou-se um outro painel de debates sobre a nova escola. Dessa vez, o encontro se deu em São Paulo, contando com o apoio do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT). Várias autoridades - administrativas, políticas e

³³ Costa (1986), págs. 54-55.

educacionais - compareceram a tal evento, dentre as quais destacaram-se: Lucas Nogueira Garcez (governo de São Paulo), João Carlos Vital (prefeito do Distrito Federal, porta-voz do parecer favorável do presidente Getúlio Vargas), Armando Arruda Pereira (prefeito de São Paulo), João Pinheiro Filho (presidente do Conselho Nacional de Economia), Brasília Machado Neto (presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo) e Antonio Deusate (presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Em novembro de 1952, Simões Lopes aprova o referido projeto. Ou seja, após o endosso da classe dirigente do País, tanto do setor público quanto do privado, viabilizou-se os primeiros passos para a implantação do então desejado e esperado “centro moderno e proeficiente de preparação para dirigentes empresariais”³⁴.

A montagem do sistema acadêmico e do quadro de professores colocou-se como primeiro objetivo a ser alcançado. Para tal tarefa, a partir dos recursos do já referido acordo que a Fundação celebrou em 1953 com a International Cooperation Administration, veio ao Brasil uma missão norte-americana composta por professores procedentes da Universidade Estadual de Michigan, ou por ela recrutados, com o intuito de esquematização do sistema acadêmico. Por outro lado, a Fundação selecionou um grupo de docentes, outorgando-lhes a missão de conquistar o grau de mestre em Administração de Empresas em universidades americanas.

Assim, em 1954, cumpridas as etapas preparatórias aqui descritas - adesão do sistema empresarial e asseguramento da formação de um grupo de professores capacitados -, foi instalada pela fundação a Comissão Consultiva da EAESP. Conforme o documento que registra os discursos da inauguração da nova sede (que ocorreria em 1967), a criação da EAESP, em 1954, contou com apenas 10 professores brasileiros, sendo, em sua maioria, assistentes da referida missão universitária americana. Nesse ano, iniciou-se o Curso Intensivo de Administradores, com 39 alunos. No ano seguinte - 1955 - deu-se início ao Curso de

³⁴ Costa (1986), pág. 57.

Graduação. Costa (1986) ressalva que esse curso fôra designado primordialmente como Curso de Formação Universitária. Esse autor considera que ambos os cursos obtiveram expressiva receptividade no meio empresarial, apontando para o fato de o I Curso Intensivo de Administradores ter contado com 3 presidentes, 13 diretores e 8 gerentes de empresas dentre seu total de integrantes.

Ainda em relação ao período da fundação da EAESP, Curado (1994) cita os nomes de Luiz Alves Mattos, Geraldo José Lins e Newton Tornaghi como responsáveis pelo desenvolvimento do projeto de criação da EAESP a partir de 1951. Esse grupo teria sido designado por Simões Lopes, sendo o primeiro sob a condição de coordenador e os outros dois - ambos engenheiros e oficiais da marinha que haviam estudado Administração de Empresas nos EUA - sob a condição de assistentes. Segundo a referida autora, coube a esse grupo a articulação do convênio da CAPES com o governo americano, bem como a seleção dos primeiros professores assistentes via concurso. A esse grupo originário veio somar-se outros dois - a dita "missão americana" e os professores-fundadores - sendo que esse conjunto foi denominado por Curado como dos "dédalos da EAESP", dada a sua importância no delineamento dos padrões cultural-institucionais vindouros que foram por ela identificados.

Em relação à missão americana, a autora cita como os 4 primeiros professores os nomes de Leonard Rall, Uly Johnson, Fritz Harris e o chefe Karl Boedecker. Coloca, também, que a missão americana permaneceu na EAESP até 1968 - durante 12 anos - "acompanhando e assessorando planos para o desenvolvimento da escola na condução de pesquisas e introdução de novos métodos de ensino"³⁵. A autora também relembra que, em 1974, por ocasião da comemoração dos 20 anos da escola, todos os professores da missão compareceram, com exceção de Karl Boedecker, então falecido e homenageado pela instituição (a biblioteca leva seu nome).

³⁵ Curado (1994), pág. 14.

Em relação aos professores selecionados, o primeiro concurso se deu no final de 1953, seguindo-se dois outros. Apesar de o primeiro grupo ser cronologicamente o fundador, os outros dois, dada sua importância, também merecem ser assim considerados. O primeiro grupo selecionado era composto de oito professores, a saber: Antonio Agarita da Silva, Gustavo de Sá e Silva, Ivan de Sá Motta, Kurt Ernst Weill, Luiz Felipe Valle da Silva, Raimar Richers, Roberto Gusmão e Wolfgang Schoeps. Desse grupo, seis seriam treinados pelos professores da missão e encaminhados para os EUA para serem responsáveis por disciplinas específicas de Administração, enquanto outros dois teriam a incumbência de ministrar as disciplinas básicas do curso.

O segundo grupo foi composto por Bruno Guerreiro, Carlos José Malferrari, Juozapas Zemaitis, Orlando Figueiredo e Rui Vianna Braga. No terceiro grupo selecionado, surgiu a primeira professora da escola: Polia Lerner Hamburger. Tal docente posteriormente consideraria - ao realizar uma avaliação da cooperação internacional para a criação da escola - que a sua implantação se deu sob uma filosofia de “orientação generalista” (à la Harvard) em oposição a uma tendência à especialização, e através de um “esforço para a formação de todo um corpo docente”.³⁶

Após a fase de implantação, a EAESP viveu seu ciclo de expansão entre 1956 e 1964. Nesse período, as atividades de ensino foram multiplicadas e realizaram-se os primeiros ensaios ao nível da pós-graduação. A expansão tomou uma proporção tal que sua sede tornou-se “sério fator de estrangulamento de suas atividades”³⁷. Com a ajuda substancial do governo americano, viabilizou-se a edificação e inauguração da nova sede no final de 1967, assim como a continuidade das atividades em constante desenvolvimento. Essa nova sede foi batizada como “Edifício John Fitzgerald Kennedy”, homenagem que se relacionava diretamente ao apoio financeiro recente e

³⁶ Serva (1990).

³⁷ Costa (1986), pág. 58.

indiretamente aos apoios dispensados ao longo da história institucional da fundação que foram aqui abordados.

2. MATURIDADE: 1964-79

A suspensão do processo democrático em 1964 significou um rompimento profundo com os valores políticos e com as instituições vigentes. A reforma do sistema financeiro que se segue substituiu a SUMOC pelo Banco Central e criou a correção monetária. É nesse bojo que surgem os primeiros centros de pós-graduação do País: o Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), em São Paulo, e a EPGE, no Rio de Janeiro, com os principais expoentes, respectivamente, Antônio Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen.

Nos anos 60, o Estado expande sua participação na economia nacional, aparecendo em áreas como a Habitação, com a criação do BNH em 1965. No governo Geisel, no início dos anos 70, o programa de substituição de importações e expansão de exportações fora financiado por um aumento da dívida externa.

Em 1966, surgem os primeiros cursos de Pós-Graduação em Economia. Obviamente que tal desenvolvimento acadêmico viria responder a novas demandas. Não mais àquelas relativas à industrialização e à urbanização incipientes, mas sim aos problemas derivados de tais desenvolvimentos, assim como à necessidade da evolução da formação básica em Economia, no sentido das resoluções dos problemas constituídos ao longo da adoção do referido modelo econômico brasileiro.

Um fato relevante, em 1966, foi o encontro de Itaipava. Com a presença de Delfim Netto, Reis Velloso, Simonsen, Conceição Tavares, entre outros, esse encontro é, sem dúvida, crucial no processo de mudança do sistema de ensino em Economia. Em 1968, a reforma educacional deflagrada impingiu modificações substanciais no

ensino universitário brasileiro. Paralelamente à criação dos centros de pós-graduação, verifica-se um aumento da produção acadêmica com a criação de novas revistas e de diversos centros de pesquisa.

É claro que essas modernizações ocorrem dentro de um processo mais amplo. No entanto, é importante notar que, como colocam Durand e Lima (1994), a utilização de padrões teóricos e metodológicos vigentes no Exterior, em especial dos países anglo-saxões, levou a uma “internacionalização” da ciência econômica. Esse processo gerou uma crença cada vez maior na formação acadêmica como condição para o reconhecimento do *status* profissional e à crescente matematização da disciplina como meio de superação dos problemas de linguagem (Coats, 1992).

O primeiro curso oficial de Pós-Graduação em Economia foi implantado na Fundação Getúlio Vargas, em 1966, a Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE). A implantação do segundo curso de Pós-Graduação só ocorreu após a reforma universitária de 1968, com a criação da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, em 1974. Em 1977, foi implantado o Curso de Pós-Graduação em Economia do Setor Público na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Dois anos depois, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi criado o Instituto de Economia Industrial, marco de implantação do ensino e pesquisa pós-graduados em Economia daquela instituição.

Em 1984, é criado o Instituto de Economia da UNICAMP, oficializando-se o ensino de Pós-Graduação nesta área enquanto atividade autônoma às originalmente desenvolvidas enquanto departamento do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). É somente em 1989 que a Fundação Getúlio Vargas, através da Escola Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), implanta oficialmente seu programa de mestrado em Economia de Empresas (anteriormente uma das áreas de concentração de mestrado em Administração de Empresas).

A cronologia da implantação oficial dos programas de mestrado da referida área deve ser compreendida enquanto uma referência, haja vista que os embriões e germes dos referidos programas não coincidem exatamente com a data da implantação oficial. Dito em outros termos, a cronologia acima carece de precisão se levarmos em conta, por exemplo, que a criação da FIPE (em 1974) foi precedida pela criação do Instituto de Pesquisas Econômicas em 1964; que atividades de mestrado em Economia na UNICAMP foram originalmente desenvolvidas no Departamento de Economia e Planejamento Econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFICH) desde 1974 (portanto, dez anos antes da criação do Instituto de Economia); que a criação do Mestrado em Economia de Empresas da EAESP foi precedida pelo desenvolvimento da área de concentração homóloga, desde 1974, no interior do Curso de Mestrado em Administração de Empresas da mesma escola.

Ademais, o desenvolvimento dos programas de Pós-Graduação dos institutos, escolas e fundação acima referidos se dá no interior de instituições nas quais o estudo de ciência econômica e das áreas afins - Administração, Sociologia, Direito, História e Política - se estabeleceu em décadas distintas, tendo, portanto, diferentes e singulares antecedentes e percursos históricos.

Ou seja, se, por um lado, temos a cronologia dos institutos, escolas e fundações de Pós-Graduação em Economia, por outro, temos a cronologia das instituições dentre as quais esses foram sendo implantados, expandidos e consolidados. Iremos também apontar para a variância em torno da relevância dada aos aspectos históricos e técnicos pelas referidas instituições que possibilitaram a evolução da ciência econômica brasileira. Ao fazê-lo, procuramos explicitar as concepções de desenvolvimento e as visões da realidade econômica brasileira embutidas nessas diferentes instituições. Por fim, estaremos fomentando a discussão do final do trabalho em torno da existência e/ou autonomia do pensamento econômico brasileiro, assim como de uma possível natureza eclética deste.

Entre 1979 e 1980, o País experimentou sua última tentativa de ignorar a crise externa. A política econômica concentrou-se, basicamente, no controle da taxa de juros, maior indexação de salários, seguida de desvalorização cambial com prefixação da correção monetária. Os problemas na balança comercial e a inflação, alcançando a casa dos três dígitos ao ano, levariam o ministro Delfim Netto a alterar a política, gerando uma recessão profunda que resolveria o problema da balança, mas não teria nenhum efeito sobre a inflação. É nesse contexto que surge o Curso de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). A partir de alunos recém-chegados de cursos nos Estados Unidos, especialmente do MIT, o curso procurava trazer para o Brasil o rigor americano, mas numa visão alternativa à dominante no governo militar. Os mais conhecidos nomes envolvidos nesse projeto foram Edmar Bacha, André Lara Resende, Pêrsio Arida, Dionísio Dias Carneiro e Francisco Lopes. A PUC-RJ surge como uma dissidência da EPGE.

A seguir, apresentamos a história de seis centros de Pós-Graduação em Economia: EPGE (FGV-RJ), IPE e FIPE (USP), IE (UNICAMP), PUC-RJ, IEI (UFRJ) e EAESP (FGV-SP). Pretendemos reconstituir a memória dessas instituições, dentro da história do País. Assim como eles surgiram dentro de um contexto, como mostramos acima, eles fizeram história.

2.1. EPGE-FGV-RJ

Surgido no âmbito do IBRE, o CAE tinha como objetivo, mediante cursos formais e intensivos, selecionar e treinar economistas candidatos a bolsas de estudo no Exterior, em particular nos EUA. Tais bolsas eram, na sua maioria, patrocinadas pela United Agency for International Development (USAID), pela Rockefeller Foundation ou pelo CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior do Governo Brasileiro). Sendo assim, o CAE foi a experiência embrionária da EPGE, criada em 1966. Nesse sentido, Costa (1986, pág. 67) situa na criação da

EPGE “o término da fase de implantação e expansão do IBRE e o início do estágio de cristalização de seus objetivos, métodos e atividades.”

Assim, em 1966, tendo Mário Henrique Simonsen como primeiro diretor e orientador, surge, na FGV, o primeiro curso de Pós-Graduação em Economia do País. Novamente, são reiterados os objetivos de preparar pessoal especializado em Economia para atender às necessidades governamentais e acadêmicas do País, assim como às necessidades administrativas privadas e ao desenvolvimento da literatura econômica brasileira. Tendo em vista o desenvolvimento da EPGE a partir do CAE, Costa não hesita em qualificar esse último como centro de estudos do IBRE que obteve “maior influência sobre o desenvolvimento da inteligência brasileira no domínio da Economia”³⁸

Dentre os notáveis da dita *intelligenza*, poderemos incluir Gudin, Bulhões, Roberto Campos, Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen. Esse último, na aula inaugural do curso de doutorado da EPGE, em 1964, teria concedido, sob a presença dos ministros João Paulo dos Reis Velloso e Luiz Gonzaga do Nascimento Silva, o título de *honoris causa* aos quatro primeiros.³⁹

Obviamente que se o diagnóstico de Simonsen e Gudin era convergente, nem sempre a dita *intelligenza* concordava nas discussões acerca da Economia. Embora Gudin sempre tenha explicitado admiração por Simonsen e Roberto Campos, suas controvérsias com esse último em torno do planejamento econômico sempre foram públicas e, de certo modo, exprimiam as tendências desenvolvimentistas e neoliberais que se imprimiram no nascedouro da Economia da FGV, nascedouro esse que sempre repercutiu em outras instituições, haja vista o caráter de “instituição de fronteira” daquela fundação. Ademais, o nascedouro dos cursos de Pós-Graduação em Economia, a despeito das convergências em torno das suas necessidades, envolveu conflitos de posicionamentos que irão refletir na ênfase

³⁸ Costa (1986), pág. 96.

³⁹ Costa (1986), pág. 91.

quantos aos aspectos técnicos e históricos que caracterizaram a constituição singular dos seis centros que estão sendo aqui considerados.

Simonsen (1966) relaciona a proliferação de Faculdades em Economia a uma deterioração qualitativa do ensino. Para ele, isso teria levado a um ensino de razoável a péssimo nas diversas Faculdades. Nas “escolas” de maior sucesso, o ensino econômico teria sido desviado de seu centro para abarcar o ensino de Direito e Contabilidade. Apesar de considerar um desvio, afirma que pelo menos tais “escolas” teriam conseguido proporcionar, aos estudantes, um “instrumento útil”, em contraposição às “escolas” - cujo ensino considerado péssimo - que teriam se especializado em “divulgação de idéias vagas”. Um dos pontos deficientes nevrálgicos por ele apontado seria o de “falta de conhecimento básico de matemática e estatística”, o que deixaria os economistas sem possibilidade de utilizar os conceitos - que seriam transmitidos de forma vaga e/ou via jargões - nos problemas práticos. Ou seja, a linguagem matemática e o pragmatismo da ciência econômica são apontados como elementos insuficientemente desenvolvidos, apesar de desejáveis. Isso nos possibilita traçar as origens da concepção do estudo de Pós-Graduação em nosso País.

Assim, alegando necessidades de reforço do ensino pós-universitário, preparo de professores para criação de uma elite profissional de maior nível de especialização e preenchimento de lacunas no ensino universitário normal, Simonsen aponta para três tipos de cursos pós-universitários: (i) de revisão e formação (para suprir as lacunas deixadas pelas universidades); (ii) escolas de Pós-Graduação (para formar professores e profissionais de alto nível); (iii) de especialização (para aperfeiçoar profissionais com objetivo de adaptá-los a determinadas tarefas práticas).

O segundo tipo, objeto desse trabalho, foi viabilizado pelo convênio celebrado entre a FGV, o Conselho Técnico da Aliança para o Progresso (CONTAP) e a Agência Internacional de Desenvolvimento (AID-US). O curso de pós-graduação nasce destinado a “prover o aperfeiçoamento de economistas brasileiros em nível

equivalente ao ‘*Master in Economics*’ das Universidades Norte-Americanas e Européias” (Coe de Oliveira, 1966). O CAE, em 1965, tinha como professores, além de Mário Henrique Simonsen, Aníbal Villela, Jessé Montello, George S. Klingen, João Paulo dos Reis Velloso, Nina Galeno e Werner Baer. Como assistentes ou *advisers* dos estudantes, Sérgio Ramos da Silva, Aníbal Villela e Modesto Grete dos Santos. Os professores visitantes eram Antônio Delfim Netto, Maurice Byé, Arthur Smithies, Fritz Machlup, Ralph Von Gersdorff e Martin Schlaubick. Os cursos de 65 - vistos como transição entre o CAE e a EPGE - eram voltados à Matemática, Estatística, Macroeconomia, Microeconomia, Comércio Internacional, Desenvolvimento Econômico, Economia e Planejamento Soviético e Inglês.

Como ressalta Coe de Oliveira (1966), nota-se, nesse ano, um aumento na sua biblioteca especializada de três mil volumes, em 1965, para cerca de 5.000, em 1966. Dos 70 bolsistas, 41 foram enviados para o Exterior. Destes, 27 teriam concluído estudos, sendo que 5 deles prestaram então serviços a entidades internacionais como Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Organização dos Estados Americanos. Outros estudantes que voltaram ao Brasil e que eram vistos como tendo obtido “excelentes colocações no mercado de trabalho”, dirigiam-se para instituições como BNDE, Ministério do Planejamento e Magistério Superior. Isso nos aponta para a concordância das concepções do ensino acadêmico com a idéia de conciliação entre os interesses nacionais - governistas e internacionais. Ou seja, repete-se, na criação da pós-graduação, a noção do desenvolvimento nacional harmonizado aos interesses internacionais (tal como ocorrera na época do capitalismo em expansão, quando da criação das Faculdades de Economia e da criação da FGV).

Retomando Simonsen, a formação de economistas aos moldes do almejado “gabarito internacional” deveria ser restrita aos centros Rio de Janeiro e São Paulo (ao contrário dos cursos de revisão que abarcariam várias capitais). Simonsen apontava a FGV-RJ e a USP como duas iniciativas voltadas nessa direção de formação. Simonsen aponta que, de acordo com a lei de diretrizes e bases, os cursos

de pós-graduação poderiam ser realizados por universidades ou fundações. Considera que a maior flexibilidade administrativa das fundações seria mais fecunda a essa iniciativa, sublinhando que se os cursos de pós-graduação na Universidade fossem “livres da interferência dos catedráticos tecnicamente desatualizados”, também haveria boas possibilidades do desenvolvimento acadêmico. Ou seja, a técnica, ao lado da cooperação do interesse internacional, é vista como elemento desejável.

Simonsen aponta para remotas possibilidades dos recursos provindos do setor privado nacional, apontando para recursos oriundos basicamente do setor estatal do então regime militar, e de recursos externos, tal como USAID e Ford Foundation. Em relação aos programas, define como núcleo fundamental para constituição do curso as disciplinas de Matemática, Estatística, Econometria, Microeconomia e Macroeconomia. A Sociologia e a História não são apresentadas como disciplinas imprescindíveis, senão pertinentes.

Já Coe de Oliveira aponta para três etapas da escola: Curso Piloto, de 1959 a 1960 (que enviou sete economistas para o Exterior); criação do CAE, de 1961 a 1965 (quando já foi enviado o maior número de economistas, especialmente para os EUA, para obtenção do *master in economics*); criação da EPGE, iniciada em 1966. Aos alunos reprovados nos cursos desse período da EPGE, eram destinados “Cursos de Economia Aplicada”. Tal relatório também aponta para a presença de visitantes (“ilustres personagens”) na EPGE, dentre os quais: Georgescu Røegen, Erich Schneider, Louis Davin e dos ministros Octávio Bulhões e Roberto Campos. Por fim, aponta uma listagem de bolsistas da FGV e da AID-US, dentre os quais podemos destacar, entre outros, Edmar Lisboa Bacha, Flávio Versiani e Cláudio de Moura Castro.

2.2. IPE e FIPE-USP

Em 1964, é criado o IPE. Os objetivos apontados foram: “colaborar com instituições públicas e privadas em programas de desenvolvimento econômico-social; (...) melhoria do ensino de economia; (...) melhoria de técnicos; (...) colaborar na organização e implantação dos cursos de Pós-Graduação em economia; (...) divulgação de conhecimentos econômicos; (...) implementar o sistema de bolsas no sentido de apoiar a formação de estudantes e professores”. Tais objetivos foram construídos com a participação dos principais nomes da Faculdade de Economia. Em 1963, através do então diretor, Dirceu Lino de Mattos, encaminhou-se o projeto de regulamentação do Instituto de Pesquisas Econômicas ao reitor da USP, Luiz Antonio Gama da Silva. Esse enviou solicitação de recursos ao governador Adhemar de Barros. Encaminhada a questão do financiamento, o regulamento é aprovado pelo reitor.

Em 1964, se estabelece o primeiro convênio entre a USP a Faculdade e a USAID. Em 1965 e 1967, foram assinados termos adicionais ao convênio inicial. Através deles, foi integrado ao convênio original o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP). A Faculdade incumbiu-se de viabilizar as instalações para o funcionamento dos cursos de Pós-Graduação sob a responsabilidade do IPE. A manutenção dos salários de bolsistas a serem selecionados para treinamento especializado nos EUA também era tarefa da Faculdade. Já a USAID responsabilizou-se pela vinda e manutenção de dois professores da Universidade de Vanderbilt - William Oliver Thweatt e Gian Singh Sahota - com intuito de prestar assessoria à criação do curso de Pós-Graduação (desenvolvimento do currículo, planejamento para pesquisa e avaliação dos alunos). O professor Sahota era então remunerado pelo convênio da Fundação Ford (esse assinado em 1964 com início de funcionamento em 1965).

Em 1966, iniciou-se no IPE um programa de Pós-Graduação com 17 alunos. Seis foram selecionados para receber treinamento adicional nos EUA, enquanto 4

professores receberiam, nesse mesmo país, treinamento de nível superior. O acordo com a Ford também possibilitou o financiamento de pesquisadores nacionais e estrangeiros (em regime integral), recursos para equipamentos e biblioteca e bolsas de estudo. Em 1969, houve um suplemento financeiro para a continuidade do programa de pós-graduação em 1970 e 1971. Dentre os professores estrangeiros participaram: Gian Singh Sahota e Werner Baer, inicialmente. Depois foram substituídos por Samuel Levy e Andrea Maneschi.

Outro importante convênio se estabeleceu com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), visando ao treinamento de pessoal para a área de bancos, inicialmente no Brasil e posteriormente na América Latina (em 1971 e 1972). O programa financiado por esse convênio concretizou-se efetivamente em 1972 através do Curso de Mestrado em Economia (com opção para Bancos de Desenvolvimento).

Houve também convênios com organizações nacionais, tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE, via FUNTEC - Fundos de Desenvolvimento Técnico-Científico), objetivando apoio à formação de Cursos de Pós-Graduação, sob a condição de algumas vagas serem preenchidas por indicações do BNDE. Anteriormente, em 1968, houve convênio com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda do Estado de São Paulo (campo da Economia e Finanças) e, em 1969, com a Secretaria de Estado dos Negócios de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (pesquisa sobre aspectos demográficos do Estado paulista). Finalmente, em 1970, com a Prefeitura Municipal de São Paulo, visando ao desenvolvimento de curso de Economia Regional.

Dentre os professores brasileiros de maior destaque no IPE nesse momento histórico encontravam-se, além do diretor supramencionado, Antônio Delfim Netto (chefe do Conselho Departamental de Economia) - considerado por G. Mantega como principal executor do modelo brasileiro de desenvolvimento de 1964-84, ao lado do seu principal ideólogo, Roberto Campos - além de Dorival Teixeira Vieira, Flávio

Fausto Manzoli, José Francisco de Camargo, Laerte de Almeida Moraes, Luiz Arthaud Berthet, Luiz de Freitas Bueno e Roberto Pinto de Souza. Tais eram os nomes que ocupavam posições hierárquicas mais elevadas no IPE e demais setores administrativos da Faculdade.

Assim precedida pela criação do IPE, se dará a criação da FIPE em 1974. Aos nomes dos brasileiros acima citados podemos adicionar os de José Francisco de Camargo, Affonso Celso Pastore, José Pastore, Alice Piffer Canabrava, Antonio Morales, Diva Benevides Filho, Heraldo Barbuy e Laerte de Almeida Moraes, todos da FIPE em 1974.

A FIPE surge como instituição de direito privado em janeiro de 1974. Foi instituída “com a finalidade de prover o IPE de uma estrutura com personalidade jurídica hábil para firmar contratos e convênios de prestação de serviços a entidades públicas e privadas (...) Dessa forma, os objetivos da FIPE permanecem idênticos aos definidos anteriormente para o IPE”⁴⁰. Assim, enquanto o IPE se configura como unidade do departamento de economia que operacionaliza as atividades de ensino a nível de Pós-Graduação, a FIPE vem colaborar com esse departamento no sentido de provê-lo com os recursos humanos e financeiros adicionais para o cumprimento dos objetivos daquele.

Após a transformação do Curso de Pós-Graduação em Mestrado de Teoria Econômica em 1970 (com o devido credenciamento junto ao Ministério da Educação e Cultura), desenvolve-se, a partir de 1974, o Curso de Doutorado. Paralelamente, desenvolvem-se também cursos de especialização nas áreas de Economia Regional e Urbana, Comércio Exterior, Cooperativismo e Nutrição. Nessa fase, o curso de pós-graduação já conta com 75 alunos, selecionados sob os auspícios da EPGE-FGV e do IPE-USP. As disciplinas e o corpo docente dessa época e de 1985 e 1995 estão sistematizadas na próxima seção. No presente

⁴⁰ Canabrava (1984), pág. 233.

momento, estamos mais centrados nas considerações históricas da criação dos seis cursos de Pós-Graduação supramencionados.

Assim, vimos que a Faculdade de Economia nasce de uma tensão entre as vocações universalistas e técnico-profissionalizantes, herdando elementos das vertentes comercial-jurídicas, quantitativo-matemática (da Politécnica) e sociológicas (da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais). Dessa confluência de vertentes, constitui-se a vertente institucional que irá abrigar a mentalidade nacionalista e desenvolvimentista da classe dirigente. O perfil da pós-graduação irá retomar aqueles princípios em um contexto histórico no qual os desenvolvimentos econômico e institucional brasileiros já haviam se tornado mais complexos e novamente carentes de aperfeiçoamento de técnicos e especialistas.

2.3. IE-UNICAMP

O estudo da ciência econômica na UNICAMP foi iniciado em 1968 no Departamento de Economia e Planejamento Econômico (DEPE). Esse departamento integrava o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. As primeiras atividades nele desenvolvidas, entre 1968 e 1970, consistiram na realização de cursos para graduados de Planejamento Econômico. A experiência adquirida com esses cursos possibilitou dar início, em 1970, ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas. A partir de 1974, teve início o Curso de Mestrado em Economia. Em 1977, foi inaugurado o Curso de Doutorado em Economia.

Em 1984, dá-se a criação do Instituto de Economia. Tal instituto origina-se do DEPE. Segundo Orozco (1994), já em 1975, foram iniciadas as primeiras formulações de propostas para separar o Departamento de Economia e Planejamento Econômico e constituir-lo como um instituto. A autora ressalta que o IFCH fôra criado em 1966, abrangendo as áreas de epistemologia, filosofia e lingüística. Em 1968, são definidas novamente as áreas em três departamentos: Ciências Sociais

(Antropologia, Filosofia, História, Política e Sociologia), Economia e Planejamento Econômico e Lingüística. A criação do mestrado em economia foi precedida no referido instituto pela implantação dos programas em antropologia social e lingüística desde 1971. Todas as demais áreas deram início aos cursos de mestrado somente em 1974.

Orozco (1994), analisando o caso do IFCH entre 1986 e 1992, ressalta que a situação econômica recessiva teria tanto condicionado as modalidades de financiamento de pesquisas, como limitado a abrangência de recursos aos distintos projetos, sobretudo os de grande porte e que envolviam grupos de pesquisa. Segundo ela, essa situação teria sido remediada na área das ciências “duras” pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que não contemplou as Ciências Humanas e Sociais. A autora relaciona isso, por um lado, ao pouco amadurecimento e consolidação do campo das Ciências Sociais. Por outro, considera que as ciências naturais, exatas ou tecnológicas (ciências “duras”) teriam processos de validação do conhecimento mais concretos, sendo seus produtos mais diretamente conectados às perspectivas de serem incorporados aos processos de desenvolvimento científico-tecnológico de um determinado País.

As Ciências Sociais, em contraposição, não se caracterizam por uma aplicação imediata, já que não é exatamente esta sua finalidade. Seu âmbito de estudo “responde a uma necessidade social, cultural, política e econômica que leva anos para ser compreendida em sua totalidade”.⁴¹ Assim, suas colocações nos levam a crer que a criação do Instituto de Economia tenha sido realizada não somente em função do interesse manifestado desde as primeiras propostas acima referidas no ano de 1975, mas também em função dos atrativos de apoio financeiros, possivelmente mais viáveis em um Instituto de Economia autônomo do que o seria no interior de um Instituto de Ciências Sociais. A colocação do estudo econômico à parte das pesquisas da área de ciências sociais propriamente dita poderia ser vista como facilitadora na obtenção de recursos, haja vista que tornar-se-ia mais nítido a

⁴¹ Orozco (1994), pág. 4.

validação de seu conhecimento e sua aplicabilidade ao desenvolvimento científico-tecnológico, esse tão exaustivamente manifestado como desejável pelas agências governamentais de fomento à pesquisa.

Feitas tais considerações, torna-se possível abordarmos a situação do IFCH e do estudo econômico no IFCH no ano que antecedeu a criação do Instituto de Economia. Em 1983, o IFCH contava com: o Departamento de Ciências Sociais (antropologia social, ciência política, geografia e sociologia); o Departamento de Economia e Planejamento Econômico; o Departamento de Filosofia; o Departamento de História. A comissão de Pós-Graduação era composta pelos nomes de Antonio Augusto Arantes Neto (antropologia social), Balthazar Barbosa Filho (filosofia), João Manuel Cardoso de Mello (economia), além dos suplentes.

O então Departamento de História abarcava disciplinas relacionadas à História Econômica do Brasil e às Técnicas de Pesquisa em História Econômica. Ademais, também incluía uma série de seminários em torno da temática capitalismo e agricultura. Em relação ao Departamento de Economia propriamente dito, havia uma série de disciplinas intimamente relacionadas às questões históricas, políticas e sociológicas. As disciplinas mais relacionadas a aspectos matemáticos e instrumentais não eram tão numerosas em comparação com as de outras universidades e institutos, senão não caracterizariam o fulcro do curso em questão.

Em 1983, o Curso de Mestrado era composto das seguintes áreas de pesquisa: Política Econômica e Economia Brasileira; Organização, Estrutura Industrial e Progresso Tecnológico; História Econômica e Evolução da Concentração Regional do Brasil; Estrutura e Organização do Mercado de Trabalho; Políticas Públicas Setoriais; Transformações e Dinâmica da Agricultura. Em 1985, poucas mudanças ocorrem nos programas das diferentes áreas de concentração. O Instituto de Economia mantém as mesmas áreas de concentração do DEPE do IFCH. Ocorrem somente algumas alterações e remanejamentos do corpo docente. A área de Política Econômica e Economia Brasileira passa a contar com a colaboração de Conceição

Tavares, Wilson Cano, Paulo Roberto Davidoff Chagas Cruz e Sérgio Silva (esse último migrante da área de Transformações e Dinâmica da Agricultura). Por outro lado, José A. Saenz deixa de compor tal grupo.

O Instituto de Economia se estrutura em dois departamentos: Departamento de Teoria Econômica, encabeçado por Marques Pagnani, Ferdinando de Oliveira Figueiredo, Jorge L. Miglioli, Luiz Gonzaga de Mello Belluzo e Maria Conceição Tavares, e Departamento de Política e Desenvolvimento, encabeçado por Antonio Barros de Castro, Carlos Francisco T. M. R. de Lessa, João Manuel Cardoso de Mello, Osmar de Oliveira Marchese, Octavio Vicente Rodrigues e Wilson Cano.

2.4. PUC-RJ

Segundo Laércio Dias de Moura (1964), os estatutos da Pontifícia Universidade Católica foram remodelados em 1962. As entidades da Universidade passaram a ser organizadas em centros, “cuja finalidade será planejar e coordenar as atividades das instituições que os integrarem”⁴². Em 1965, estavam constituídos cinco centros: Centro Técnico-Científico (com Escola Politécnica para formação de engenheiros civil, elétrico, mecânico, metalúrgico e químico; além de institutos: tecnológico; de física e matemática; de química e centro de processamento de dados); Centro Jurídico-Social (Faculdade de Direito, Instituto Social, Instituto de Estudos Políticos e Sociais, Instituto de Administração e Gerência e Escola de Líderes Operários e Instituto Superior de Formação Operária); Centro Filosófico e Humanístico (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Instituto de Psicologia Aplicada, Escola de Biblioteconomia e Documentação Santa Úrsula); Centro Médico (Escola Médica de Pós-Graduação, Instituto de Odontologia e Escola de Enfermagem).

⁴² Dias de Moura (1964), pág. 581.

Aqui vale ressaltar o Centro Jurídico-Social, particularmente o Instituto de Estudos Políticos e Sociais. Tal instituto abrangia, na época (1965), a Escola de Sociologia e Política (que formava alunos especializados em três linhas: Sociologia, Economia e Política) e o Núcleo de Economia e de Sociologia Aplicada (órgão destinado a realização de pesquisas, dando também aos alunos possibilidade de completarem seus estudos teóricos com participação ativa em pesquisas concretas). Tal instituto também contava com uma publicação, a revista *Síntese Política, Econômica e Social*. Moura também menciona que esse instituto havia iniciado, na Escola de Sociologia e Política, suas primeiras atividades de Pós-Graduação em 1965, com quatro alunos de mestrado e um de doutorado. Já no Instituto de Administração situava-se, mais enfaticamente, a preocupação gerencial, nele oferecendo-se cursos de: Gerência-Geral, Gerência de Produção, Gerência Bancária, Técnica de Treinamento e Técnica de Ensino.

Segundo documento de 1977 do então Centro de Ciências Sociais - Departamento de Economia e Administração -, esse mesmo departamento teria sido criado em 1963. Suas atividades eram: pesquisas econômicas; ensino graduado em Economia e Administração de Empresas; Pós-Graduação (apenas mestrado) em Administração de Empresas (desde 1973). Tal documento propugnava que, frente ao seu objetivo fundamental de desenvolver a graduação em Economia, havia se criado as condições para o início do Programa de Mestrado em Economia do Setor Público.

O objetivo de tal programa era dar aos alunos “uma sólida formação teórica e institucional adequada ao entendimento de aspectos relevantes da economia contemporânea, nos quais é dominante o envolvimento do Governo”. A escolha da Economia do Setor Público como área de interesse específico justificava-se em função “da crescente participação do setor público na economia brasileira, bem como da relevância do papel regulatório do Estado nos sistemas econômicos modernos; da importância dos sistemas de planejamento e coordenação na formação e implementação da política econômica; da inexistência no País de programa similar que objetive a formação de profissionais com treinamento especificamente dirigido

para a área; da disponibilidade local de um grande número de técnicos e pesquisadores aptos a prestar sua colaboração a um programa desse tipo”.

Assim constituía-se um programa que visava ao desenvolvimento de temas como formulação de políticas, processos de planejamento e coordenação, controles governamentais e experiência brasileira de participação do Estado na economia, assim como as articulações entre os setores público e privado na economia brasileira. Para o exame de seleção - coordenado pela ANPEC - avaliava-se igualmente conhecimentos de Macroeconomia, Microeconomia, Estatística, Matemática e Economia Brasileira. Havia um total de 15 vagas, sendo que outras eram acrescentadas para candidatos latino-americanos. As bolsas de estudo provinham do CAPES E CNPq.

A partir de 1963, o Departamento de Economia iniciou atividades de pesquisa integrada e, desde 1977, o Mestrado em Economia faz parte de 1 dos 3 centros da PUC: o Centro de Ciências Sociais (os outros dois são Teologia e Ciências Humanas e Técnico-Científico). Contém cerca de 45 alunos de mestrado e 1 corpo docente constituído de 30 professores. Seu núcleo básico compreende instrumentos matemáticos e conhecimentos de Sociologia, Ciência Política e Antropologia. Já o núcleo profissional contém disciplinas obrigatórias nas áreas de macroeconomia (7), microeconomia (4), história econômica (5), métodos quantitativos (6), além de créditos em disciplinas eletivas muitas vezes desenvolvidos fora do departamento de origem. As bolsas continuam provindas das 2 instituições acima referidas, sendo que a CAPES e a FINEP vem avaliando positivamente o departamento, propiciando apoio financeiro para o desenvolvimento de suas atividades de pesquisa.

2.5. IEI-UFRJ

Podemos apontar a reforma universitária e o pioneirismo dos cursos de pós-graduação da EPGE e IPE (cursos esses fortemente estruturados sob a influência do

pensamento econômico norte-americano) como fatores de influência no projeto do curso de pós-graduação da UFRJ. Ademais, a industrialização, que ganhava cada vez maior complexidade, foi igualmente fator de influência do perfil do curso, haja vista a denominação do instituto que dele se encarregou, Instituto de Economia Industrial.

Também é lícito apontar para a influência do pensamento de outros importantes economistas além dos citados anteriormente. Tal é o caso de Maria Conceição Tavares, formada pela faculdade de Lisboa, com passagens profissionais pelo BNDE, CEPAL e FINEP, e acadêmicas na FGV (1963-68), Universidade do Chile (1969-73), UNICAMP (1969/1973/1975/1976/1977), Universidade do México (1974) e CIDE (Centro de Investigaciones e Docência) (1974-75) (vide Biografia Resumida na terceira seção). Outro nome de importância, artífice da vertente “jurídica”, foi Themistócles Brandão, catedrático da Universidade, lecionando a disciplina Instituições de Direito Público na década que antecedeu a criação do Instituto de Economia Industrial. Como foi mencionado anteriormente, Brandão foi um dos principais protagonistas do núcleo de economia da FGV. Ou seja, o IEI viria a sofrer influências diretas das experiências do estudo econômico desenvolvido na FGV e UNICAMP.

Vale lembrar que a FEA-UFRJ foi criada pela lei de 1937 como uma das unidades constitutivas da então Universidade do Brasil e sob a denominação de Faculdade Nacional de Política e Economia. Tal denominação foi alterada para Faculdade Nacional de Ciências Econômicas em 1945. Em 1946, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (Fundação Mauá) foi encampada à Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, sendo que isso implicou alargar o campo de estudo inicial - voltado às ciências econômicas, contábeis e atuariais - em direção às problemáticas pertinentes à área administrativa.

Nas duas primeiras décadas, a Faculdade gozou de prestígio, a despeito da ausência de uma prática rotineira de pesquisa. Esse êxito teria tido origem na estreita

cooperação - informal e eficaz - entre a FEA e a FGV. Porém, nas décadas seguintes, esse esquema de cooperação não foi mantido. A FGV trilhou seu próprio caminho com a formação do CAE. O debilitamento desse laço tornou patente a precariedade de um curso de economia dissociado da atividade de pesquisa. Isso era ainda mais flagrante quando comparado com os processos de outras universidades, notadamente a USP, que, na segunda metade dos anos 60, lograva um processo de crescimento com forte apoio de mecanismos de fomento instituídos pelo CNPq, CAPES, BNDE e FINEP.

Tais fatos levaram a Universidade a agir no sentido da revitalização do curso de graduação em Economia. Como reforço e ampliação desse movimento se deu a criação do programa de pós-graduação em 1979, tal como nos aponta o documento do diretor da FEA, Américo Cury, ao decano do CCJE (Oscar Dias Corrêa), tratando da criação do Instituto de Economia Industrial.

Segundo Cury (1979), o curso de Pós-Graduação foi pensado tendo em vista explorar as lacunas dos programas em andamento no País. Por outro lado, visava constituir-se como uma opção alternativa, quanto a áreas de concentração, aos cursos de graduação fluminense, a saber, da EPGE e do departamento de Economia da PUC. Assim, ao departamento de economia da FEA interessava sobretudo o campo da Economia Industrial e os estudos relativos à estrutura industrial e dinâmica econômica. Desse modo, ia se desenhando o foco do curso, cuja equipe já formada e em formação “carregava” conhecimentos da temática então ainda pouco estudada pelo conjunto de membros da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC).

À FEA veio somar-se a iniciativa da COPPE, que iniciava, em caráter experimental, um programa de mestrado em Economia da Tecnologia. Partindo de um diagnóstico que visualizava benefícios mútuos na unificação dos dois projetos, planejou-se um curso com base comum e com duas áreas de concentração: Economia Industrial e Economia da Tecnologia. A FEA sediaria o projeto e a COPPE colaboraria com professores, recursos financeiros e apoio logístico.

Depois de concluídas as tratativas internas no sentido da aprovação da solução Faculdade-Instituto de Pesquisas (solução esta de comprovada validade na USP), a FEA partiu para as negociações externas. A ANPEC reconhece o mérito do projeto em 1978. Logo depois foi obtida a aprovação do ministro da Educação e Cultura (presidente do Conselho Nacional de Pós-Graduação), condição essencial para o deferimento da cooperação financeira postulada junto a agências governamentais (CNPq, CAPES e FINEP).

O programa de pós-graduação inicia-se com 22 professores com doutorado ou em doutoramento. Tais professores também tiveram parte ativa no curso de graduação. Já o alunado, com 27 integrantes, 15 em tempo integral e 12 em tempo parcial, possuía dois de seus integrantes vinculados ao Programa de Capacitação de Docentes da CAPES. No segundo semestre do funcionamento do referido programa, foram oferecidos seminários nas duas áreas acima referidas com especialistas nacionais dos setores públicos e privados. Com a ajuda da UNESCO e do CNPq, também se fizeram presentes 2 professores estrangeiros: Sylos-Labini (Universidade de Roma) e Nathan Rosenberg (Universidade de Stanford). Vale dizer que o número de professores com a referida qualificação acadêmica era bastante significativo. Na época, somente a USP exibia maior potencial. Tal fato colocava a UFRJ em posição de comparação com PUC-RJ e UNICAMP, então consideradas pelo catálogo da ANPEC como os maiores programas em operação. Tal fato propiciaria a retomada do prestígio do ensino econômico da UFRJ, facilitando os projetos de cooperação com outras instituições, notadamente com o Programa de Pós-Graduação da PUC-RJ. Nesse movimento também buscou-se reavivar os laços de cooperação com a FGV.

Nas circunstâncias da criação do curso, afigurava-se de grande importância para alguns organismos do setor público federal (e estadual) a pesquisa sobre temas relacionados com o desenvolvimento industrial, desenvolvimento tecnológico e estudos das políticas nacionais de desenvolvimento científico e tecnológico e suas inter-relações com outros segmentos da economia nacional e internacional.

Vale também acrescentar que a Comissão de reforma universitária, criada pelo reitor em 1978, questionava-se a respeito do como incentivar, de forma mais vigorosa, a pesquisa nos setores de Ciências Humanas e Sociais. Ao fazê-lo, objetivavam que a política das agências financiadoras governamentais não contemplassem somente os setores diretamente relacionados à aceleração do desenvolvimento. Essa questão colocada pela comissão incentivou debates no departamento de economia acerca de seu futuro desenvolvimento. Desses debates participaram os professores do departamento, a diretoria da FEA, o Decanato de Ciências Jurídicas e Econômicas, bem como personalidades ligadas às instituições que coordenavam o PNPE (Programa Nacional de Pesquisas Econômicas) da Secretaria de Planejamento da Presidência, a saber, IPEA, FINEP, IBGE, BNDE e CNPq.

Assim, imprimiu-se uma preocupação crítica relativa aos processos de desenvolvimento, perspectiva esta consoante às vertentes de estudo econômico que valorizam os saberes sociológicos e históricos. Tal preocupação expressava-se pela tomada de responsabilidade na contribuição da discussão, estudo e equacionamento dos problemas associados ao desenvolvimento econômico e social do País. Em oposição aos discursos exaltadores do “moderno” desenvolvimento, erguiam-se, em torno das áreas de concentração acima referidas, preocupações em torno de um desenvolvimento socialmente sustentado.

Desse modo, constituíram-se três vertentes na estruturação do Instituto: Economia Industrial (com particular interesse pela industrialização brasileira); Economia da Tecnologia (inovação e transferência tecnológicas, difusão de progresso técnico, agentes institucionais da inovação); Política Científica e Tecnológica (suas inter-relações e efeitos sobre o desenvolvimento nacional). Além dessas vertentes, também realizaram-se projetos especiais, multisetoriais ou multidisciplinares (aspectos econômicos da informática ou da economia da energia). Antes de especificar em maiores detalhes estas três vertentes, vale dizer que a Universidade obteve apoios para seus desenvolvimentos: convênio com FGV e IPEA (que possuíam excelentes bibliotecas); fomento à pesquisa por parte do CNPq;

pesquisadores colocados à disposição do programa pela Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio; pesquisadores e financiamentos da FINEP; projetos de pesquisa conjuntamente ao IBGE; BNDE e IPEA. No plano internacional, angariou-se assistência técnica e financeira da OEA e UNESCO.

Atualmente, o instituto abarca três áreas de concentração: Economia Industrial, Política Econômica e Economia do Trabalho. A Fundação Universitária José Bonifácio é o órgão responsável pela gestão financeira das pesquisas contratadas ao Instituto. Vale também mencionar que, em 1996, o Instituto de Economia Industrial vem sofrendo modificações. Passará a chamar somente Instituto de Economia. Acompanhando tal mudança, estarão se separando Economia e Administração. O atual diretor é José Ricardo Tauile, coordenador de ensino, Carlos Aguiar de Medeiros, e coordenador de Pesquisas, João Sabóia.

2.6. EAESP-FGV-SP

De acordo com o cruzamento da cronologia da EAESP fornecido pelo documento que registra os discursos proferidos na inauguração da nova sede e de dados contidos em Curado (1994), após a fase de implementação dos primeiros cursos da EAESP, deu-se início à fase de expansão com o curso de pós-graduação em Administração de Empresas em 1958. Em 1959, dava-se a criação do Núcleo de Pesquisas e Publicações e da Associação de Ex-Alunos. Em 1961, ocorre o lançamento da *Revista de Administração de Empresas* (RAE). Em 1963, há o reconhecimento da escola pelo governo. Em 1964, institui-se o Seminário de Administração Bancária. Em 1965, inicia-se o Curso de Especialização de Professores e Instrutores de Administração assim como o Fundo de Bolsas.

Em 1966, despontam três cursos especiais de extensão universitária. Em 1969, amplia-se o ensino e pesquisa à administração pública através do Curso de Administração Pública. Em 1975, é introduzido o Curso de Administração de Saúde

e Hospitalar. Finalmente, em 1989, dá-se início ao curso de Pós-Graduação em Economia de Empresas e, em 1993, o *Master in Business Administration*.

É possível resgatar importantes momentos históricos dessa escola que antecederam à criação do curso de pós-graduação. Tais momentos referem-se a quatro situações críticas que serão aqui abordadas. Sua análise permitiu a Curado (1994) identificar alguns padrões culturais da EAESP, tal como uma filosofia de ensino voltada à formação de generalistas com capacidade de ter uma visão global de administração, uma visão moderna manifestada por uma política de internacionalização (convênios e intercâmbios com professores e instituições estrangeiras), uma cultura participativa (ou burocracia representativa), a existência paralela de poderes formais e informais e um orgulho da instituição e do que ela representa pelos membros de sua comunidade (esta apontada como aspecto merecedor de um maior aprofundamento via “psicanálise da organização”). Antes de abordarmos os referidos momentos críticos acima referidos, vale também dizer que a autora considera que eles geraram mudanças culturais incrementais, tais como a introdução de novos artefatos consistentes com a cultura institucional. Não obstante, aponta que, em tais processos, os valores básicos institucionais foram mantidos ou reforçados.

A primeira crise foi em relação à autonomia frente à Fundação. Ela ocorreu em 1964 quando o corpo docente, sob influência do projeto liberal de autonomia universitária, reivindicava mais autonomia. Isso porque até 1964 os diretores eram nomeados pelo presidente da Fundação. Diante das reivindicações do corpo docente, foi aprovado regimento que deu maiores poderes à congregação, sendo, a partir dali, possível a existência de um diretor eleito (o primeiro, em 1967, foi Gustavo de Sá e Silva). O segundo momento crítico ocorreu em 1968 quando do acordo firmado entre o governo do Estado de São Paulo e a EAESP visando à implantação do curso de Administração Pública. Desta feita foi a vez do corpo discente: os alunos do curso de Administração de Empresas entraram em greve alegando que a implantação do referido curso poderia ser prejudicial aos cursos de empresa e que os alunos da

futura Administração Pública iriam constituir-se como concorrentes na área de empresas privadas. Apesar de o confronto ter levado a um aumento da representação do corpo discente na congregação, a diretoria endureceu e os alunos perderam o semestre.

Já em 1974-75, houve nova situação de tensão, dessa vez envolvendo a questão da eleição para diretor. Travou-se uma polêmica entre a EAESP e a Fundação, uma vez que o referido regimento aprovado em 1964 não fôra registrado no Conselho Federal de Educação. O nome de Pedro Celidônio foi vetado por Simões Lopes, que fôra alertado por um professor americano (então em visita ao Brasil na comemoração dos 20 anos de escola) que estaria havendo “pregação comunista” em uma das palestras que ocorrera na escola. Simões indicou o nome de Ary Oswaldo. Segundo o depoimento do professor Carmona a Curado, no dia da posse Simões teria vindo com um novo regimento que desvirtuava a escola e que acabava com o processo eleitoral e com o Departamento de Economia.

No entanto, o indicado por Simões nomeou o vetado Celidônio para vice-diretor acadêmico, apimentando a tensão. Após grande negociação, a diretoria eleita se demitiu e uma diretoria provisória elaborou um novo regimento onde, por um lado, a escola cedeu (admitiu uma lista sêxtupla na eleição do diretor) e, por outro, a fundação aceitou o processo eleitoral da escola, bem como a manutenção do Departamento de Economia. Esse conflito entre a Fundação e a escola teria sempre existido potencialmente; nos últimos 40 anos, “a relação pode ser descrita como de amor e ódio, com grupos da EAESP constantemente tentando romper com a mantenedora e a Fundação numa posição ambígua: por um lado, querendo que a escola seguisse seu rumo e, por outro, não querendo romper com a escola, uma vez que esta sempre teve muito prestígio em São Paulo e no Brasil como um todo”⁴³. A autora também conclui que, a partir dos depoimentos por ela obtidos, em função de estar fisicamente longe da Fundação, a EAESP teria tido, ao longo de sua história, maior autonomia que as outras unidades, ainda que questões de negociação salariais,

⁴³ Curado (1994), pág. 20.

de orçamento e investimentos fossem centralizadas pela Fundação. Tal centralização teria sido amenizada a partir de 1992.

Em 1981, ocorre o quarto momento crítico, dessa vez manifestado pela ameaça do fechamento dos cursos de graduação. Frente a dificuldades financeiras, em 1980, a Fundação teria decidido acabar com as atividades deficitárias e tornar-se uma instituição voltada somente ao ensino pós-graduado. Na ocasião, fechou-se a escola de Nova Friburgo, a Escola Técnica de Comércio e o Curso de Graduação da EBAP. O curso de graduação da EAESP - deficitário - também ficou na mira de ser eliminado. Negociações ocorreram e a escola se manteve sob a condição de zerar seu déficit. Para tal, foi necessário um aumento real das mensalidades, acompanhado de um enxugamento da estrutura -leia-se aumento do número de alunos por curso.

A criação oficial do Curso de Pós-Graduação em Economia de Empresas (em 1989) foi precedido por longo desenvolvimento histórico-institucional, tanto da Fundação como da própria EAESP. Como foi apontado acima, antes mesmo de se constituir como um setor autônomo em relação aos demais, o departamento de Economia se viu sob ameaça de extinção. Não obstante, o prestígio da escola paulista, no berço do principal centro industrial latino-americano, possibilitou a superação das crises e a reafirmação dos ideários institucionais. Nesse sentido, a despeito dos percalços, a escola paulista não somente sobreviveu como manteve seu desenvolvimento na direção de afirmar-se como centro de excelência.

Assim nasce, em 1989, o Curso de Mestrado em Economia de Empresas. Tal curso constituiu-se com o objetivo de propiciar o aprofundamento da teoria econômica básica para alunos com curso de graduação em qualquer área afim com Administração e Economia que estivesse voltado para a realidade empresarial e financeira. Um dos objetivos do programa, ainda hoje vigente, seria o de dotar os alunos de um “instrumental analítico básico para um economista (teoria econômica, econometria e matemática)”, assim como possibilitar-lhes “o acesso à literatura

publicada nas melhores revistas estrangeiras” (vide manual do candidato). Aos alunos também é propiciada a valorizada candidatura ao programa de intercâmbio com universidades estrangeiras. Isso nos aponta para um perfil curricular que valoriza tanto os aspectos técnicos quanto os mais recentes do estudo do saber econômico. Os aspectos históricos e sociológicos, bem como os clássicos do saber econômico, estão também presentes, mas não configuram o acento básico do curso. A preocupação com a realidade empresarial e financeira suplanta a preocupação com a realidade social propriamente dita.

Em comparação ao desenvolvimento histórico do Mestrado em Economia no Rio de Janeiro (que culmina com a criação da EPGE), o desenvolvimento deste, no âmbito paulista da Fundação, esteve desde seus primórdios mais atrelado ao desenvolvimento do saber administrativo. Na EPGE, tais desenvolvimentos foram mais paralelos do que propriamente entrelaçados.

III. SISTEMATIZAÇÃO DE CORPO DOCENTE, PROGRAMAS SELECIONADOS E ELENCO DE DISCIPLINAS DOS CENTROS ESTUDADOS

O pensamento econômico brasileiro desenvolvido globalmente nas instituições de nível superior apresenta, por um lado, um rico ecletismo e multidisciplinaridade e, por outro, um certo colonialismo científico que imprime um tom hegemônico às preocupações mais afinadas às demandas pragmáticas e instrumentais do desenvolvimento do capitalismo internacional e nacional.

Os Centros de Pós-Graduação em Economia no Brasil, atualmente, apresentam grande diversidade de enfoque em seus programas curriculares. Em todos os centros, o número de disciplinas eletivas é bem maior que as obrigatórias, o que abre um espaço natural para o pluralismo. Ao analisarmos as diversas áreas de concentração que cada centro oferece, notando que determinadas disciplinas são

obrigatórias em um centro e eletivas em outro, vemos claramente uma diversidade e uma não-padronização da estrutura curricular dos programas de pós-graduação.

Porém, é possível notar alguma “especialização temática” dos Centros, especialmente nos programas de Mestrado. Para uma tentativa de classificação, vejamos antes algumas adjetivações.

Franco (1992) prefere a dicotomia *mainstream* e cepalinos para descrever dois tipos de paradigmas dominantes nos centros brasileiros: o primeiro, calcado em instrumentos quantitativos e sofrendo mais influências internacionais; o segundo, possuindo uma identidade própria e alternativa, mantendo fidelidade às interpretações cepalinas e marxistas. Nesse sentido, EPGE-FGV, FIPE-USP e PUC-RJ ajustam-se mais ao modelo *mainstream* e UNICAMP, FGV-SP e UFRJ se aproximam mais do arquétipo cepalino.

Em Arida (1989), o dualismo ocorre entre *soft science* e *hard science*, que são também duas ênfases diversas que poderiam qualificar a tendência de um centro de pós-graduação. Se usarmos, como critério para agrupar os centros, a ênfase nos clássicos e no estudo da história ou na utilização de manuais *up-to-date* (idéia de fronteira do conhecimento), os resultados são muito próximos. A PUC-RJ, a UFRJ e a FGV-SP (talvez a mais pluralista e heterogênea) apresentam um equilíbrio entre as duas ênfases, aproximando-se a USP e EPGE do modelo *hard science* e a UNICAMP do *soft science*.

Klamer (1989) opõe os adjetivos americano e europeu para descrever dois padrões de comportamento dos economistas, do ponto de vista da retórica, mas que poderíamos aplicar, por extensão, às diferenças entre os centros de ensino, especialmente no Brasil. O economista americano (e o centro com inspiração americana) é menos envolvido em política econômica e mais teórico, abstrato e preso a técnicas. O seu par europeu é mais preocupado com questões institucionais e constitui um universo bem mais heterogêneo, até pela diversidade de países e

idiomas. Os dois grupos divididos anteriormente também se mantêm por esse critério.

Apresentamos, a seguir, os currículos e a estrutura de disciplinas de programas de pós-graduação em três momentos distintos. Chamamos a atenção para o domínio de universidades americanas na formação dos professores dos cursos de Pós-Graduação.

Quadro II: EPGE - Fundação em 1966

Escola de Pós-Graduação em Economia

Corpo Docente

Angelo de Souza Anita Newman Aníbal V. Villela Augusto Jefferson de Oliveira Lemos Basílio Martins Douglas Graham George S. Klingen Henrique Gomes Henry Bouverie Cox Howard Ellis Isaac Kerstenetzky Janes de Souza Jessé de Souza Montello	João Paulo dos Reis Velloso José Antônio F. Rodrigues Julian M. Chacel Luís Fernando da Silva Pinto Mário Henrique Simonsen Mário Pinto Michael J. Fink Modesta Edit Grete dos Santos Ney Coe de Oliveira Sérgio Ramos da Silva Sílvia da Silva Bergqvist Werner Baer
--	--

Disciplinas

Matemática Estatística Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico Política Monetária Teoria Econômica Geral Macroeconomia Microeconomia Econometria	Desenvolvimento Econômico Planejamento Econômico Política Fiscal Economia Agrícola Problemas Econômicos Brasileiros Economia Industrial História do Pensamento Econômico
--	--

Quadro III: EPGE-FGV - 1985

Corpo Docente	Qualificação		
Afonso Arinos de Mello Franco	Doutor	N.D.	
Antonio Carlos Braga Lemgruber	Ph.D.	Virginia Univ.	EUA
Antonio Carlos Porto Gonçalves	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Antonio Maria da Silveira	Ph.D.	Carnegie Mellon	EUA
Antonio Salazar Pessoa Brandão	Ph.D.	Purdue Univ.	EUA
Carlos Geraldo Langoni	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Claudio Luiz da Silva Haddad	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Clóvis José de Faro	Ph.D.	Stanford Univ.	EUA
Dionísio Dias Carneiro	Ph.D.	Vanderbilt Univ.	EUA
Fernando de Holanda Barbosa	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Gregório Forell Lowe Stukart	Doutor	Columbia Univ.	EUA
Isaac Kerstenetzky	Mestre	N.D.	BRA
Jessé de Souza Montello	Bacharel	N.D.	BRA
João Paulo dos Reis Velloso	Master	Yale Univ.	EUA
José Júlio de Almeida Senna	Ph.D.	John Hopkins Univ.	EUA
José Luís Carvalho	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Mário Henrique Simonsen	Doutor	FGV	BRA
Moysés Glat	Mestre	York Univ.	EUA
Ney Coe de Oliveira	Doutor	Univ. Gregoriana	Itália
Paulo de Tarso Medeiros	Doutor	Chicago Univ.	EUA
Paulo Rabello de Castro	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Raul José Ekerman	Ph.D.	Cornell Univ.	EUA
Ricardo Varsano	Ph.D.	Stanford Univ.	EUA
Roberto Fendt Júnior	Doutor	Chicago Univ.	EUA
Rubens Penha Cysne	Doutor	FGV	BRA
Rudiger Dornbusch	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Uriel Magalhães	Doutor	EPGE-FGV	BRA

Disciplinas Obrigatórias

Análise Matemática
Desenvolvimento Econômico
Econometria
Estatística
História do Pensamento Econômico
Inglês
Problemas Brasileiros
Seminário de Pesquisa Econômica
Teoria Econômica Avançada
Teoria Macroeconômica
Teoria Microeconômica

Disciplinas Eletivas

Ciência Política Comércio Intel. e Desenvolvimento Econômico Comércio Internacional Desenvolvimento Econômico Economia Agrícola Economia de Empresas Economia do Trabalho Economia e Finanças Internacionais Economia Monetária Economia Regional e Urbana Estratégia e Economia de Empresas Evolução do Pensamento Social Finanças Públicas História Econômica do Brasil História Econômica Geral Lógica Formal Mercado de Capitais e Sistema Financeiro Metodologia da Pesquisa Econômica	Moeda e Bancos Organização Industrial Pesquisa Operacional Planejamento Econômico Política Fiscal e Monetária Programação e Computadores Seminário de Economia Agrícola Seminário de Organização Industrial Seminário de Comércio Internacional Seminário de Economia Monetária Seminário de Estatística e Econometria Seminário de Finanças Públicas Seminário em Decisões Financeiras Seminário de Teoria Econômica Sistema Financeiro Sistemas Econômicos Comparados Teoria das Decisões Financeiras
--	---

Quadro IV: EPGE - 1995

Corpo Docente	Qualificação		
Afonso Arinos de Mello Franco Neto	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Aloísio Pessoa de Araújo	Ph.D.	California at Berkeley Univ.	EUA
Antonio Carlos Porto Gonçalves	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Antonio Maria da Silveira	Ph.D.	Carnegie-Mellon Univ.	EUA
Antonio Salazar Pessoa Brandão	Ph.D.	Purdue Univ.	EUA
Carlos Geraldo Langoni	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Carlos Ivan Simonsen Leal	Ph.D.	Princeton Univ.	EUA
Clovis José Daudt Lyra Darrigue de Faro	Ph.D.	Stanford Univ.	EUA
Elon Lages Lima	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Fernando de Holanda Barbosa	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
João Paulo dos Reis Velloso	Master	Yale Univ.	EUA
João Victor Isseler	Ph.D.	California San Diego	EUA
José Luís Carvalho	Ph.D.	Chicago Univ.	EUA
Luiz Guilherme Schymura de Oliveira	Doutor	EPGE-FGV	BRA
Mário Henrique Simonsen	Doutor	EPGE-FGV	BRA
Pedro Cavalcante G. Ferreira	Ph.D.	Pennsylvania Univ.	EUA
Renato Fragelli Cardoso	Doutor	W. School - Pennsylvania	EUA
Renato Galvão Flôres Junior	Notório Saber	UFRJ	BRA
Rubens Penha Cysne	Doutor	EPGE-FGV	BRA
Uriel Magalhães	Doutor	EPGE-FGV	BRA

Disciplinas Obrigatórias

Análise Matemática
Desenvolvimento Econômico
Econometria
Problemas Brasileiros
Seminário de Pesquisa Econômica
Teoria do Capital
Teoria dos Jogos
Teoria Econômica Avançada
Teoria Macroeconômica
Teoria Microeconômica

Disciplinas Eletivas

Comércio Internacional
Econometria
Econometria Avançada
Economia Agrícola
Economia de Empresas
Economia e Finanças Internacionais
Economia Monetária
Filosofia Econômica
Finanças Corporativas
História do Pensamento Econômico
Organização Industrial
Política Fiscal e Monetária
Probabilidade e Processos Estocásticos
Seminário de Decisões Financeiras
Sistema Financeiro
Teoria das Decisões Financeiras
Tópicos Especiais em História do Pensamento

Quadro V: USP - Fundação do IPE, em 1964
Corpo Docente

Antônio Delfim Netto
Dirceu Lino Mattos
Dorival Teixeira Vieira
Flávio Fausto Manzoli
José Francisco de Camargo
Laerte de Almeida Moraes
Luiz Arthaud Berthet
Luiz de Freitas Bueno
Roberto Pinto de Souza

Fundação da FIPE, em 1974
Corpo Docente

Affonso Celso Pastore
Alice Piffer Canabrava
Antônio Delfim Netto
Antonio Moraes
Dirceu Lino Mattos
Diva Benevides Filho
Dorival Teixeira Vieira
Flávio Fausto Manzoli
Heraldo Barbuy
José Francisco de Camargo
José Pastore
Laerte de Almeida Moraes
Luiz Arthaud Berthet
Luiz de Freitas Bueno
Roberto Pinto de Souza

Quadro VI: FIPE - 1985

Corpo Docente	Qualificação		
Adolpho Walter Pimazoni Canton	Ph.D.	North Carolina	EUA
Adriano Romariz Duarte	Ph.D.	Ohio Univ.	EUA
Adroaldo Moura da Silva	Titular	USP	BRA
Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi	Doutor	USP	BRA
André Franco Montoro Filho	Ph.D.	Yale	EUA
Andrea Sandro Calabi	Ph.D.	Berkeley	EUA
Antonio Carlos Coelho Campino	Doutor	USP	BRA
Carlos Alberto Longo	Ph.D.	Rice	EUA
Carlos Alberto Primo Braga	Ph.D.	Illinois Univ.	EUA
Carlos Antonio Luque	Doutor	USP	BRA
Carlos Marques Pinho	Doutor	USP	BRA
Carlos Roberto Azzoni	Doutor	USP	BRA
Celso Luiz Martone	Doutor	USP	BRA
Claudia Cunha Campos Eris	Ph.D.	Rice	EUA
Cláudio Affonso Vieira	Doutor	USP	BRA
Diva Benevides Pinho	Doutor	USP	BRA
Eleutério Fernando da Silva Prado	Doutor	USP	BRA
Eurico Hideki Ueda	Ph.D.	Vanderbilt	EUA
Fernando Bento Homem de Melo	Ph.D.	North Carolina	EUA
Flávio Azevedo Marques Saes	Doutor	USP	BRA
Frederico Mathias Mazzucchelli	Doutor	USP	BRA
Guilherme Leite da Silva Dias	Doutor	USP	BRA
Hélio Nogueira da Cruz	Doutor	USP	BRA
Henrich Rattner	Titular	USP	BRA
Ibrahim Eris	Ph.D.	Vanderbilt	EUA
Iraci del Nero da Costa	Doutor	USP	BRA
Ivo Torres	Ph.D.	Colorado Univ.	EUA
José Juliano de Carvalho Filho	Doutor	USP	BRA
José Paulo Zeetano Chahad	Doutor	USP	BRA
José Roberto Mendonça de Barros	Doutor	USP	BRA
José Tiacci Kirsten	Doutor	USP	BRA
Juan Hersztajn Moldau	Ph.D.	Vanderbilt	EUA
Juarez Alexandre Baldini Rizzieri	Doutor	USP	BRA
Luiz Augusto de Queiroz Ablas	Doutor	Aix. Maiselle	FRA
Luiz Martins Lopes	Doutor	USP	BRA
Maria Cristina Cacciamali	Doutor	USP	BRA
Martin Lu	Mestre	Paris Univ.	FRA
Maurício Barata de Paula Pinto	Ph.D.	John Hopkins	EUA
Paolo Enrico Maria Zaghen	Ph.D.	California Univ.	EUA
Paul Israel Singer	Adjunto	USP	BRA
Paulo César Milone	Ph.D.	Harvard Univ.	EUA
Roberto Brás Matos Macedo	Ph.D.	Harvard Univ.	EUA
Seiti Kaneko Endo	Doutor	USP	BRA
Sérgio Buarque de Hollanda Filho	Doutor	USP	BRA
Silvia Maria Schor	Doutor	USP	BRA
Simão David Silber	Ph.D.	Yale	EUA
Tomás Szmrecsanyi	Doutor	USP	BRA
Walter Alves	Doutor	USP	BRA
Zélia Maria Cardoso de Melo	Doutor	USP	BRA

Quadro VI: FIPE - 1985 (continuação)**Disciplinas**

Análise de Política Econômica Análise Econômica dos Recursos Humanos Cooperativismo Demografia Histórica Des. Cap. Mundial Desenvolvimento Econômico Econometria Economia Agrícola Economia Brasileira Economia da Alimentação e Nutrição Economia da Tecnologia Economia do Trabalho Economia Internacional Estatística Geral	Estudos de Problemas Brasileiros Finanças Públicas História do Brasil Contemporâneo Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento Macroeconomia Matemática para Economistas Microeconomia Modelos Multivariados Organização Industrial Política de Desenvolvimento Regional e Urbano Política Monetária e Fiscal Teoria do Valor Teoria Monetária do Comércio Internacional Tópicos de Distribuição de Renda
---	--

Quadro VII: FIPE - 1995

Corpo Docente	Qualificação		
Adolpho Walter Pimazoni Canton	Ph.D.	North Carolina	EUA
Adriano Romariz Duarte	Ph.D.	Ohio Univ.	EUA
Adroaldo Moura da Silva	Titular	USP	BRA
Affonso Celso Pastore	Doutor	USP	BRA
Alvaro Antonio Zini Junior	Ph.D.	Cornell	EUA
Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi	Doutor	USP	BRA
André Franco Montoro Filho	Ph.D.	Yale	EUA
Andrea Sandro Calabi	Ph.D.	Berkeley	EUA
Antonio Carlos Coelho Campino	Doutor	USP	BRA
Antonio Evaldo Comune	Doutor	Paris 10	FRA
Antonio Zoratto Sanvicente	Ph.D.	Stanford	EUA
Basília Maria Baptista Aguirre	Doutor	USP	BRA
Carlos Alberto Longo	Ph.D.	Rice	EUA
Carlos Alberto Primo Braga	Ph.D.	Illinois Univ.	EUA
Carlos Antonio Luque	Doutor	USP	BRA
Carlos Roberto Azzoni	Doutor	USP	BRA
Celso Luiz Martone	Doutor	USP	BRA
Cláudio Affonso Vieira	Doutor	USP	BRA
Décio Katsushigue Kadota	Doutor	USP	BRA
Denisard Cnéio de Oliveira Alves	Ph.D.	Yale	EUA
Eduardo Giannetti da Fonseca	Ph.D.	Cambridge	ING
Eleutério Fernando da Silva Prado	Doutor	USP	BRA
Elizabeth Marcier Querido Farina	Doutor	USP	BRA
Eurico Hideki Ueda	Ph.D.	Vanderbilt	EUA
Fernando Bento Homem de Melo	Ph.D.	North Carolina	EUA
Francisco Vidal Luna	Doutor	USP	BRA
Guilherme Leite da Silva Dias	Doutor	USP	BRA
Hélio Nogueira da Cruz	Doutor	USP	BRA
Henrich Rattner	Titular	USP	BRA
Heron do Carmo	Doutor	USP	BRA
Iraci del Nero da Costa	Doutor	USP	BRA
João Sayad	Ph.D.	Yale	EUA
Joaquim Eloi Cirne de Toledo	Ph.D.	MIT	EUA
José Carlos de Souza Santos	Doutor	USP	BRA
José Flávio Motta	Doutor	USP	BRA
José Juliano de Carvalho Filho	Doutor	USP	BRA
José Paulo Zeetano Chahad	Doutor	USP	BRA
José Roberto Mendonça de Barros	Doutor	USP	BRA
Juan Hersztajn Moldau	Ph.D.	Vanderbilt	EUA
Juarez Alexandre Baldini Rizzieri	Doutor	USP	BRA
Leda Maria Paulani	Doutor	USP	BRA
Lenina Pomeranz	Doutor	Patrice Lumumba	CONGO
Luiz Augusto de Queiroz Ablas	Doutor	Aix. Maiselle	FRA
Marcos Eugênio da Silva	Doutor	USP	BRA
Maria Cristina Cacciamali	Doutor	USP	BRA
Maurício Barata de Paula Pinto	Ph.D.	John Hopkins	EUA
Milton de Abreu Campanari	Ph.D.	Cornell	EUA
Nelson Hideiki Nozoe	Doutor	USP	BRA
Paolo Enrico Maria Zaghen	Ph.D.	California Univ.	EUA
Paul Israel Singer	Adjunto	USP	BRA
Paulo César Milone	Ph.D.	Harvard Univ.	EUA
Ricardo Abromovay	Doutor	USP	BRA
Seiti Kaneko Endo	Doutor	USP	BRA
Sérgio Buarque de Hollanda Filho	Doutor	USP	BRA
Sílvia Maria Schor	Doutor	USP	BRA

Simão David Silber Vera Lúcia Fava	Ph.D. Doutor	Yale USP	EUA BRA
---------------------------------------	-----------------	-------------	------------

Quadro VII: FIPE - 1995 (continuação)**Disciplinas**

Desenvolvimento Econômico Econometria I a III Economia Agrícola Economia Brasileira Economia da Alimentação e Nutrição Economia da Tecnologia Economia do Setor Público Economia do Trabalho I e II Economia e Ideologia Economia Internacional Economia Matemática Economia Monetária Elaboração e Análise de Projetos Estatística Geral Fundamentos Metodológicos da Economia História das Idéias Econômicas	História do Brasil Contemporâneo História do Capitalismo e Pensamento Econômico Macroeconomia I a V Microeconomia I a III Modelos Multivariados Nova Economia Internacional Organização Industrial Política Científica, Inovação Tecnológica e Sociedade Política Monetária e Fiscal Seminários de Macroeconomia Teoria do Valor I e II Teoria dos Mercados Financeiros Teoria Inflacionária e Inflação Brasileira Teoria Monetária do Comércio Internacional Tópicos de Distribuição de Renda I e II
---	---

Quadro VIII: PUC-RJ - Fundação em 1977

Corpo Docente	Qualificação		
Alberto de Mello e Souza	Ph.D.	Michigan	EUA
Alberto Sozin Furugem	Mestre	EPGE	BRA
Alfredo Luiz Baumgarten Jr.	Mestre	EPGE	BRA
Aloísio Barbosa de Araújo	Doutor	Paris I	FRA
Carlos von Doellinger	Mestre	EPGE	BRA
Cláudio Moura Castro	Ph.D.	Vanderbilt	EUA
Cláudio Roberto Contador	Ph.D.	Chicago	EUA
Dionísio Dias Carneiro Netto	M.A.	Vanderbilt	EUA
Dorothea F. F. Werneck	Ph.D.	Boston College	EUA
Erich Willner	M.S.	Drexel	EUA
Eustaquio Reis	M.A.	MIT	EUA
Fernando Antonio Rezende	M.A.	Vanderbilt	EUA
Fernando Holanda Barbosa	Ph.D.	Chicago	EUA
Francisco Lafaiete Lopes	Ph.D.	Harvard	EUA
Hamilton Carvalho Tolosa	Ph.D.	Pennsylvania	EUA
Issac Kerstenetsky	M.A.	Gill	EUA
José Tavares de Araújo Jr.	Mestre	EPGE	BRA
Luiz Roberto Azevedo Cunha	M.A.	Vanderbilt	EUA
Marcelo de Paiva Abreu	Ph.D.	Cambridge	ING
Milton Pereira Assis	Ph.D.	John Hopkins	EUA
Paulo César Motta	Ph.D.	Kansas	EUA
Paulo Vieira da Cunha	Ph.D.	Berkeley	EUA
Pedro Mallan	Ph.D.	Berkeley	EUA
Régis Bonelli	Ph.D.	Berkeley	EUA
Rogério L. Furquim Werneck	Ph.D.	Harvard	EUA
Sebastião Marcos Vital	Mestre	EPGE	BRA
Tomaz Schneider	M.A.	Vanderbilt	EUA
Wanderly Manso de Almeida	M.A.	Vanderbilt	EUA
Wilson Suzigan	Mestre	EPGE	BRA

Quadro VIII: PUC-RJ - 1987 (continuação)
Disciplinas do Mestrado em Economia do Setor Público

Disciplinas Obrigatórias

Matemática Estatística Métodos Estatísticos e Econométricos Teoria Econômica I	Teoria Econômica II Macroeconomia Seminário de Política Econômica I e II Estudo de Problemas Brasileiros
---	---

Disciplinas Eletivas

Teoria da Decisão Análise e Comportamento Organizacional Planejamento da Política Econômica Teoria do Planejamento Programação Econômica Programação Industrial Finanças Públicas Economia do Setor Público Produtivo Análise Social de Investimento Planejamento e Controle Política de Estabilização Política Creditícia e Bancária Política de Comércio Exterior Política de Investimento Estrangeiro Política de Desenvolvimento Regional e Urbano Política de Organização Industrial Política Tecnológica	Política de Emprego Política Agrícola Tópicos Especiais de Política Econômica I, II e III Estado e Economia: Experiência Histórica Brasileira Teoria Econômica III Tópicos Especiais em Teoria Econômica Economia Internacional Economia Monetária Economia Matemática Econometria Tópicos Especiais em Métodos Quantitativos História Econômica do Brasil História Econômica Geral Tópicos Especiais em História Econômica História do Pensamento Econômico Sistemas Econômicos Comparados Seminário de Pesquisa
--	---

Quadro IX: PUC-RJ - 1987

Corpo Docente	Qualificação		
Dionísio Dias Carneiro Netto	Master	Vanderbilt Univ.	EUA
Edmar Lisboa Bacha	Doutor	Yale Univ.	EUA
Eduardo Marco Modiano	Doutor	MIT	EUA
Edward J. Amadeo Swaelen	Doutor	Harvard Univ.	EUA
Francisco L. de Padua Lopes	Doutor	Harvard Univ.	EUA
Gustavo Henrique Barroso Franco	Doutor	Harvard Univ.	EUA
José Márcio A. G. Camargo	Doutor	MIT	EUA
Luiz Aranha Correa do Lago	Doutor	Harvard Univ.	EUA
Marcelo de Paiva Abreu	Doutor	Cambridge Univ.	ING
Pedro L. Bodin de Moraes	Doutor	MIT	EUA
Régis Bonelli	Doutor	California Univ.	EUA
Ricardo Paes de Barros	Doutor	Chicago Univ.	EUA
Rogério L. Furquim Werneck	Doutor	Harvard Univ.	EUA
Winston Fritsch	Doutor	Cambridge Univ.	ING

Disciplinas do Mestrado em Economia**Disciplinas Obrigatórias**

Teoria Econômica A	Estudos de Problemas Brasileiros
Teoria Econômica B	Inglês
Teoria Econômica C	Dissertação de Mestrado
Métodos Matemáticos em Economia	Macroeconomia
Estatística	Seminário de Política Econômica I
Métodos Estatísticos e Econométricos	Seminário de Política Econômica II

Disciplinas Eletivas

Teoria da Decisão Análise e Comportamento Organizacional Planejamento da Política Econômica Teoria do Planejamento Programação Econômica Programação Industrial Finanças Públicas Economia do Setor Público Produtivo Análise Social de Investimento Planejamento e Controle Política de Estabilização Política Creditícia e Bancária Política de Comércio Exterior Política de Investimento Estrangeiro Política de Desenvolvimento Regional e Urbano Política de Organização Industrial Política Tecnológica Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda	Política de Emprego Política Agrícola Tópicos Especiais de Política Econômica I, II e III. Estado e Economia: Experiência Histórica Brasileira Teoria Econômica III Tópicos Especiais em Teoria Econômica Economia Internacional I e II Economia Monetária Economia Matemática Econometria Tópicos Especiais em Métodos Quantitativos História Econômica do Brasil História Econômica Geral Tópicos Especiais em História Econômica História do Pensamento Econômico Sistemas Econômicos Comparados Seminário de Pesquisa Relações Industriais I e II
---	--

PUC-RJ - 1995

Corpo Docente	Qualificação		
Marcelo de Paiva Abreu	Doutor	Cambridge Univ.	ING
Edward J. Amadeo Swaelen	Doutor	Harvard Univ.	EUA
Marco Antonio C. Bonomo	Ph.D.	Princeton	EUA
José Márcio A. G. de Camargo	Doutor	MIT	EUA
Dionísio Dias Carneiro Netto	Master	Vanderbilt Univ.	EUA
Mário Gomes Pinto Garcia	Ph.D.	Stanford	EUA
Gustavo M. Gonzaga	Ph.D.	California	EUA
Rogério L. Furquim Werneck	Doutor	Harvard Univ.	EUA
Régis Bonelli	Doutor	California Univ.	EUA
Luiz Aranha Correa do Lago	Doutor	Harvard Univ.	EUA
Rubens Penha Cysne	Doutor	EPGE-FGV	BRA
Francisco Lafaiete de Pádua Lopes	Ph.D.	Harvard Univ.	EUA
Getúlio Borges da Silveira Filho	Ph.D.	LSE	ING
Humberto Atayde	Master	IMPA	BRA
Klaus Vasconcelos	Ph.D.	Warwick	ING
Joseph Krislov	Ph.D.	Kentucky	EUA
Werner Baer	Ph.D.	Harvard	EUA
Andrew Bernard	Ph.D.	Stanford	EUA
Rene Garcia	Ph.D.	Princeton	EUA
Pierre Perron	Ph.D.	Yale	EUA

Quadro X: IEI-UFRJ - Fundação em 1979

Corpo Docente	Qualificação		
Adilson de Oliveira	Docteur 3-ème cycle	Glenoble	FRA
Aloísio Barbosa de Araújo	Docteur 3-ème cycle	Paris I	FRA
Américo Cury	Bacharel	UFRJ	BRA
Antonio Cláudio L. P. Sochaczewski	Doutor	LSE	ING
Antônio Dias Leite	Doutor	UFRJ	BRA
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	Doutor	Boston College	EUA
Hélio Schlittler Silva	Doutor	USP	BRA
Jacob Frenkel	Doutor	New York University	EUA
João Luiz Maurity Sabóia	Ph.D.	Berkeley	EUA
José Antonio Ortega	Doutor	UFRJ	BRA
José Ricardo Tauille	Doutor	New School, NY	EUA
Marcelo Paiva Abreu	Ph.D.	Cambridge	EUA
Maria da Conceição Tavares	Livre Docente	UFRJ	BRA
Sulamis Dain	Doutor	UNICAMP	BRA
Winston Fritsch	Doutor	Cambridge	EUA

Disciplinas Obrigatórias

Estatística Matemática Análise Econômica Métodos Quantitativos	Modelos Estruturais de Produção e Preço Microeconomia Macroeconomia Dinâmica Econometria
---	---

Disciplinas Eletivas

História do Desenvolvimento Tecnológico Industrialização Brasileira Experiências Industriais Comparadas História e Metodologia da Ciência Sistema Financeira e Industrialização Economia Brasileira Recente Seminários	Economia da Tecnologia I e II Economia Industrial I e II Política Científica e Tecnológica Política Industrial Trabalho e Progresso Técnico Evolução Recente da Economia Internacional Estudo de Problemas Brasileiros
--	--

Quadro XI: IEI-UFRJ - 1985

Corpo Docente	Qualificação		
Aloísio Teixeira	Doutor	UNICAMP	BRA
Anna Jaguaribe	N.D.	N.D.	N.D.
Antonio Barros de Castro	Doutor	UNICAMP	BRA
Eduardo A. Guimarães	N.D.	N.D.	N.D.
Edward J. Amadeo	Ph.D.	HARVARD	EUA
Fernando Cardin	Ph.D.	Notre Dame	EUA
Francisco E. Pires de Souza	Doutor	UNICAMP	BRA
João Carlos Ferraz	Doutor	UFRJ	BRA
Jonas Zoninsein	N.D.	N.D.	N.D.
José Claudio F. da Silva	N.D.	N.D.	N.D.
José L. Fiori	Doutor	USP	BRA
José Ricardo Tauille	Doutor	UFRJ	BRA
Júlio S. Gomes de Almeida	Mestre	UNICAMP	BRA
Maria Bárbara Levy	N.D.	N.D.	N.D.
Maria da Conceição de Almeida Tavares	Titular	N.D.	N.D.
Maria L. Werneck	N.D.	N.D.	N.D.
Maria Valéria Junho Pena	N.D.	N.D.	N.D.
Mário Possas	Doutor	UNICAMP	BRA
Paulo Bastos Tigre	N.D.	N.D.	N.D.
Paulo de Tarso	N.D.	N.D.	N.D.
Ricardo Bielschowsky	Doutor	Leicester	ING
Roberto Bouzas	N.D.	N.D.	N.D.
Sulamis Dain	N.D.	N.D.	N.D.
Vera Pereira	N.D.	N.D.	N.D.
Victor Prochnik	N.D.	N.D.	N.D.

Disciplinas

Economia Brasileira	Economia Industrial
Macroeconomia	Estado e Industrialização I e II
Microeconomia	História da Industrialização Mundial
Tópicos Especiais em Políticas Públicas	Sistema Financeiro e Industrialização
Macroeconomia Dinâmica	Teoria Econômica I, II e III
História da Industrialização Brasileira	Experiências Industriais Comparadas
Economia do Trabalho I e II	Econometria
Economia da Tecnologia	Estatísticas Econômicas

Quadro XII: IEI-UFRJ - 1995**Corpo Docente**

Adilson de Oliveira	João Lizardo
Aloísio Teixeira	João Sabóia
André Urani	José Antonio Ortega
Antônio B. de Castro	José Cláudio
Antônio Carlos Peixoto	José Eduardo Cassiolato
Antônio Maria da Silveira	José Luís Fiori
Carlos Medeiros	José Ricardo Tauille
Cláudio Salm	Luís C. D. Prado
David Kupfer	Maria L. Werneck
Edmar Bacha	Marilda Sotomayor
Eduardo Augusto	Mário Possas
Ernani Teixeira	Paulo Bastos Tigre
Fábio Erber	Reinaldo Gonçalves
Fernando Cardin	Ricardo Paes e Barros
Francisco Eduardo	Ricardo Tolipan
Franklin Serrano	Rogério Studart
Getúlio Borges	Victor Prochnik

Disciplinas

Econometria I e II	Macroeconomia I a IV
Economia Internacional	Métodos Quantitativos
Economia Política	Microeconomia I a IV
Economia Política das Relações Internacionais	Modelos Dinâmicos em Economia Financeira
Estatística	Planejamento Econômico e Distribuição de Renda
Experiências Industriais Comparadas	Política Industrial
Filosofia Econômica	Sistemas de Bem-Estar
Firma e Tecnologia	Técnicas do Planejamento
Fundamentos Matemáticos para a Análise Econômica	Teoria das Finanças das Empresas
Indústrias de Energia	Teoria do Valor e dos Preços
Macrodinâmica	Tópicos de Política Econômica

Quadro XIII: FGV-SP - 1985**Corpo Docente**

Alkimar Ribeiro Moura
Armando Barros de Castro
Carlos Ernesto Ferreira
Domingo Zurrón Ocio
Eduardo Matarazzo Suplicy
Elcior Santana
Fernando Maida Dall'Acqua
Geraldo Gardenalli
José Antonio Martins
Luiz Antonio de Oliveira Lima
Luiz Carlos Bresser Pereira
Luiz Carlos Merege
Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
Plínio Nastari
Robert Norman Vivian Cajado Nicol
Sérgio Miceli
Wladimir Puggina
Yoshiaki Nakano

Mestrado em Administração**Área de Concentração - Economia de Empresas**

Seminário de Metodologia de Pesquisa e Orientação Monográfica
Economia Brasileira
Economia Matemática
Economia Industrial
Economia do Estado
Análise e Avaliação de Projetos
Econometria
Teoria e Política Monetária
Economia Urbana e Regional
Desenvolvimento Econômico

Mestrado em Administração Pública**Área de Concentração - Economia e Finanças Públicas**

Estado e Sociedade no Brasil
Organizações Burocráticas Públicas
Finanças Públicas
Teoria Política
Macroeconomia
Teoria Econômica
Economia do Estado
Planejamento e Orçamento Público
Seminário Avançado Finanças Públicas e Intervenção do Estado

Quadro XIV: FGV-SP - 1989**Corpo Docente**

Alkimar Ribeiro Moura
Arthur Barrionuevo Filho
Carlos Ernesto Ferreira
Carlos Faro Passos
Domingo Zurrón Ocio
Eduardo Matarazzo Suplicy
Evaldo Alves
Fernando Holanda Barbosa
Fernando Maida Dall'Acqua
Geraldo Gardenalli
Gustavo J. L. Loyola
Luiz Antonio de Oliveira Lima
Luiz Carlos Bresser Pereira
Luiz Carlos Merege
Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
Paulo de Tarso André
Pierre Jacques Erlich
Robert Norman Vivian Cajado Nicol
Yoshiaki Nakano

Curso de Mestrado em Economia de Empresas**Disciplinas Obrigatórias**

Macroeconomia Básica
Macroeconomia Avançada
Economia Clássica
Pensamento Neoclássico
Teoria e Política Econômica
Economia Brasileira
Econometria
Finanças Públicas
Metodologia e Pesquisa

Disciplinas Eletivas

Teoria Superior de Finanças
Seminário Avançado de Política Financeira
Política Industrial e Desenvolvimento Econômico
Matemática para Economistas
Teoria e Política Monetária
Planejamento e Orçamento Público
Economia do Estado
Economia de Empresas
Diretrizes de Negócios e Planejamento Empresarial
Tópicos Avançados em Macroeconomia

Quadro XV: FGV-SP - 1995**Curso de Mestrado em Economia de Empresas**

Corpo Docente	Qualificação		
Alkimar Ribeiro Moura	Ph.D.	Michigan	EUA
Arthur Barrionuevo Filho	Doutor	USP	BRA
Carlos Ernesto Ferreira	Doutor	California	EUA
Demóstenes Madureira Pinho Neto	Ph.D.	Berkeley	EUA
Domingo Zurrón Ocio	Doutor	FGV-SP	BRA
Eduardo Matarazzo Suplicy	Ph.D.	Michigan	EUA
Fernando Maida Dall'Acqua	Ph.D.	Wisconsin	EUA
Fernando Holanda Barbosa	Ph.D.	Chicago	EUA
Geraldo Gardenalli	Mestre	FGV-SP	BRA
Gesner José de Oliveira Filho	Ph.D.	Berkeley	EUA
Guillermo Roberto Tomás Málaga Butrón	Ph.D.	UCLA	EUA
José Marcio R. Rego	Doutorando	FGV-SP	BRA
Luiz Antonio de Oliveira Lima	Doutor	UNICAMP	BRA
Luiz Carlos Bresser Pereira	Doutor	USP	BRA
Luiz Carlos Merege	Ph.D.	Syracuse	EUA
Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque	Ph.D.	Harvard	EUA
Marcos Fernandes Gonçalves da Silva	Doutor	USP	BRA
Paulo Nogueira Batista Júnior	Mestre	LSE	ING
Robert Norman Vivian Cajado Nicol	Doutor	USP	BRA
Samuel de Abreu Pessoa	Doutor	USP	BRA
Yoshiaki Nakano	Mestre	Cornell	EUA

Disciplinas Obrigatórias

Econometria I e II Economia Brasileira Economia Clássica Economia Matemática Macroeconomia I, II e III Microeconomia I, II e III Diretrizes de Negócios e Planejamento Empresarial Administração Financeira Teoria e Política Monetária Organização Industrial

Disciplinas Eletivas

Estratégias para Negócios Internacionais Form. Imp. e Aval. de Proj. em Serv. Urbanos Gestão Avançada de Riscos na Atividade Bancária Gestão Empresarial de Tecnologia Metodologia Científica em Economia e Dissertação Modelos de Decisão em Administração Orçamento Público Orientação Monográfica Políticas de Governo Economia do Estado	Refor. Mon., Estab., Set. Externo Sem. de Acomp. Monogr. de AP Teoria Superior de Contabilidade Teoria Superior de Finanças Tópicos Avançados em Estratégia de Negócios Aplicação do TQM na Organização Seminário Avançado em Pol. de Estab. Seminário Avançado em Econ. Intern. Macroeconomia Avançada
---	---

1. CONCLUSÕES

É possível considerar que o aspecto técnico-instrumental é predominante na FGV-SP, EPGE e FIPE. Tal aspecto também se apresenta, porém com menor ênfase curricular e histórico-institucional, na PUC-RJ, IE-UNICAMP e IEI-UFRJ. Nestas as vertentes históricas e sociológicas também imprimiram-se com significativo vigor. Na primeira, sob a perspectiva da economia do setor público e do planejamento político-econômico. Na segunda, sob a perspectiva histórica da industrialização e do desenvolvimento econômico brasileiro. Em ambas, o aspecto instrumental esteve articulado de forma mais integrada às questões sociológicas, políticas e históricas. Já naquelas onde o aspecto instrumental foi predominante, é lícito afirmar que a preocupação com tais aspectos e com os pensadores clássicos se fez mais presente na USP do que na FGV. A primeira configura-se mais como instituição acadêmico-universitária e a segunda como centro de excelência, mesclando preocupações acadêmicas e profissionalizantes em maior grau. Em ambas instituições, houve uma forte influência do ensino econômico norte-americano. Tal ensino embutia a idéia de um desenvolvimento capitalista internacional compatível ao desenvolvimento nacional. Os acordos/convênios mencionados na primeira parte são expressão viva de tal idéia. Por fim, o estudo econômico que sofreu maior influência das vertentes sociológicas, políticas e, sobretudo, históricas, foi o Instituto de Economia da UNICAMP. Nessa instituição, o aspecto instrumental é menos valorizado, senão criticado como condizente a interesses internacionais avessos a um efetivo desenvolvimento nacional socialmente sustentável.

O currículo obrigatório da UNICAMP expressa a preocupação com a revisão dos traços centrais do desenvolvimento da economia mundial e da economia brasileira. Tal preocupação reafirma a importância da questão histórica no seu Curso de Pós-Graduação. Isso nos permite apontar para uma vertente mais sociológica e histórico-institucional do que propriamente técnica ou instrumental.

A análise da grade curricular e do conteúdo programático do curso da PUC-RJ permite apontar para um ensino da economia fortemente marcado pelo interesse em torno do setor público e da ação estatal no planejamento e coordenação da política econômica. Tal perfil, embora contenha a preocupação com os aspectos instrumentais da formação, faz, do conhecimento sociológico, não somente um elemento de formação cultural merecedor de importância, mas sim o vê como parte constitutiva da formação básica do economista, particularmente daqueles dedicados à referida problemática da política econômica no setor público. Isso implica uma ligação estreita do programa às questões das realidades econômica e social brasileiras.

A Pós-Graduação em Economia na FGV-SP surgiu oficialmente em 1989, mas, desde o regimento de 1973, as disciplinas: Desenvolvimento Econômico, Teoria e Instituições Monetárias e Economia de Empresas já figuravam como disciplinas específicas do curso de Pós-Graduação em Administração de Empresas (iniciado em 1959), particularmente da área de concentração intitulada Economia de Empresas. Nessa mesma área de concentração, também eram ministradas disciplinas eletivas, a saber: Economia Brasileira, Elaboração e Avaliação de Projetos, Política Econômica, Econometria e Seminário Avançado de Economia. Ou seja, o curso configurava-se como predominantemente administrativo, ao mesmo tempo que abarcava duas áreas de concentração voltadas aos estudos econômicos, sendo uma com ênfase jurídico-empresarial (Direito Econômico e Empresarial) e outra com ênfase econômico-administrativa (Economia de Empresas), além de uma área sociológico-administrativa (Sociologia de Empresa e do Estado). Tal fato nos demonstra, por um lado, um acento administrativo no embrião do estudo de Pós-Graduação em Economia e, por outro, uma possibilidade de diálogos da Administração com a Economia, a Sociologia e o Direito, confirmando, desse modo, a aludida vocação generalista.

Em 1985, o regimento aponta para reformulações que nos permitem identificar um fortalecimento do acento administrativo outrora já predominante, ao mesmo tempo

que constituíam-se um maior número de disciplinas eletivas na área de concentração em Economia de Empresas (que então já figurava também no curso de doutorado em Administração). Vale então mencionar as disciplinas eletivas - Economia Brasileira, Seminário de Metodologia de Pesquisa e Orientação Monográfica, Economia Matemática, Economia Industrial, Economia do Estado, Análise e Avaliação de Projetos, Econometria, Teoria e Política Monetária, Economia Urbana e Regional e Desenvolvimento Econômico. Assim, se no período de 1974 a 1985 figurava uma diversidade no corpo docente que abarcava nomes como o de Sérgio Miceli e Maurício Tragtemberg (do FSJ), ou seja, de uma diversidade que abarcava importantes elementos do pensamento sociológico. Em 1989, predominava o corpo docente mais afim às áreas de Administração e Economia, ainda que incluindo professores fortemente influenciados pelo pensamento crítico da sociologia, tais como Luiz Carlos Bresser Pereira e Luiz Antonio O. Lima.

Já nas áreas de Economia Industrial e de Tecnologia da UFRJ, os estudos relativos à estrutura industrial e dinâmica econômica envolvem temas como: avaliação macroeconômica da importância relativa dos diferentes setores industriais; estudos setoriais (incluindo questões da estrutura industrial brasileira, evolução das principais empresas do setor de transformação industrial e estudos de políticas industriais e suas repercussões e conseqüências em setores específicos); pesquisa no setor de Engenharia na Indústria de Construção ou “Engenharia Pesada”; grandes empresas nacionais (na indústria, sistemas financeiro e bancário e setor de serviços); empresas estatais; empresas multinacionais (histórico da evolução dos principais cartéis internacionais); política econômica e política industrial. Na área de política científica e tecnológica, área onde haviam fortes interesses de instituições como CNPq, FINEP e MIC, abordam-se estudos setoriais nos quais se analisavam: políticas explícitas e implícitas de ciência e tecnologia; a influência destas na realização de atividades científicas e tecnológicas e importação de tecnologia; as conseqüências dos desenvolvimentos industrial, científico e tecnológico advindos de tais políticas; industrialização e urbanização; tecnologia e processo de trabalho; efeito da tecnologia sobre o nível de emprego; progresso técnico e conseqüências

econômicas; progresso técnico nos países subdesenvolvidos, etc. Assim, o ensino se caracterizava por diversidade temática e pluralidade metodológica, mas com clara ênfase em Economia Industrial.

Vale adicionar que enquanto na USP e FGV-RJ o modelo *hard science* figura-se como predominante (ainda que amenizado pela tradição clássica uspiana), na PUC-RJ e na UFRJ tal modelo mescla-se mais facilmente ao modelo *soft science*. Já na UNICAMP, a predominância é do modelo *soft science*, ainda que na atualidade as preocupações instrumentais e quantitativas tenham sido inevitavelmente incluídas ao longo dos desdobramentos curriculares do DEPE e do Instituto de Economia. Vale, também, apontar que embora as relações *soft science* - vertente ciências humanas, e *hard science* - vertente técnico-instrumental, não sejam imediatas e inequívocas, são, por outro lado, passíveis de serem consideradas, minimamente, como mais condizentes umas às outras.

Por outro lado, se é possível aproximar o perfil preponderante da economia na USP aos princípios defendidos pelos ideólogos da FGV, é inegável que seu ensino herda uma tradição européia que, de forma mais ou menos latente, acompanha a forte influência norte-americana que se instituiu como hegemônica. Tal influência possibilitou uma mescla da concepção *soft* com a concepção *hard*, possivelmente mais intensa da ocorrida na EAESP e na EPGE. Também é possível considerar que se esses três centros receberam impulsos tanto do governo brasileiro quanto do americano, comparativamente à EPGE, a EAESP e a FIPE, por localizarem-se em São Paulo, tiveram o apoio de um importante segmento do empresariado nacional, o empresariado paulista.

Selecionamos como anexo deste relatório alguns programas recentes de Macroeconomia, Microeconomia e Economia Brasileira (a disciplina com conteúdo mais heterogêneo) dos seis centros estudados. Dessa amostra, podemos extrair algumas conclusões:

1.1. Macroeconomia

Os cursos de Macroeconomia I são introdutórios e extensos. Na UNICAMP, a preferência é clara no sentido da leitura dos originais (Keynes, Kalecki, Hicks e Modigliani) em detrimento dos modernos manuais. Mesmo os textos atuais que são recomendados, alguns de jovens autores brasileiros, expressam uma visão mais próxima do modelo *soft*. A análise do programa da UFRJ nos leva a mesma conclusão, com a observação de que o único autor brasileiro sugerido é o próprio professor da disciplina.

Na FGV-SP, o predomínio absoluto é de autores mais recentes nas leituras do curso. A distribuição das leituras por década em que foi produzida é a seguinte:

Década	Número de Leituras
30 (Hicks)	1
50 (Phillips)	1
60 (Tobin e Friedman)	3
70	9
80 e 90	56

Cabe a observação de que a maioria são artigos que se encontram nos principais *journals* americanos e que não consta nenhum artigo escrito por um brasileiro.

Na PUC-RJ, no curso Macroeconomia II, a concentração de leituras é forte nos autores americanos e na ênfase e nas contribuições da moderna econometria e dos modelos de desenvolvimento econômico. Na EPGE, a carga dos cursos de Macroeconomia é dividida em 4 módulos trimestrais, sendo que todos os textos adotados são dos últimos 15 anos e de autores estrangeiros (com exceção de Simonsen e Cysne). Na FEA-USP, os programas selecionados abarcam a leitura de Keynes e de manuais neokeynesianos em 1985 e 1995, sendo que, atualmente, vários cursos da área são calcados nos teóricos modernos.

1.2. Microeconomia

Na UNICAMP, o curso é calcado em autores modernos, apresentando, inclusive, tópicos da moderna teoria dos jogos, autores neo-schumpeterianos e novos-keynesianos, sem nenhuma referência aos clássicos da área, como Walras ou Marshall. Já na UFRJ, há uma evidente mescla entre autores contemporâneos e antigos. A lista de leitura contempla artigos escritos em todas as décadas deste século.

Na FGV-SP, o curso de Microeconomia II concentra-se em Organização Industrial e o de Microeconomia III é totalmente calcado em teoria dos jogos, assim como o de Microeconomia II na PUC-RJ. Na EPGE, os três módulos de Microeconomia mesclam os modernos manuais de micro com tópicos em economia da informação e teoria dos jogos. Na USP, a concentração é de textos mais antigos, das décadas de 40 a 60, buscando varrer os temas tradicionais da matéria (Microeconomia I), desdobramentos mais recentes (Microeconomia II) e teoria dos jogos (Microeconomia III).

Esta breve e parcial análise dos programas não refuta as características gerais dos centros, mas também não corrobora (e nem poderia, dado que é uma pequena amostra).

IV. HISTÓRIA ORAL

Até meados da década de 50, existia um predomínio absoluto das fontes escritas no estudo da história. Atribuía-se às fontes seriais e às técnicas de quantificação uma importância fundamental. O recolhimento de depoimentos era condenado devido à sua subjetividade, levantando-se dúvidas sobre as visões distorcidas que

apresentavam. Uma outra crítica comum era que a experiência particular não permitiria generalizações⁴⁴.

Nos anos 50, a História Oral ganha algum espaço com o papel de preencher lacunas que não estavam presentes nos documentos. Nessa primeira fase, privilegiou-se os depoimentos de membros da elite para procurar verificar a atuação dos grupos dominantes na história. Em seguida, tomou-se depoimentos de classes (negros, mulheres, imigrantes, etc.) para tentar recuperar a história do ponto de vista de quem estava à sua margem e, portanto, não poderia ter registrada a sua posição. Sem dúvida, a invenção do gravador teve um papel crucial para a expansão desse método de pesquisa.

No final dos anos 70, o método de recolhimento de depoimentos ganhou grande força. Em primeiro lugar, os estudos da história do século XX permitiam que os próprios interlocutores fossem entrevistados. Por outro lado, a revalorização do papel do indivíduo nos processos de tomada de decisão deu maior oportunidade ao uso de depoimentos orais. Os arquivos escritos dificilmente deixam transparecer os complicados processos decisórios. Além disso, o estudo das instituições também abre um importante ramo para a História Oral. “Os depoimentos não só auxiliam na reconstrução de organogramas administrativos e no esclarecimento das funções dos diferentes órgãos, como permitem novas análises sobre suas relações e sobre o processo de tomada de decisão. Possibilitam também refletir sobre temas como o *esprit de corps* dos funcionários, permanências e transformações em seus conflitos generacionais, em seus projetos e representações.” (Ferreira, 1994, pág. 7)

Uma outra função da história oral é, justamente, o cerne da crítica de 30 anos atrás. A história das representações, do imaginário social, implica analisar o passado pelo presente a partir da relação entre história e memória, o que corresponde a uma visão

⁴⁴ Veja, por exemplo, Levi (1989).

menos determinista. A crítica de subjetividade⁴⁵ em contrapartida à história seriada, objetiva, é uma grande falácia. Mesmo supondo que os “documentos” estão livres de qualquer subjetividade (uma suposição extremamente forte), o historiador deve interpretá-los e, nesse momento, a subjetividade com certeza terá seu papel. Não se trata aqui de subestimar o papel dos documentos escritos, muito pelo contrário. O fato é que a História Oral, associada ao levantamento de dados seriados, pode ser extremamente útil na análise histórica.

Apresentamos abaixo trechos selecionados de nove depoimentos colhidos em 1995 em dois projetos financiados pelo NPP com Roberto de Oliveira Campos, Celso Monteiro Furtado, Antônio Delfim Netto, Maria da Conceição Tavares, Luiz Carlos Bresser Pereira, Mário Henrique Simonsen, Affonso Celso Pastore, Luiz Gonzaga Belluzzo e Edmar Lisboa Bacha. Aproveitaremos os depoimentos para recuperar a história dos centros escolhidos e verificar como os autores se posicionam com relação a duas teorias brasileiras: “Teoria da Dependência” e “Teoria da Inflação Inercial”. Como se pode observar, nossa amostra contém várias gerações dos centros, contemplando criadores e alunos. Para localizar a importância dos depoentes, apresentamos, a seguir, dados bio-bibliográficos.

Roberto de Oliveira Campos (1917)

Nascido em Cuiabá em 1917, esse economista, diplomata e político foi um dos mentores do modelo econômico levado a cabo pelo governo militar entre 1964 e 1967. Participou da reunião em Bretton Woods para a definição do padrão monetário mundial, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Foi Embaixador, Professor na Universidade do Brasil (atual UFRJ), criador e primeiro presidente do BNDE e Ministro do Planejamento no governo Castello Branco (1964-67). Em

⁴⁵ Para se ter uma idéia, pode-se encontrar em manuais de história não muito antigos a separação entre história e pré-história com o advento da escrita.

1982, elegeu-se Senador pelo Estado do Mato Grosso e, em 1990, Deputado Federal pelo Rio de Janeiro.

Celso Monteiro Furtado (1920)

Bacharel em Direito, Celso Monteiro Furtado é um dos mais importantes economistas brasileiros. Realizou seu Doutorado em Economia na Universidade de Sorbonne em Paris e, em seguida, foi para a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) no Chile, onde permaneceu por cerca de nove anos. Foi o idealizador e o primeiro Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), Ministro do Planejamento do governo João Goulart (1961-64) e Ministro da Cultura no governo Sarney (1985-89).

Antônio Delfim Netto (1929)

Antônio Delfim Netto fez a graduação na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, da qual se tornou catedrático. Foi uma das peças-chave da constituição e desenvolvimento do curso de Pós-Graduação em Economia do IPE-USP. Dentre os seus livros, destaca-se a tese pioneira *O Problema do Café no Brasil*, de 1959. Em 1966, ingressou na vida pública como Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. Em 1967, assumiu o Ministério da Fazenda no governo Costa e Silva, permanecendo no mesmo cargo no governo Médici. Em 1974, (governo Geisel) foi nomeado Embaixador em Paris. Em 1979, retorna ao País como Ministro do Planejamento do governo Figueiredo. Foi eleito Deputado Federal Constituinte pelo PDS em 1986. Foi reeleito Deputado Federal em 1990 e 1994.

Maria da Conceição Tavares (1931)

Maria da Conceição Tavares licenciou-se em Matemática na Universidade de Lisboa, em 1953, e em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (então Universidade do Brasil). Fez pós-graduação em desenvolvimento econômico na CEPAL e na Universidade de Paris. Trabalhou no BNDE sob a chefia de Ignácio Rangel, de quem se considera discípula. Trabalhou também para a CEPAL-ONU na América Latina de 1962 a 1975, quando ajudou a fundar a Pós-Graduação em Economia da UNICAMP. Também em 1975, obteve a livre-docência na UFRJ. Com a aposentadoria de Octávio Gouveia de Bulhões, presta, em 1978, concurso para Professora Titular em Macroeconomia, com a tese *Ciclo e Crise - O movimento recente da industrialização brasileira*.

Luiz Carlos Bresser Pereira (1934)

Luiz Carlos Bresser Pereira formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo, em 1957. Obteve seu Mestrado em Administração de Empresas na Michigan State University, em 1961. Fez cursos especiais na *Harvard University*. Em 1972, doutorou-se em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da USP, onde também obteve o título de Livre-Docente. Em 1959, tornou-se professor da Escola de Administração de Empresas (EAESP) da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, onde atualmente é Professor Titular. Iniciou sua participação na vida pública no governo Montoro onde foi Presidente do Banco do Estado de São Paulo - BANESPA e, posteriormente, Secretário de Governo. Na Administração Federal, foi Ministro da Fazenda no governo Sarney entre abril de 1987 e dezembro do mesmo ano. Atualmente, no governo Fernando Henrique Cardoso, é Ministro da Administração e da Reforma de Estado. No início da década de 80, fundou e tornou-se editor da *Revista de Economia Política*.

Mário Henrique Simonsen (1935)

O professor Mário Henrique Simonsen fez graduação em Engenharia, na Escola Nacional de Engenharia, e, em Economia, na UERJ. É Doutor em Economia (1973) pela FGV-RJ. Foi um dos fundadores do Curso de Aperfeiçoamento de Economistas (CAE) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro que daria origem à Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE), em 1966. Foi presidente do Mobral (1969-74), assumindo, em seguida, a pasta da Fazenda no governo Geisel (1974-79). No governo Figueiredo, foi Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento. Entre os próprios teóricos da teoria da inflação inercial é tido como um dos precursores dessa teoria, com um famoso artigo sobre realimentação inflacionária, publicado em 1970. Durante muitos anos, foi membro do *Board* do Citibank em Nova York. É considerado um dos mais importantes economistas brasileiros. Dos livros que publicou, destacam-se os manuais de *Microeconomia* e *Macroeconomia, Dinâmica Macroeconômica, Ensaios Analíticos*, e, mais recentemente, *Trinta Anos de Indexação*. Atualmente é professor da EPGE e Vice-Presidente da Fundação Getúlio Vargas.

Affonso Celso Pastore (1940)

Affonso Celso Pastore é graduado em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, onde também realizou seu Doutorado, sob a orientação de Antônio Delfim Netto. Sua experiência no setor público compreende uma significativa passagem pela Secretaria da Fazenda do governo Maluf. Posteriormente, foi presidente do Banco Central do Brasil no governo Figueiredo. Tem conciliado a sua atividade de Consultor Econômico com a de Professor dos Cursos de Pós-Graduação em Economia do IPE-USP. Apesar de poucos livros publicados, tem uma intensa produção acadêmica, com inúmeros artigos publicados em nossas mais importantes revistas acadêmicas. É referência obrigatória em Macroeconomia Brasileira, particularmente com relação a assuntos

de política monetária. A entrevista se deu na manhã de uma quinta-feira, em julho de 1995.

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo (1942)

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo graduou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1965. Em 1975, obteve o título de Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas. No setor público, foi Secretário Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda entre 1985 e 1987, com importante participação na elaboração do Plano Cruzado. Entre 1988 e 1990, foi Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (governo Quéricia) e Secretário Especial de Assuntos Internacionais do Estado de São Paulo (governo Fleury) a partir de 1991. Além de Macroeconomia, em História do Pensamento Econômico é profundo conhecedor de Marx e Keynes. Foi um dos criadores do Curso de Economia da UNICAMP onde permanece até hoje como Professor da Pós-Graduação. Entre os livros que publicou, destacam-se *Valor e Capitalismo*, *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, *Inflação Inercial e Teorias sobre Inflação* e *A Luta pela Sobrevivência da Moeda Nacional* (em co-autoria).

Edmar Lisboa Bacha (1943)

Edmar Lisboa Bacha formou-se em economia na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1963. Obteve o Mestrado em Economia (1965) e o Doutorado em Economia (1968) na *Yale University*. Em 1969, foi pesquisador associado do *Massachusetts Institute of Technology* junto à Oficina de Planificación Nacional, em Santiago do Chile. Foi professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas e Coordenador de Projetos de Pesquisa do IPEA, no Rio de Janeiro, entre 1970 e 1971. A partir de 1972, passou a

ser professor da Universidade de Brasília onde fundou a pós-graduação em Economia. Posteriormente, colaborou no desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Economia da PUC-RJ. Foi Presidente do IBGE no governo Sarney, Assessor Especial do Ministro da Fazenda (gestão Fernando Henrique Cardoso) e, com a eleição de FHC para a Presidência da República, recusa o convite para ser Ministro da Fazenda, aceitando, porém, a Presidência do BNDES.

Como colocam Aron-Shnapper e Hanet (1978), os depoimentos permitem obter dados que nenhuma testemunha, se não tivesse sido interrogada, teria sonhado ver se constituir em eventos históricos. Assim, os depoimentos que possuímos, confrontados com o processo de decisão, ajudam a entender como os processos decisórios foram analisados de “dentro” da instituição. Os conflitos políticos, “(...) as rivalidades com os pares, as redes de amizade, de partido e de escola”⁴⁶ permitem recuperar uma história que seria impossível ser realizada a partir de textos escritos.

Os primeiros entrevistados, na realidade, não participaram dos centros como criadores ou como professores de carreira. No entanto, dada a importância desses dois pensadores para a história econômica nacional, estiveram ligados à criação dos centros mesmo que de maneira indireta. Isto pode ser verificado nos trechos abaixo. Quando perguntamos a **Roberto Campos**:

O senhor teve participação na criação da Fundação Getúlio Vargas?

Não, não tive nenhuma ação direta na Fundação Getúlio Vargas. Fui consultado quando da criação pelo Luiz Simões Lopes, que era muito meu amigo e na ocasião responsável pela CEXIM. Endosseii plenamente a idéia, apenas tinha reservas quanto ao nome, porque eu não era particularmente afeiçoado a Getúlio, não o achava uma forte inspiração intelectual, conquanto reconhecesse que ele tinha sido um modernizador, particularmente no tocante ao serviço público. Eu próprio entrei no serviço público por concurso do Itamaraty, sem conhecer ninguém, sem ter

⁴⁶ Ferreira (1994): 68.

nenhum contato. Os exames eram objetivos, não havia realmente clientelismo ou filhotismo no recrutamento. O DASP (Departamento de Administração do Serviço Público) era uma grande organização importante para o setor público. Reconheci esse aspecto modernizador de Getúlio, mas não achava que o nome fosse adequado para uma organização de pesquisas, pois Getúlio não era particularmente intelectualizado. Mas não tive papel nenhum na formação do Instituto Brasileiro de Economia, limitei-me a escrever alguns artigos para as revistas e mantinha grande amizade com Bulhões e Gudin, que foram, realmente, os inspiradores do esforço econômico da Fundação, do IBRE e da revista *Conjuntura Econômica*.

Já a sua posição com relação à Teoria da Dependência e Teoria da Inflação Inercial:

Gostaríamos que comentasse a tese de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, Dependência e Desenvolvimento na América Latina.

Sempre achei um absurdo, é uma incursão de sociólogos na economia. Para o economista, as questões são de *how much more is?*, quer dizer, tudo é questão de grau. Então, do subdesenvolvimento ao desenvolvimento há apenas um espectro de variações quantitativas. Já o sociólogo gosta de criar categorias, e categorias estáticas no tempo. Subdesenvolvimento é uma categoria estática, oposta à categoria de desenvolvimento. Enquanto, para o economista, é um mero estágio, não há esta separação de categorias. Certamente agora o desenvolvimento asiático demonstra isso, países que estavam no rol dos subdesenvolvidos, subitamente agora se projetam como desindustrializantes. Hoje, o aço da Coreia, os computadores de Taiwan, os *chips* da Coreia intimidam os países desenvolvidos, por quê? Porque o capital aplicado em sucessivas doses acaba gerando um espectro contínuo de crescimento.

Eu nunca comprei a tese do Fernando Henrique, ela sempre me pareceu bastante ridícula, primitiva mesmo. É a eterna confusão de faseologia com ideologia, eles dão uma interpretação ideológica àquilo que é meramente fisiológico, são fases de desenvolvimento.

E a teoria da inflação inercial, como o senhor analisa?

Acho que há um grande exagero nisso. Na realidade, o que a correção monetária em princípio faz é meramente registrar a inflação passada, é um termômetro. Você achar que o termômetro produz a febre é uma ligeira confusão. O que provoca essa impressão de que a correção monetária é causa da inflação é que a correção monetária se torna uma coisa perversa, porque os agentes econômicos postulam a continuidade da política do governo. Se o governo tem hábitos de financiamento inflacionário, o agente econômico projeta para o futuro esse comportamento do governo. Então, é o comportamento do governo, muito mais do que a correção monetária, que provoca a inflação. Na realidade, entre 1964 e 1973, a inflação baixou enquanto se expandia a aplicação do instituto da correção monetária. Ou seja, a correção monetária até ajudou a combater a inflação, porque permitiu poupança, permitiu contratos de longo prazo e evitou que o cidadão embutisse nos seus contratos salariais, ou de fornecimento, a inflação futura. Friedman, por exemplo, advoga que isso é a coisa mais racional possível...

O mesmo vale para **Celso Furtado**. No seu caso, no entanto, não foi uma opção própria. Como coloca Conceição, nunca deixaram que o nosso maior economista (sic.) entrasse na Universidade. Apesar dele ter sido excluído também da política econômica nacional, ele não relaciona esses dois fatos:

“(...) o crime dos militares foi ter abortado o pouco de política social que tinha tentado se realizar. Eles com o negócio do comunismo, do medo do comunismo, e com as intrigas que a oligarquia fez. Aliás, diga-se de passagem, que eu sei das informações que tive, que se me cassaram, se botaram para fora a mim, não foi tanto por idéia não, foi com medo que eu fizesse política lá, e eu fazendo política eles sabiam que eu ia mudar aquele negócio, eles queriam se livrar de mim. Não foi militar não, foi a oligarquia de lá.”

Foram os mesmos que dificultaram sua inserção acadêmica também?

Não, na minha inserção acadêmica não fiz muita força. Candidatei-me a um concurso, mas, enquanto eu fui candidato, não se fez o concurso, isso aí por outra intriga menor, mais barata, típica da coisa acadêmica.

Como o senhor vê a teoria da dependência? Como o senhor viu na época, e como o senhor vê hoje?

Bem, para nós que vivíamos dentro da teoria de centro-periferia, a dependência era um fato que decorria da estrutura do sistema. Escrevi um livro sobre dependência em 52. Agora, a visão que os sociólogos tiveram com o Fernando Henrique foi mais de olhar dentro da própria sociedade, como é que ela se solda e como ela se forma, a dependência. O fenômeno da dependência todos conheciam, a própria teoria do semicolonialismo era uma teoria da dependência que os marxistas desenvolviam. Agora, ligar isso à estrutura interna da sociedade foi uma contribuição dos sociólogos.

Na verdade, o fenômeno, a situação de dependência era aceita por uns como uma coisa natural, mas todo mundo partia do fato de que isso existia. Gudin, por exemplo, que era o homem da extrema direita, do liberalismo mais descabelado, criou a teoria da economia reflexa, que, no fundo, é economia dependente. Economia reflexa, que reflete tudo o que vem de fora, é uma forma de dependência maior. Portanto, o nome de dependência em si não tem muita importância, o que importa de verdade são os ingredientes do processo, e o que os sociólogos trouxeram foi um estudo da estrutura de poder interna, que está ligada à forma de dependência que surge com a industrialização. Você industrializou, você avançou, criou uma Economia mais complexa e, em realidade, digamos assim, não superou a dependência, ela assumiu outra forma. Porque a sua estrutura social se fez a serviço dos interesses da dependência. A verdade verdadeira é que quando você internacionaliza uma economia subdesenvolvida, você aprofunda a raiz da dependência.

Bresser Pereira acha que houve três interpretações de inflação que tiveram a mesma origem. A primeira é a interpretação de origem cepalina, que é a mãe de todas na opinião dele, e seria a explicação estrutural que o senhor já tratou. A segunda interpretação seria a que está em Inflação Brasileira de Ignácio Rangel. E a terceira, a mais recente, seriam as teorias de inflação inercial. O senhor concorda com essa seqüência?

Não, porque a inflação inercial é um subproduto das outras. Não existe inflação inercial por conta própria. A inflação brasileira, todo mundo sabe, é um conflito distributivo de renda. O governo foi sempre um beneficiário dessa inflação, pois não tendo meios de se autofinanciar adequadamente, não tendo uma política fiscal adequada, apelava para a inflação. Eu estava fazendo um cálculo, vendo que a inflação rendia 6% do produto nacional, limpo, de lucro, e desses 6% quase metade ficava na mão do governo, quer dizer que era o maior imposto que se cobrava no Brasil. Já inflação inercial é um subproduto da indexação, porque você não encontra inflação inercial nos outros países, só onde existe indexação. Porque com a indexação você pode prever a inflação, então você podendo prever, você pode planejar também a inflação futura, portanto, está transformando em uma necessidade, porque ninguém quer ficar atrás, “já sei que os preços vão aumentar mesmo, então tenho que aumentar os meus”, e tem-se uma inflação inercial, que é criada por ela mesma. Se a credibilidade volta, ela se dissolve, desaparece. A inflação clássica brasileira, de 30% ao ano que temos hoje, é a que eu conheci sempre, e que resulta das inflexibilidades estruturais da economia brasileira. Então, essa é uma inflação que reflete as tensões normais da luta pela distribuição da renda, a necessidade de baixar salários de uns é o conflito distributivo clássico. A inflação inercial sozinha não precisa de uma explicação, ela só existe como subproduto. A inflação é criada pelas tensões distributivas, e é neutralizada pela inflação inercial. Eu me lembro quando escrevi a “Formação Econômica”, já pensava sobre esse problema. Então, eu digo lá, em certo momento, sobre a inflação neutra, a inflação que não tem efeitos maiores, que é totalmente neutralizada, seria uma inflação inercial perfeita, que é a inflação neutra, que não muda nada, fica tudo igual. Aí você pode mudar em um instante se mudar a moeda, que foi o que eles fizeram,

digamos assim, você muda a moeda, você muda a inflação, o milagre do Real foi esse.

Não haveria fortes resistências?

Exato, e tem muita gente que resiste porque vai perder. Os prejudicados, as viúvas da inflação são muitos, especialmente os grupos financeiros e os bancos, que ganhavam com a inflação. No cálculo que eu fiz, o Banco do Brasil é um dos grandes beneficiários da inflação. Então, não se preocupa com a eficiência, com nada disso, porque a inflação lhe garante uma rentabilidade alta e a sociedade paga. Tudo isso já foi pensado no Brasil, existe muita reflexão, é o País que tem mais experiência com inflação, que eu saiba.

É evidente que ninguém vai defender a irresponsabilidade fiscal/monetária. Como compatibilizar o receituário ortodoxo com uma política global? Como conciliar essa visão mais ampla com a condução da política do dia-a-dia?

Isso depende, evidentemente, da credibilidade que tem o governo. Esse governo, temos de reconhecer, tem uma grande credibilidade para resolver esses problemas. Agora, é preciso que o Congresso, a classe política, colabore. Existe uma dificuldade de se chegar a um acordo sobre qualquer coisa.

Antônio Delfim Netto mostra bem dois aspectos do curso de economia na USP. Em primeiro lugar, que, ao contrário da EPGE (criada na mesma época), a USP teve forte influência das escolas européias. Além disso, fica claro um certo pluralismo na criação da escola, mesmo porque, foi criada por professores de vários departamentos. O fato de contarem com professores autodidatas é destacado tanto por Delfim como por Conceição:

No início da escola, os professores eram todos autodidatas. Nós tínhamos trazido para a USP um professor francês, que era o Paul Hugon, (...) um professor formado na França, quer dizer, num estilo mais institucional. Ele chamava a atenção para a

história do pensamento econômico. Dava um curso de Introdução à Economia, um curso francês, curto, baseado em pequenas leituras, que ele selecionava cuidadosamente e imprimia em um aparelho de gelatina, que eu tenho até hoje. Naquele tempo, não existia nenhum livro, o Samuelson apareceu em 47, 48, nos Estados Unidos e só apareceu no Brasil quando eu já estava terminando o curso, acho que, em 52, 53, saiu a tradução.

O senhor terminou o curso nessa época?

É, eu terminei o curso em 52. Naquele tempo, o livro-texto de todo mundo era o do professor Gudin⁴⁷, que só tinha o primeiro volume. (...) Para a parte de Teoria dos Preços, que a gente tinha sempre um certo cuidado, tínhamos um professor muito bom, o Dorival Teixeira Vieira, que também tinha sido assistente do Hugon e tinha um *approach* mais institucional, também ligado à história. Um curso muito interessante.

O livro que mais me influenciou nessa época era o livro do Bresciani Turrone, *Princípio de Economia Política*, que o primeiro volume cuidava de formação de preço, teoria do valor e, o segundo, da parte de moeda, de comércio internacional. Claro que tudo isso desapareceu depois que apareceu Samuelson, ele produziu um estrago de tal natureza que as pessoas acreditaram que toda a Economia vinha de Cambridge, Estados Unidos. No tempo que eu estudava era a linha de Cambridge na Inglaterra. Eu tive também um bom professor de matemática, a escola tinha um certo enfoque quantitativo, todo mundo passava lá uns tantos livros. Tinha também um professor que me influenciou muito, Heraldo Barbuy, que dava Sociologia. Era uma figura extraordinária, um homem de grande cultura, que dava uma informação muito grande sobre o mundo, sobre o pensamento, sobre uma certa forma de ver o mundo. Depois tivemos, em Estatística, um excelente professor que era o Luis de Freitas Bueno, um sujeito com uma intuição muito grande. Hoje eu fico surpreso de ver como o Bueno tinha uma intuição clara dessa moderna econometria.

⁴⁷ Gudin (1943), *Princípios de Economia Monetária*.

De forma que eu tive bons professores. O curso, como lhe disse, era de autodidatas apoiado mais em livros, para quem gostava de estudar. Alguns livros eram chaves. No comércio internacional, era o Harbeler⁴⁸, hoje nem se deve mais ouvir falar nisso. E todo o problema de macro, de conjuntura, que era dada pelo Roberto Pinto de Souza, também era baseado no Haberler, *Prosperidade e Depressão*. Quem tinha mais interesse, ou mais conhecimento, acabava pegando *Valor e Capital*⁴⁹. Keynes tinha chegado aqui há pouco tempo, acho que em 51, 52. O resto do pessoal que falava em Keynes não tinha a menor idéia do que ele estava dizendo. Aliás, a dúvida era se o Keynes sabia o que estava dizendo (risos). Mas, de qualquer forma, quem lia tinha sérias dificuldades, como está provado hoje pelo grande número de interpretações.

Ah, tivemos um grande professor de Estatística, o Stevens, que também tinha vindo da Inglaterra e que ajudou muito na formação. Wilfred Leslie Stevens, que foi assistente do Fisher. Era um professor extraordinário. O curso de Estatística era muito forte. O curso de Matemática também era bastante bom, dado pelo Luis Arthaud Berthet. Era um curso que permitia o sujeito ler o *Foundations* do Samuelson, não dando risada, com algumas lágrimas, mas dava para entender. É claro que, como era uma coisa autóctone, provavelmente você não tirava todas as conseqüências que deveria. Eu considero que era um curso razoável, para o nível existente naquele momento, e para o esforço feito de autoformação, uma coisa local.

Em Finanças, tivemos um professor muito interessante, Teotônio Monteiro de Barros, professor na Faculdade de Direito. Não tem nada que está aí que vem de Finanças Públicas, nem sequer o teorema do Ricardo, que o Barro redescobriu, que não fosse conhecido. Você pega o livro do Einaudi e está lá explorado e negado, como o Ricardo fez. Mas esse *approach* de Finanças Públicas era muito interessante. Depois esse *approach* mudou, com o livro do Musgrave, que fez uma

⁴⁸ Haberler (1936), *Teoria do Comércio Internacional*.

⁴⁹ Hicks, (verificar referência completa, 1937).

razia sobre o conhecimento de Finanças Públicas, limpou tudo. Você só foi redescobrir os italianos com o Buchanan.

Um outro aspecto bem enfatizado por Delfim é a clivagem ideológica. Note como ele se posiciona claramente, desmerecendo, de certa forma, as outras correntes:

Na verdade, eu acho que as pessoas eram separadas entre os que tinham lido algum livro sobre Teoria de Preços, e outros que não tinham lido nada. Os que não tinham lido nada eram muito favoráveis ao socialismo, como até hoje. E os que tinham um conhecimento de Teoria de Preços, tinham uma certa desconfiança do resultado. Em *Teoria de Preços*, um outro livro interessante, era o livro do Stigler, um velho livro dos anos 40. Depois é que apareceram umas apostilas do Friedman, trazidas por brasileiros que tinham se perdido em Chicago.

Nota-se ainda como essa clivagem foi relevante nas passagens que se seguem:

Como foi a contraposição da USP com a CEPAL?

A posição da CEPAL era clara, não adianta mexer no câmbio, porque as exportações são inelásticas. Aí você não mexia no câmbio e a exportação não crescia, eles diziam: “está vendo como a teoria estava certa” (risos). Eram posições dogmáticas das duas partes. Nunca houve um debate, eles acreditavam em uma coisa e nós em outra. Só que a história foi mais bondosa com as nossas crenças.

Que era rotulada como monetarismo.

(...) Isso é uma técnica retórica que a esquerda sempre usou. Como é que a esquerda economiza argumentos que sempre lhes faltam? Dando um nome, rotulando. Hoje mesmo eu vejo o Mallan todo assustado “eu não sou neoliberal”, o que ele é? Deve ser neo-social também, que nem o Fernando (risos). A forma mais fácil de fazer o debate é chamar de entreguista, de direita, a favor do monopólio, do FMI. Você rotula, e isso é o instrumento retórico do debate. Nunca houve, na verdade, um debate, mesmo porque aquelas teorias não eram para levar a sério, ninguém levava a sério, só eles.

Aquilo era um grupo, restrito, do sindicato de elogio mútuo. Você pode pegar os artigos deles e ver uma coisa interessante: construa uma tabela de dupla entrada e pegue o artigo de A, o artigo de B e o artigo de C, e pegue as citações de A, de B e de C. Cada um deles se cita umas 20 vezes em qualquer artigo, nenhum deles passa uma página sem 4 citações, e são sempre os mesmos. Você constrói a tabela de dupla entrada e dá correlação um. É um sindicato do elogio mútuo.

Mas em que período?

Até recentemente, quando uma pesquisa empírica demonstrou esse fato. Eles agora estão mais comedidos.

Houve mesmo essa pesquisa?

Evidente que houve e vai ser publicada.

Eduardo Giannetti fez um comentário muito interessante que não existe, no Brasil, uma resenha crítica, a resenha ou é a porrada de quem não faz parte da tribo, ou é o tapinha nas costas de quem é da turma.

Não existe dos dois lados, nunca houve. Giannetti está certo. Primeiro que não tinha nem condições para esse tipo de debate, o debate era ideológico. Por exemplo, eu sou contra o monopólio da Petrobras; desde 1950, eu já era contra, e eles a favor. Hoje, eles fingem que são contra, mas continuam a favor.

Quem são “eles” hoje, Delfim?

O outro lado, não são eles com letra maiúscula, porque eles com letra maiúscula somos nós! Eu me lembro as discussões sobre planejamento. Eu era professor de planejamento e fazia aquilo com muito cuidado, a matemática que eu tinha não era brincado. Nós chegamos antes deles à conclusão de que aquilo não podia funcionar, porque você não conseguia saber onde é que estava o sistema de preços. Nunca me esqueço quando terminei o livro do Lange, aquela matriz para cima, para

baixo, inverte matriz, multiplica para cá, põe o *input* de demanda aqui, mas onde é que estão os preços?

Também, quando perguntamos a respeito do livro de Caio Prado Jr., Delfim coloca:

O Caio Prado é uma visão também integral da história, mas com um viés bárbaro. Nada disso eu considero que seja clássico. Em História, tivemos uma professora de alta qualidade, Alice Canabrava. Eu lamento muito que ela não tenha publicado todas as pesquisas. O livro do Celso Furtado foi submetido a um exame muito cuidadoso pela Alice, uma pesquisa que durou anos, na base de orçamentos do século XVIII e XIX, e você vê que toda aquela imaginação da economia colonial nunca existiu, é uma invenção pura e simples. Então, eu lamento muito que a Alice não tenha publicado isso, ela deve ter esse papel guardado, provavelmente alguém um dia qualquer vai examinar isso.

Nota-se, na passagem acima, a importância que teve a professora Alice Canabrava no desenvolvimento da FEA-USP. A seguir, detalhes da criação do IPE:

E a criação do IPE, como foi?

O IPE foi uma coisa natural. Nós estávamos desenvolvendo um núcleo de estudos, que começou com um seminário que acontecia todas as sextas-feiras. Aquilo foi se acomodando, foi crescendo, ampliando. Os horários eram os mais extravagantes do mundo, um dos seminários era das sete da manhã às nove, o seminário de matemática, e depois tinha o seminário da sexta-feira onde você tentava estudar os artigos mais recentes, que estavam na fronteira, que a gente supunha que era fronteira do conhecimento. Tudo tem que dar um desconto, que isso aqui é Brasil, não estávamos em Cambridge, nós estávamos em São Paulo, Vila Buarque. Com certa pretensão a se fazer ciência também.

Mas a escola sempre teve uma certa vantagem, uma biblioteca muito boa. Então esse grupo foi se formando, nós tivemos, na escola, períodos de grande agitação, de

grande confusão, e depois chegou o Rui Leme, como interventor do Conselho Universitário, para por ordem na Universidade. E eu acho que a escola deve ao Rui realmente a sua estrutura original. Ele pôs em ordem o passado, ele começou a fazer os concursos, ele organizou a escola. Eu rapidamente fiz livre-docência, depois fiz cátedra, e a partir daí nós estávamos consolidando.

O IPE era uma conseqüência natural desse processo. Existia o Instituto de Administração, que era antigo, e nós então construímos esse Instituto paralelo. Era um mecanismo natural desses grupos que estavam se desenvolvendo. O Rui era um outro sujeito genial, tinha o cérebro privilegiado. Ele foi o principal instrumento da construção da escola naquele instante, deu um suporte no momento mais crítico, e, a partir daí, a escola foi embora também. A escola tinha três ramos: economia, atuária e contabilidade. Você tinha um departamento de matemática que era forte porque não era só análise, era análise, demografia, matemática atuarial. Isso sim, talvez fosse um viés. Não era um viés, naquele momento eu acho que esse mínimo o economista precisava saber.

E a participação da Ford Foundation?

Isso tudo foi ligado com a Ford. Uma figura muito importante foi o Georgescu Røegen, ele veio com freqüência e nos estimulou muito, mandava o nosso pessoal para Vanderbilt e isso produziu um grupo importante. Sem dúvida, a Ford ajudou muito.

Houveram séries de seminários internacionais, não?

Ah sim, nos ligamos a uma série de institutos internacionais, junto com o Grunwald. E trouxemos muita gente, trouxemos para cá Oskar Lange, Kalecki, Timbergen, uma porção de gente.

A sua posição com relação às Teorias que estamos destacando é desdenhosa:

O trabalho que torna conhecido Fernando Henrique Cardoso, pelo menos nos centros acadêmicos internacionais, é a teoria da dependência. Dependência e Desenvolvimento é uma interpretação sociológica. Como é que o senhor a analisou na época e como senhor a vê hoje?

A teoria da dependência, desde o começo, é, simplesmente, uma retirada da posição inicial. Uma posição marxista, em que você tinha uma espoliação acentuada, é transformada no seguinte “não vamos ter ilusão, os estrangeiros se juntam aos empresários nacionais para continuar a exploração do sistema”, é isso que é a teoria da dependência. Ou é mais do que isso?

A riqueza dos países desenvolvidos depende de nossa pobreza?

Não, o que eu quero dizer é que não há exploração no sentido do Lênin⁵⁰, quer dizer, eles não vêm aqui fazer o imperialismo. Quando vêm juntam-se com a burguesia nacional e os dois exploram. Durante anos, o Brasil vem crescendo e eles dizendo que o Brasil não podia crescer. Foi só em 76, quando já tinha crescido mesmo, que disseram “tem alguma coisa que está errada aí, vamos fazer a independência da teoria da dependência”. O que estava errado? É que, de fato, não há esse processo de espoliação, esse é um processo em que o capital estrangeiro se une ao capital nacional, penetra na burguesia nacional e produz um aumento. Você quer chamar isso de teoria, pode chamar. Dizer que isso representa um conhecimento profundo e uma revolução sociológica do entendimento também pode, é uma questão de gosto.

O que o senhor acha da teoria da inflação inercial?

Se quiser chamar de inercial, pode chamar. Na verdade, eu acredito que toda inflação tenha um forte componente distributivo, isso é líquido e certo. Mas, por que hoje você tem uma inflação que se acomodou no mundo? Basicamente, em um

⁵⁰ Refere-se a Lenin (1916), *Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*.

prazo um pouquinho mais longo, salário nominal menos a produtividade determina os preços. Variação do salário nominal menos variação da produtividade dá a variação de preço. Na medida em que você tem um enorme desemprego, esse desemprego exerce o papel didático. A variação do salário nominal é muito pequena, a variação da produtividade é um pouco maior, você tem variações de preço muito pequenas. É isso que está acontecendo no mundo e no Brasil.

Retomando a questão sobre a inflação inercial. Sabemos que os chamados heterodoxos partiram de uma idéia de Simonsen, mais antiga...

Desculpe, essa idéia é velha, está no Friedman, está em qualquer lugar. Na verdade, dizer que a inflação do momento t depende ou tem ligações com a inflação do momento $t-1$ é evidente. Mas isso nem sequer constitui uma teoria. O nível de preços depende da taxa de crescimento do salário menos a produtividade. Mas o salário em t depende do crescimento da inflação em $t-1$, que é o *backward*, a visão para trás. Logo, a inflação em t é igual a alguma coisa parecida com a inflação em $t-1$ menos a produtividade. Meu Deus, se isto aqui for teoria, minha vó era bonde elétrico e urubu é Boeing 770, que ainda não saiu.

Onde é que está o charme, a retórica desta idéia?

Porque você constrói uma explicação fantástica. Isso já estava num livro da ANPES que deve ser de 63, 64, nem me lembro⁵¹. Isso não constitui uma teoria. Um dos fatores era o déficit orçamentário quando monetizado. Explicar teoria é explicar porque esse déficit existe e porque ele tem que ser monetizado. Esse era o esforço do trabalho da ANPES. Esse déficit existe porque existe realmente algum mecanismo de contradição distributivo. O governo faz déficit porque ele acredita que vai atender ao seu eleitorado. Qual é o primeiro dever do governo? Continuar governo. O déficit é produto de algum tipo de contradição distributiva. E por que ele tem que monetizar? Simplesmente porque não tinha um mercado financeiro desenvolvido, ou porque depois ele começa a dar um cano aqui, um cano ali, e a

⁵¹ Vide, por exemplo, Delfim *et alii* (1965), *Alguns aspectos da inflação brasileira*.

sociedade se recusa a financiá-lo por outro caminho. No fundo, é a visão meio primitiva que está aí mesmo. E é óbvio, se eu controlar o salário nominal, pode ficar tranqüilo que não tem inflação.

Maria da Conceição Tavares está diretamente ligada à criação dos Centros de Pós-Graduação no Rio de Janeiro (estava, por exemplo, na importante reunião de Itaipava). A professora sempre esteve ligada à UFRJ (na época Universidade do Brasil) que foi criar o seu mestrado alguns anos mais tarde, como vimos anteriormente. Ela descreve a criação dos centros nos seus primórdios:

Se vocês lerem o livro que o Paulo Arantes escreveu sobre o departamento de filosofia⁵², vocês verão o que era elite. A elite paulista continua igual. Esta daqui (do Rio de Janeiro) não, porque esta tinha duas obsessões. Antes, ou você era da universidade e, *en passant*, advogado ou engenheiro. Então como é que formou aqui, o Rio? Formou com advogados e engenheiros. Como é que formou a USP? Essa foi uma confusão! Porque economia é um departamento menor, então formou-se com porcarias! Por isso que o Delfim é importante para a USP, porque ele foi discípulo de um velhinho gagá⁵³, que lhe deu o poder. Fez a primeira reforma, o primeiro curso de pós-graduação, junto conosco que estávamos fazendo a CEPAL e junto com o Mário que começou a fazer EPGE. E você sabe quando que é isso, meu bem? 1965, 67. Até 1965/67 não tinha nenhum curso de pós-graduação no Brasil. Os autodidatas sabem o caminho das pedras, se não quiserem mistificar. Eu não estou mistificando, não tenho nenhum interesse, não estou aqui fazendo uma entrevista política.

A Fundação Getulio Vargas é depois da USP. Eles tinham um curso, mas não de Mestrado. Tinha um curso concorrente com o do Conselho de Economia. O curso do Conselho era mais desenvolvimentista, apoiado pela Confederação das Indústrias. Como o Mário não gostava daquilo e se pôs na asa do Gudín e do Bulhões, então ele

⁵² Arantes (1993), *Um Departamento Francês de Ultramar*.

⁵³ Provável alusão a Luiz de Freitas Bueno.

foi para lá. Ele dava os primeiros cursos, sei lá, como se chamava a EPGE naquela altura? Eram cursos que eu também ajudei a fazer, porque o Bulhões mandava eu dar curso lá. Mas não era Mestrado. O primeiro Mestrado em Economia foi da USP, foi o Delfim que ganhou. Houve uma reunião em Itaipava com a Ford Foundation, e a Ford foi para a USP e o Werner Baer ajudou, depois se arrependeu mortalmente e veio para a FGV. Mas o primeiro mestrado foi o dele, o segundo foi o da FGV e o terceiro foi o de Campinas. O meu, dos importantes, foi o quarto. Eu ajudei a fazer o de Campinas, também. E o quinto foi o da Católica. E depois tiveram dezenas. Eu estou realmente me sentindo um dinossauro voando de costas! (risos)

A questão da “briga” política, também destacada por Bacha e Delfim, é tratada da seguinte forma por Conceição:

Como foi sua experiência na CEPAL?

A CEPAL para mim foi um refresco, porque me permitiu uma leitura crítica, uma leitura nova. Os meus professores na Universidade do Brasil só estavam interessados em inflação, equilíbrio, estabilização e davam as explicações convencionais. Aí vem o outro e diz, “nós não vemos assim, nós somos estruturalistas, precisa se preocupar com desenvolvimento.”

Eu fui formada como economista dentro das duas escolas velhas. É por isso que até hoje eu consigo falar com os dois lados, quando tenho paciência. Na convencional, mas aberta. Por que aberta? Porque eram todos institucionalistas. Eram todos neoclássicos, mas institucionalistas. E começar a aprender política monetária lendo o livro do Gudin é, evidentemente, muito melhor que ler um manual idiota. A idéia de separar, como economista, teoria, instituições e economia aplicada não me passava pela cabeça! O sujeito que não é capaz de, primeiro separar os níveis, mas ao mesmo tempo juntá-los, não é economista! Quando me formei dentro da CEPAL já estava formada em economia, já era bacharel, aí me formei com essas preocupações.

Outra explicação para a inflação, que não a convencional, tinha a teoria estruturalista. Qual é o objetivo? O desenvolvimento. Para seu governo, Schumpeter, Kalecki e Kaldor eu não tive na escola, tive com meus professores da CEPAL. A CEPAL serviu também para me dar uma preocupação nova do que é a formação histórica, a evolução histórica, o papel dos agentes econômicos em uma sociedade, como é que se desenvolve, portanto, uma perspectiva estrutural histórica. Isso eu não tinha, devo a CEPAL, só tinha uma perspectiva filosófica teórica. Eu era matemática e filósofa, não era capaz de pensar assim e eles me ensinaram. O que não impede que eles também me dessem as bases críticas daquilo que eu aprendi.

Eu tenho sorte. A CEPAL ensinava, naquela altura, os grandes autores críticos, justamente porque ela sabia que as academias ensinavam uma porcaria neoclássica vagabunda. Ela dava Schumpeter, Kalecki. O Keynes não, porque o Prebisch achava que ele não tinha chongas a ver com o desenvolvimento, o que é verdade. Se, no longo prazo, estavam todos mortos, ele não tinha uma hipótese de longo prazo. Então não dava para dar Keynes. E a coisa monetária não se aprendia pelo Keynes, dado que a visão era estruturalista. Mas o velho Prebisch era discípulo de Keynes e queria ser presidente do Banco Central. Imagina se ele daria uma economia monetária da produção.

Kalecki e Kaldor foram lá como professores?

Sim senhor, na CEPAL de Santiago de 1965 tem os textos. E no curso da CEPAL, os textos deles eram dados. E mais, tinha o Aníbal Pinto que lecionou financiamento pela primeira vez. Explicou como é que financiava. Foi a primeira vez que eu vi coisa tributária. Com ele, com o Gerson⁵⁴ e com o Bulhões. (...) Eu sou de uma escola herética, os meus mestres não são apenas críticos, são heréticos. (...) Quando você tem bons professores, as coisas melhoram. Eu tirei a grande sorte de ter grandes professores da direita e grandes professores da esquerda, todos heréticos.

⁵⁴ Gerson A. da Silva.

A senhora dá muita importância ao Dr. Bulhões, não é?

Mas então vem cá, se eu sou a primeira professora de esquerda em economia, que consegue entrar em uma universidade conservadora, como é que eu não vou dar importância? Deixaram o Furtado? Não! O Campos alguma vez deixou algum discípulo herético dar sua disciplina? Nunca! O velhinho é um velhinho liberal. E ele achava do peru, porque eu era matemática, sabia fazer as curvas, as equações, arrumava lá para ele. Ele sempre disse: “dê teoria”, quando eu fui em cana, porque ele achava que dar economia brasileira dava pau. Fiz a minha tese de livre-docência com ele na banca, e a tese é uma crítica à sua política econômica. Você conhece muitos catedráticos que topem isso? E naquela altura ele mandava. Como não vou dar importância? Eu só tive sorte na minha vida, senão eu não estava aqui inteira, já teria morrido, há muito!

Eu tive três mestres, Aníbal Pinto, que me ensinou tudo, desde pesquisa até economia política, o velho Isaac que estava às minhas ordens, nunca me influenciou em nada, era um santo, e o velho Bulhões. Sempre tive liberdade de espírito, ninguém nunca me disse “isto não serve”. Pelo contrário, criticavam, “estude mais, veja esse ponto”, isso sim! O que eu tentei fazer com as novas gerações, aprendi com eles. Claro que eles não eram tão rudes quanto eu, mas também não encontraram um terreno tão difícil.

A inflação é um obstáculo para o desenvolvimento. Esta é uma colocação que gostaríamos que fosse pano de fundo para a próxima questão. Qual sua proposta para a estabilização, já que a Sra. critica bastante o receituário do FMI e Banco Mundial?

Ora, tenha paciência! “Qual é a sua proposta para a estabilização!?” Todos nós, que somos da escola estrutural, já dissemos que não existe proposta para a estabilização em abstrato. Você não pode ter uma proposta para a estabilização sem um horizonte a longo prazo, essa é a teoria da inflação. Se você não tiver um horizonte de longo prazo para dar aos empresários um caminho para aplicar o capital, não estabiliza. Número dois, numa inserção internacional, em que você está totalmente vulnerável na balança de pagamentos, não estabiliza. A primeira escola que disse que balanço

de pagamentos era importante para a inflação foi a CEPAL, meu bem. Até então, era o déficit fiscal, era a luta distributiva. Quem disse primeiro “o primeiro obstáculo é a balança de pagamentos” fomos nós, e continua sendo.

Depois veio o Mário, “a crise cambial mata, a fiscal esfola”. Sim, mas quem disse primeiro fomos nós. Com uma crise na balança de pagamentos se interrompe tudo, interrompe o desenvolvimento e ocorre uma inflação monstruosa, como as experiências da América Latina demonstram. Você não vê nenhum caso de inflação alta e contínua na América Latina que não tenha o problema da balança de pagamentos tramado. Só por conflito distributivo você não produz 1.000% de inflação ao ano, só por déficit fiscal também não produz. Agora, você apronta uma crise na balança de pagamentos e apronta uma hiperinflação em um ano. Aliás, na Alemanha também foi assim, ao contrário do que dizem.

E como se resolve a crise da balança de pagamentos?

Não se resolve, se manera, se toreia. O Brasil nem tão cedo terá a estabilidade. Dado a inserção internacional, tem que estar é na defensiva. E por isso é que tem que pactuar e fazer política de rendas para manejar, fazer as câmaras setoriais, controlar o câmbio. Isso é que foi a primeira aula do Prebisch. Estar inserido na periferia é isto! Você não tem condições. E ademais não tem progresso técnico. Para ter um desenvolvimento auto-sustentado, é outra coisa. Por isso é que nós temos ciclos curtos. Então você tem duas coisas básicas: ciclo curto, porque não tem progresso técnico para sustentar, e a distribuição de renda que é uma droga. Mas isso tem raízes estruturais: a terra não foi distribuída, a justiça não foi distribuída e o Estado é sempre privatizado. A CEPAL explicou tudo, está tudo na tradição crítica da CEPAL.

A participação de **Luiz Carlos Bresser Pereira**, desde os primórdios da FGV-SP, está muito bem retratada pelo próprio. Bresser mostra também como se dava o treinamento dos futuros professores da escola:

Depois de algumas tentativas fracassadas, afinal consegui fazer o concurso para professor da Fundação Getulio Vargas, onde bastava ter curso superior. Passando no concurso, poderia ficar um ano trabalhando com os professores americanos aqui e depois ir para os Estados Unidos, ficar 18 meses lá⁵⁵, fazer um Mestrado em *Business* e, finalmente, passar 6 meses em Harvard.

Foi o que eu fiz, estudei o mais que pude de Economia e Sociologia no MBA. Tive como professor, na área de Economia, Howselitz, um famoso professor de Chicago, Adams, professor de organização industrial, que foi quem me deu o único “B”. Eu tive um *almost straight A*, não fosse esse curso. Era um curso terrível, que apavorava todo mundo, me diziam: “não entra nesse curso porque você vai se dar mal”, mas é claro que fiz o curso e acabei tendo um “B”. Nos Estados Unidos, eu já me interessei muito pela teoria do empresário, descobri Schumpeter, e por aí vi uma ponte entre a Administração de Empresas e a Economia.

Uns dois meses depois, houve um seminário patrocinado pela UNESCO na FEA, que era coordenado pelo Delfim Netto e pelo Ruy Leme. Vieram Kaldor, Kalecki e um grande economista matemático francês que não me lembro o nome agora⁵⁶. Assisti e participei ativamente desse seminário. No final, conversei com Delfim, que me aceitou como orientando. Passei muitos anos para conseguir terminar o Doutorado. Fiz muitos seminários com o Delfim e com o grupo dele entre 62 e 65.

(...) O seminário das sextas era informal. Eu era aluno formal, estava inscrito no Doutorado, mas, no Doutorado, não havia curso regular, você tinha que fazer apenas duas disciplinas subsidiárias. Eu fiz uma com o Delfim e a outra, em microeconomia, com Dorival Teixeira Vieira. Eu tentei fazer uma subsidiária com a Doutora Alice Canabrava, mas quase todos os livros que ela indicou estavam na Biblioteca Nacional, e naquela época não havia xerox.

⁵⁵ na Michigan State University.

⁵⁶ Refere-se a Maurice Allais.

O senhor lecionava economia na EAESP?

Nos primeiros quatro anos, lecionei Diretrizes Administrativas e Introdução à Administração: o primeiro e o último curso da graduação. No curso de Diretrizes Administrativas, decidi dar, como parte teórica, o processo de tomada de decisão. E, para dar o processo de tomada de decisão, eu dava Teoria dos Jogos, maximin, minimax, etc. Eu não imaginava que depois isso seria tão importante dentro da microeconomia convencional. Naquela época, nem se pensava nisso, muito menos eu, estava usando para a Administração de Empresas. Aliás, acho impressionante o quanto a Administração de Empresas pode ajudar, pode fornecer subsídios para uma boa Economia.

Mas o meu objetivo, evidentemente, era sair da Administração de Empresas e passar para a Economia. Aí eu creio que, em 65, lecionei um curso de Administração para o Desenvolvimento, um curso optativo de Economia. Foi o segundo curso que o Yoshiaki Nakano fez comigo, fez um bom trabalho, foi o primeiro artigo que um aluno da escola publicou na RAE, *Revista de Administração de Empresas*, sobre escolha de técnicas. Mais adiante, eu consegui mudar para o Departamento de Ciências Sociais⁵⁷, porque, naquela época, não existia Departamento de Economia, a Economia estava dentro do Departamento de Ciências Sociais. Uns dois ou três anos depois, nós criamos o Departamento de Economia⁵⁸. Inicialmente, lecionei micro e macro e, depois, a partir dos anos 70, Desenvolvimento Econômico e Economia Brasileira. Deixei a Micro e a Macro de lado, o que foi uma pena. Quando a crise arrebentou, eu passei a dar inflação e balança de pagamentos e, a partir dos anos 90, depois de minha experiência no Ministério, lecionei de tudo um pouco. A coisa mais nova foi Metodologia Científica em Economia, ao mesmo tempo que voltava ao Desenvolvimento Econômico, depois de longo inverno, porque os 14 anos que eu tinha ficado fora do desenvolvimento econômico eram os 14 anos da estagnação do Brasil. (...) Entrei para o Departamento de Ciências Sociais lá por volta de 66. Mais ou menos em 70, nós criamos o Departamento de Economia.

⁵⁷ Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração.

⁵⁸ Planejamento e Análise Econômica aplicados a Administração.

Conceição destaca o fato de o senhor ter criado a pós-graduação na GV de São Paulo.

É, quem criou a pós-graduação na GV fui eu.

Em Economia?

Não, em geral. Não, é exagero, vamos colocar em outros termos. As primeiras tentativas de pós-graduação na GV em Administração de Empresas já datam de 1960, mais ou menos. Em 63, foi feita uma grande reformulação da qual eu participei e, em 65, assumi a direção da pós-graduação. Fiquei oito anos como diretor, entre 65 e 72. É um dos primeiros Mestrados no Brasil. Qualquer dia alguém faz a história completa disso.

Eu não sabia que nome dar: Mestrado, magister ou master. Em 65, tinha saído o parecer 977/65 do professor Newton Sucupira, que foi a base da definição da pós-graduação no Brasil, mas eu não cheguei a ter conhecimento desse parecer naquele ano. Mesmo assim, adotamos o título de mestre. Então, o Mestrado em Administração de Empresas surge na GV em dezembro de 65. Em 70, o governo lança o seu plano nacional de pós-graduação. Em 73, há uma grande reformulação no meu programa, contra mim, contra toda a minha vontade. O Mestrado de Administração de Empresas era um Mestrado profissional, destinando a parte acadêmica para o Doutorado. Abandonaram esta idéia e fizeram um Mestrado em Administração de Empresas puramente acadêmico, o que me deixou indignado. Vinte anos depois eles voltam ao caminho correto.

Em 73, é criada uma área de concentração em Economia, dentro do Mestrado de Administração de Empresas. E, a partir de meados dos anos 70, nós tentamos transformar essa área de concentração em um Mestrado de Economia e um Doutorado de Economia *tout cours*, mas há uma resistência muito forte, primeiro da própria escola, depois do Rio de Janeiro. Depois de alguns anos, os professores da escola, especialmente os de finanças, percebem que seria muito bom se houvesse um

curso autônomo de Mestrado em Economia na GV, e passam a dar apoio. Mas aí a resistência do Rio de Janeiro, especialmente do Doutor Luiz Simões Lopes, continua firme. E só depois que sou Ministro da Fazenda, em 88, o Mestrado e o Doutorado em Economia são autorizados. Acho que é um bom trabalho que está sendo feito.

A entrada na ANPEC quando foi?

Foi logo em seguida, nós tentamos entrar na ANPEC antes, mas não deixavam, porque era uma área de concentração e não um Mestrado. O Departamento de Economia teve sempre dentro da escola um caráter rigorosamente liberal. Liberal no sentido que nós jamais admitimos que uma orientação prevalecesse. Eu pessoalmente fiz a minha própria transição de posições mais cepalinas para posições mais neo-estruturalistas. É o que me chamam hoje, jamais ortodoxo, jamais um neoclássico. Mas eu achava fundamental que houvesse pessoas de todo tipo dentro do Departamento, que os cursos de microeconomia fossem dados por neoclássicos, os de política monetária por monetaristas, os de macroeconomia básica fossem dados por keynesianos, e assim por diante.

Isso tem sido preservado bastante na escola, isso que eu chamo de uma perspectiva liberal, no sentido político da coisa. Além disso, desde a fundação do Departamento, nós montamos um princípio: que haveria rodízio na chefia, de forma que o chefe fica dois anos e depois vai embora, e não volta o chefe anterior. Isso significa que importante é o Departamento e não o chefe. O chefe tem alguns papéis que ele tem que desempenhar naqueles dois anos e quase todos desempenharam muito bem os seus papéis. Houve um que desempenhou mal porque realmente é um desastre administrativamente, embora um excelente acadêmico. Mas, de um modo geral, o saldo desse tipo de política liberal ou democrática dentro de um Departamento é ótimo, as relações entre os professores são boas e se consegue uma boa qualidade.

O Departamento caminhou lentamente para posições do *mainstream*, mas o *mainstream* está em crise. Essa pobre *rational expectations* já está fazendo água. A

credibilidade⁵⁹ e o *rational expectations* foram violentamente desmentidos pelo México.

E a criação da Revista de Economia Política?

Desde 1980, nós temos uma revista. Não é uma revista do Departamento de Economia.

Poderia falar da sua produção teórica sobre inflação?

Tenho um artigo, do começo da década de 70, falando sobre inflação de custos e, no final da década de 70, faço um artigo mais geral sobre a inflação brasileira, publicado em 1979, eu acho. Em 1979, eu tive que dar uma aula na GV sobre inflação em um curso noturno do CEAG. Fiquei pensando, pensando e apresentei uma aula que é a base de um artigo que está publicado no primeiro número da *Revista de Economia Política* e também como primeiro artigo do livro *Inflação e Recessão* chamado “A Inflação no Capitalismo de Estado e a Experiência Brasileira Recente”. Nesse artigo, eu misturava as minhas teorias sobre Burocracia e sobre Estado, o meu conhecimento de Kalecki, que eu tinha estudado bastante (sempre me julguei um keynesiano-kaleckiano), e o que eu aprendera com o Ignácio Rangel sobre inflação de custos (ou inflação administrada).

Tudo isso eram as coisas velhas, mas, ao mesmo tempo, observando o que estava acontecendo no Brasil naquela época, em fim de 79 ou começo de 80: nós estávamos em plena recessão e com uma inflação que não caía em hipótese alguma. Já estava batendo 100% ao ano e não cedia. Então eu tive a idéia de explicar aquilo através de um processo defasado de aumento de preços em que as empresas A, B e C aumentavam seus preços defasadamente.

⁵⁹ Refere-se à teoria do *Confidence Building*.

Vocês tinham um seminário uma época, não é?

Sim, mas um seminário de nós dois, nós líamos os livros e discutíamos. Aí eu disse que estava na época de nós fazermos um artigo, e eu propus que nós fizéssemos um artigo sobre a inflação e, em 82, escrevemos esse artigo. Discutimos muito o artigo com muita gente. É a base da nossa visão da teoria da inflação inercial: *Fatores Aceleradores, Mantenedores e Sancionadores da Inflação*. A palavra inercial nós não usávamos ainda, nós passamos a usar a expressão “inflação autônoma da demanda”. Esse artigo vai ser apresentado na ANPEC em dezembro de 1983, em que o meu caríssimo amigo Chico Lopes é debatedor do Nakano, dado que eu não pude estar presente. É o momento exatamente que os meus amigos da PUC, Pérsio Arida, André, Chico Lopes e Bacha, com os quais naquela época tínhamos pouco contato, estavam também desenvolvendo suas idéias sobre a inércia inflacionária. O ano de 84 é, ao meu ver, crucial para o desenvolvimento da teoria da inflação inercial. O nosso artigo é de 83.

Em 1984, o Pérsio e o André Lara lançam um artigo muito importante.

Sim, em novembro de 84, o Pérsio e o André apresentam em Washington o artigo que continha a proposta que ficou conhecida como proposta “Larida”. Só que nesse ano nós já havíamos publicado o livro *Inflação e Recessão*, colocando todos os artigos que tínhamos escrito sobre inflação inercial, inclusive um artigo sobre política administrativa de controle de inflação, sobre como se acaba com uma inflação de caráter inercial.

Belluzzo destaca que Inflação e Recessão é uma das boas coisas produzidas pelos economistas brasileiros. A que você atribui o sucesso desse livro?

Acho que o livro marca a transição da nossa visão rangeliana da inflação, que já era um avanço, que é a visão de que a inflação decorre, em grande parte, do poder de monopólio das empresas, para a visão inercialista da inflação, que está colocado no

meu artigo⁶⁰ escrito em 80. E depois a minha associação com o Nakano, que aí então dá para o trabalho uma sistematicidade. Em 84, o André Lara Resende vai para a Argentina comigo em julho e temos enormes conversas...

Antes dele lançar aquele artigo na Gazeta Mercantil ⁶¹?

É, o artigo dele na *Gazeta* é de setembro. *Inflação e Recessão* é o primeiro livro publicado no Brasil sobre inflação inercial. Uma das últimas *Revista de Economia Política* tem todos esses artiguinhos explicados, datas, etc. O Pérsio já tinha feito, em 83, um pequeno artigo que eu nem tinha lido, só recentemente descobri, em que ele colocava as bases dessa idéia da neutralização da inflação via URV⁶². Em 84, ele volta a escrever alguma coisa nesse sentido e o André faz o artigo que fica famoso na *Gazeta Mercantil*. No final de 84, o Chico Lopes escreve um artigo, depois de algumas “brigas” entre eles. Em agosto, o Chico Lopes propôs o choque heterodoxo, uma pequena nota⁶³, que foi um pouquinho depois da nossa proposta do choque heterodoxo, que Yoshiaki e eu chamávamos de “política heróica de combate à inflação”.

Neste artigo também era proposto o congelamento?

Claro, congelamento, tablita, tudo isso, só que publicado na *Revista de Economia Política* que saiu em julho de 84, isso quer dizer que o artigo ficou pronto no começo de 84. Chico Lopes escreveu em julho e saiu em agosto, porque é um Boletim. Então, é bem anterior. Finalmente, no final de 84, Chico Lopes escreve o melhor artigo que conheço sobre inflação inercial, *Inflação e Hiperinflação: Notas e Conjecturas*, apresentado na ANPEC de 84, publicado também na *Revista de Economia Política* e depois no seu livro *O Choque Heterodoxo*.

⁶⁰ Bresser Pereira (1981), “Inflação no Capitalismo de Estado”.

⁶¹ Lara Resende (1984), “A Moeda Indexada: uma Proposta para Eliminar a Inflação Inercial”.

⁶² Arida (1984), “Neutralizar a Inflação, uma Idéia Promissora”.

⁶³ no boletim do Conselho de Economia, Lopes (1984).

A palavra inércia já aparecia antes?

A palavra inércia começou a aparecer por aí e eu achei melhor adotá-la porque já tinha alguns americanos que haviam usado. Só mais tarde eu vim descobrir quem era realmente o autor da idéia. Nós descobrimos por nossa conta, Nakano e eu em São Paulo e, na PUC, Pérsio, André, Bacha e Chico Lopes, talvez o Modiano também, no Rio. Mas já havia alguma coisa feita anteriormente, e o grande iniciador disso realmente é um economista cubano chamado Felipe Pazos que, em 1972, publicou por uma editora americana um livro chamado *Chronic Inflation in Latin America*, que ninguém tinha lido, não sei porque. Era um *hard cover*, que eu li só no final da década de 80. Lá não tem muita teoria, mas tem basicamente a idéia da inflação inercial. E eu acho que o Mário Henrique Simonsen também foi um pouco um pioneiro quando desenvolveu a idéia da realimentação, mas ele tentou combinar a realimentação com o monetarismo e com o keynesianismo e ficou uma salada. Mas a idéia era muito boa.

A teoria da inflação inercial foi um grande avanço teórico, certamente a coisa mais importante que os brasileiros fizeram em macroeconomia. Batia com a teoria estruturalista do Ignácio Rangel apenas em uma coisa: a moeda era vista como endógena, isso é fundamental. Mas o próprio Ignácio Rangel não conseguiu entender a inflação inercial, que era um passo adiante.

(...) a Teoria da Dependência, como o senhor analisou esta teoria na época e como a vê hoje?

Nos anos 50, domina no Brasil a teoria do imperialismo e o pessoal do ISEB, com Ignácio Rangel como principal economista, e a CEPAL onde o principal economista seria Celso Furtado, que ainda viam o subdesenvolvimento brasileiro como causado em grande parte pelo imperialismo, que impedia de nos industrializarmos. Mas fica claro, durante a segunda metade dos anos 50, que isso é falso. No final dos anos 50, escrevi uma carta, depois um artigo, mostrando quais eram os fatos novos que mudavam a natureza da relação do Brasil e da América Latina com o primeiro

mundo. Deixava de ser uma mera relação de nação ou países imperializados, mas passava a ser uma relação que nós chamamos de uma nova dependência. Aliás, eu estou profundamente envolvido no surgimento da teoria da nova dependência.

Esse tipo de preocupação vai dominar, na segunda metade dos anos 60, os economistas e sociólogos que vão para o Chile. O melhor livro que sai a respeito desse assunto é o livro do Fernando Henrique e do Faletto. Um problema fundamental, que estava correlacionado, era explicar a retomada do desenvolvimento brasileiro, depois das chamadas teorias da estagnação que tinham dominado os anos 70. Eu não creio inclusive que eu tenha lido esta obra exatamente na época que ela saiu, li alguns anos depois. Eu estava muito ativamente, por outro lado, trabalhando na mesma área. Eu não fui para o Chile nos anos 60, fiquei aqui no Brasil, mas estava vendo toda a análise da estagnação da América Latina, especialmente no livro do Celso Furtado, e comecei a perceber que essa análise não batia com a realidade.

Em 67, assisti uma palestra na PUC de São Paulo do Antônio Barros de Castro, que vinha do Chile. Fiquei muito interessado porque ele falava que havia a chance da retomada do desenvolvimento econômico, superação da estagnação, a partir de um processo de concentração de renda da classe média para cima. E um pouco depois eu escrevi um artigo, creio que o primeiro que foi feito no Brasil sobre esse assunto, *A Concentração de Renda e a Recuperação da Economia Brasileira*, publicado em 70 na revista *Visão* com o título “Dividir ou Multiplicar”. É um longo artigo que mostrava um novo modelo de desenvolvimento concentrador de renda que estava emergindo no Brasil. Um pouco depois, saiu o artigo da Conceição e do José Serra, “Além da Estagnação”, que ficou famoso, circulou em toda a América Latina e tinha a mesma idéia. Era importante para mim, nesse momento, negar a tese que dominava a esquerda dos anos 60, a partir das contribuições especialmente do Caio Prado Júnior, de que tudo que a esquerda fizera, propondo um pacto com os industriais para promover o desenvolvimento econômico, tinha sido uma traição. Eu mostrava que isso não era verdade, que esse pacto promoveu mudanças para o

Brasil e que depois fatos novos tinham liquidado esse pacto, provocado um vazio político entre 60 e 64, e, afinal, provocado um golpe militar.

O livro do Fernando Henrique e esses artigos estavam na base do repensar América Latina, que não era necessariamente explorada pelo imperialismo, mas que tinha o seu desenvolvimento distorcido, especialmente em termos de concentração de renda, em função do papel preponderante que tinham as empresas multinacionais e os padrões de consumo do Exterior reproduzidos no Brasil e na América Latina para as classes média e alta. Nesse assunto, na verdade, eu já vinha trabalhando desde 1960. Em 1960, quando eu estava nos Estados Unidos, escrevi uma série de cartas a um amigo, em que faço a crítica ao modelo do ISEB. Explico porque Jânio Quadros, um candidato que o *New York Times* chamava de esquerda, apoiado pela direita, tinha derrotado um candidato da direita apoiado pela esquerda, que era o Lott. A partir disto, mostro como uma série de fatos novos haviam inviabilizado o pacto nacional desenvolvimentista populista do Getúlio Vargas nos anos 30, e que prevalece até a eleição de Kubitschek. Há um vácuo político no começo dos anos 60, e veio o regime militar a partir de 64, como resposta a essa crise, a esse vácuo. Mas isso tudo mostrava que o Brasil tinha mudado muito, que era preciso uma nova interpretação, que o livro do Fernando Henrique e do Faletto é o trabalho mais acabado e mais brilhante.

O papel de **Mário Henrique Simonsen** na criação da EPGE foi absolutamente fundamental:

Como foi sua participação na criação da EPGE?

A EPGE começou com o CAE, o Centro de Aperfeiçoamento de Economistas, no qual eu comecei a lecionar em 1961. O CAE, se não me engano, tinha sido fundado um ano antes; e era um curso para preparar bolsistas para irem para o Exterior. Depois, em 65, com o nome EPGE, fizemos a transformação em escola de pós-graduação. Foi o primeiro curso de pós-graduação em Economia no Brasil.

(...) nas minhas andanças pela Economia conheci Gudin, que era meu parente, era primo-irmão de meu pai. Bulhões, que conheci na casa do Gudin, e Roberto Campos.

Sofre-se influência de várias escolas americanas na maioria dos centros de pesquisa em economia. Como articular esse bombardeio de influências e poder conseguir alguma autonomia?

O que se deve fazer, no fundo, é ter, no seu quadro, professores que venham de diferentes escolas. Eu tentei fazer isso depois que eu voltei do governo para cá, porque a escola era muito concentrada em Chicago. Você não pode desprezar Chicago que é uma estupenda universidade, mas não se pode colocar só professores de Chicago.

Existe um trade off entre a especialização e pluralismo?

É claro. Eu acho que vale a pena você ter uma certa variedade. Abrir mão da especialização para haver um certo pluralismo.

Uma diferença que se aponta entre o economista europeu e o economista americano (e o economista brasileiro se encaixaria mais no caso europeu) é que o europeu, em geral, é mais generalista, o que acaba dificultando a sua entrada na discussão acadêmica internacional. Como o senhor acha que isso pode ser administrado?

Isso não tem solução. Se o mercado universitário é pequeno, como o mercado de professores de Economia no Brasil, fatalmente terá mais generalistas e menos especialistas.

E o fato dos economistas brasileiros sempre ocuparem cargos relevantes no governo, como o senhor vê isso?

Também é um fato decorrente de você ter, relativamente, poucos economistas, como tem pouco de tudo na nossa sociedade, está certo?

Como equacionar essa falta de recursos humanos?

O jeito é ir formando gente, mas não estamos na era da abundância, portanto, não vai ter abundância tão cedo.

Como o senhor vê o desenvolvimento da ciência econômica hoje em dia e quais suas perspectivas?

Acho que a ciência econômica teve grande espaço para o desenvolvimento até 1970, 1980; tudo que vem de lá para cá ainda não tem uma perspectiva temporal para realmente saber o que dura e o que não dura. Algumas contribuições em teoria dos jogos e o modelo de desenvolvimento do Lucas devem durar. Mas o resto você precisa de um pouco de perspectiva para verificar. A minha impressão é que há, nos Estados Unidos, muito mais professores de Economia do que demanda realmente de estudos econômicos. Tem uma quantidade de artigos que, primeiro, ninguém consegue hoje acompanhar tudo que se escreve sobre Economia; segundo, uma grande parte é uma verdadeira indústria de publicações. Disso alguma coisa deve ficar, agora o que acho que é um pouco cedo ainda.

Como o senhor analisou Dependência e Desenvolvimento na América Latina do presidente e do Enzo Falleto na época do lançamento? E como o senhor vê hoje a teoria da dependência?

Eu não li. Não conheço direito a teoria da dependência para poder julgar.

O ajuste de 81/83 foi eficiente para melhorar a balança de pagamentos, mas não teve o efeito que esperava em relação à inflação. A partir desse ponto, surgiram novos diagnósticos sobre inflação, especialmente o conceito de inflação inercial, que era baseado em uma idéia que já estava implícita em um artigo seu de 70.

Não era implícita não, já era um livro. Era explícita e era um livro.

O senhor acha que o problema de combate à inflação era o diagnóstico?

Em grande parte era. Eu me lembro que falei muito sobre o problema da necessidade de desindexação quando estava no Ministério da Fazenda, mas qualquer pequena medida que eu tomasse encontrava uma brutal reação dos políticos, da opinião pública. Quer dizer, ninguém, na época, tinha percepção de que, com uma economia amplamente indexada, era inteiramente dar murro em ponta de faca querer aplicar a receita ortodoxa do Fundo Monetário. Em primeiro lugar, você nunca conseguiria fazer uma política monetária contracionista, depois você teria que elevar a taxa real de juros ao infinito. Em segundo lugar, você teria sempre poucos dividendos antiinflacionários e muitos dividendos recessivos nesse tipo de política. Isso para mim era visível já no meio do governo Geisel, se não no princípio do governo Geisel. Escrevi muita coisa na época a esse respeito. Agora, de um modo geral, a sociedade e a academia brasileira também só se conscientizaram da necessidade de desindexar após esse período.

Por que fracassaram tantos planos de estabilização? Existe algum elo comum?

Você teve só dois tipos de planos: os planos que se basearam só na oferta, que foram o Plano Cruzado e o Plano Bresser, que admitiam que a inflação fosse pura e simplesmente inercial, e fracassaram porque ela não era só inercial. E os planos que foram de 81 a 83, depois o feijão com arroz do Maílson, em 88, e o do Collor, a partir da entrada do Marcílio no governo, onde se considerava que a inflação era apenas inflação de demanda, sem nenhum componente inercial. Então, o primeiro programa que levou realmente em consideração os dois lados da tesoura foi o Plano Real.

E o conflito distributivo tem algum poder explicativo?

O conflito distributivo existe na medida em que o governo resolve arbitrar as fatias distributivas. O conflito é muito mais um problema de política do que da economia, porque a economia de mercado é uma solução. Não importa se boa ou ruim, mas o mercado é uma solução automática para o conflito distributivo, que existe sempre e em toda parte. Explicando a inflação pelo conflito distributivo, você não explica

nada. Explica um pouco do que se passa na cabeça do político que faz a inflação. Ele resolve prometer distribuir o bolo, faz várias promessas separadas de distribuição e quando ele soma as fatias, dá três vezes o bolo. Então ele tenta compatibilizar isso com a inflação. Mas isso não é uma explicação para a inflação, é uma explicação para o que está na cabeça do político que provoca a inflação.

André Lara Resende coloca que, quando lançou aquele artigo na Gazeta e houve uma grande crítica, o senhor foi um dos poucos que o apoiou.

Exatamente. Foi extremamente importante. O primeiro artigo dele foi o da ortenização pela média, que era exatamente o artigo que ia levar o conceito que gerou o Plano Cruzado, que gerou a idéia da URV. Você primeiro coloca tudo na média e depois faz a reforma monetária.

E a contribuição de São Paulo para a teoria da inflação inercial, especificamente Bresser e Nakano, como o senhor analisa?

Eu acho que foi interessante, mas realmente a contribuição decisiva foi do André e do Arida.

Affonso Celso Pastore participou no desenvolvimento do IPE. Ele nos relata como vivenciou esse processo:

Você participou da criação da FIPE?

Não, deixa eu te dizer. Foi criado o IPE, o Instituto de Pesquisas Econômicas, a FIPE bem depois. A FIPE foi só um arranjo jurídico, está certo? Havia lá um problema, que não poderia ser instituto complementar, tinha que ser uma fundação, aí fez-se a FIPE. O IPE é que era importante.

A história é a seguinte, talvez o Delfim te conte (...) Deixa eu ver o que eu me lembro. Ele, o Ruy Leme, o Sebastião Admícula da Cunha e Diogo Adolfo Nunes Gaspar foram quatro economistas chamados pelo Carvalho Pinto para fazer um

plano de governo. Foram escrever o plano de investimento e tinham que calcular custo/benefício, enfim (...) Os caras começaram: “— como é que nós vamos decidir quanto gastar em educação, quanto gastar em estradas? Vamos fazer custo/benefício”. E precisava levantar dados, enfim, tinha que ter informações, coletar. Pensaram: “— pô, o que nós precisamos ter aqui é um instituto de pesquisa que faça isso”. Naquele momento, o Delfim e o Ruy disseram o seguinte: “— vamos criar isso na universidade, que é o lugar ideal”. Começaram a se mover para isso e acabaram criando na universidade um instituto. Carvalho Pinto era governador nessa época, depois veio o Adhemar de Barros. E o Adhemar precisou fazer de novo um plano, era o Antenor Negrini, que também era da escola. E o Antenor Negrini chamou uma turma para escrever os capítulos do plano, nessa época aí é o Rocca, o Eduardo de Carvalho, o Delfim, todo mundo ali escrevendo isso. Nesse tempo, o IPE já estava criado, já tinha tido uma verba da Fundação Ford para uma revista, para mandar gente para o Exterior, etc. A Ford deu a metade do dinheiro para comprar um computador, um 1130 e o Adhemar, em troca desse trabalho, deu o resto. Aí foi o processo de criação aparelhado com verba da Ford para ter revista. Eu participei não ativamente, eu não era figura-chave para criar aquilo, mas eu estava dentro do processo. As figuras-chave foram inicialmente o Delfim e o Ruy Leme, que foi diretor da faculdade também, e uma peça muito importante naquela criação inicial.

O senhor poderia relatar um pouco mais esta época?

A USAID⁶⁴ tinha um programa, junto com a Ford, de criação de um *expertise* institucional e começaram a abrir os cursos de pós-graduação. Já existiam os cursos de pós-graduação da EPGE, no Rio, que nesse tempo tinha um outro nome, CAD, Centro de Treinamento de Economistas, alguma coisa parecida... E tinha o Conselho Nacional de Economia, que era um embrião desses cursos de treinamento que o IPEA teve lá atrás, que mandou muita gente para o Exterior, por exemplo, eu me lembro do Langoni, do Cláudio Haddad, do Zé Julio Sena tendo aula nesses

⁶⁴ United States Agency for International Development.

curso do Conselho de Economia antes de irem fazer curso no Exterior. Eu dei aula lá, nesse curso aí. Puta, um saco de tempo! O embrião de pós-graduação que existia era o da Fundação e esses outros.

Aí o IPE nasceu, veio verba da USAID, fez-se esse acordo com a Universidade de Vanderbilt, e muitos economistas foram fazer o Ph.D.: Luiz Paulo Rosenberg, o Sarandini, o Ibrahim Eris, a Yeda Crusius, enfim, tem muita gente que foi para lá. E outros foram para outras universidades.

Quais eram os principais problemas?

A massa crítica que tinha de gente aqui para dar aula era muito baixa, não tinha praticamente ninguém, e quem era bom era imediatamente pinçado para trabalhar no governo. Ficava muito difícil você reter gente, o grande problema naquele momento era reter gente nos centros. E você não tinha professores, então tinha que trazer professor de fora e o grande processo era mandar gente para fora para treinar. Aquela massa enorme de gente que foi tirar Ph.D. no Exterior foi o grande produto do centro no primeiro momento. Quem carregava o piano nas costas eram os americanos que vinham dar aula, mesmo no Rio de Janeiro, mesmo na EPGE. Tinha o Mário lá, que nunca largou esse troço, mas sempre tinha um, ou dois, ou três, ajudando a empurrar aquilo, porque podia ter um cara bom em econometria, mas faltava o cara de preço, faltava o cara de macro, faltava o cara de comércio internacional, o cara de desenvolvimento econômico, etc. Aqui, em São Paulo, era igual. O peso dos estrangeiros foi se reduzindo e o peso dos nacionais foi crescendo, mas continuou aquele problema de dificuldade de reter gente na universidade, a universidade paga mal para burro. Eu estou dando aula lá, estou com dois cursos atualmente: um curso de moeda, que eu acabei de dar agora no primeiro semestre e vou dar um curso de séries temporais, esse negócio de domínio de tempo, domínio de frequência, etc., na pós-graduação, que é o instrumental que a gente usa para fazer pesquisa ligada a moeda.

Moeda e Bancos na graduação?

Os dois são na pós-graduação. Eu parei de dar na graduação, pois eu botei no pau uma turma inteira. Para a minha sanidade, eu resolvi não dar mais. Pegar uma turma que não responde é absolutamente frustrante, principalmente quando você dá aula quarta-feira à noite, que é o dia dos concertos na Sociedade de Cultura Artística. Estou velho demais para perder isso. (risos)

Quais foram os professores mais importantes?

Luiz de Freitas Bueno foi um sujeito importante. Alice Canabrava, de história, era fera, era uma coisa incrível. Em 58, tinha acabado de sair o livro do Celso Furtado, *Formação Econômica*, que não cita o Caio Prado. Ela deu um curso de um ano, que era o seguinte: a primeira parte era a história econômica da Idade Média, com o livro do Henry Pirenne, a segunda era a história econômica dos Estados Unidos, com o Hamilton, e a terceira era história econômica do Brasil, que foi com *Formação Econômica* do Celso Furtado, *Formação do Brasil Contemporâneo* do Caio Prado e *Formação Histórica* que era do Roberto Simonsen. Ela dizia o seguinte: o Simonsen é o cara que fez, que levantou os dados todos, que levantou a bola, e os outros dois escreveram o livro em cima do Simonsen, um em uma linha marxista e o outro em uma linha (...) enfim, tentando aplicar Keynes, ou o que seja. O trabalho do Celso Furtado foi o trabalho que cutucou a cabeça do Fishlow para aquele trabalho sobre o problema dos mecanismos de defesa. Celso Furtado não intuiu o problema da taxa de câmbio, que o Delfim tinha intuído, que, em um certo sentido, a Conceição Tavares intuiu, daquele jeito confuso dela, mas intuiu. Então, vamos dizer, nós seguimos a discussão do Fishlow e da Conceição.

Delfim certamente foi um dos mais importantes, foi meu professor na graduação no curso de Estatística Econômica. Mas não foi importante por causa do curso, ele foi importante por causa dos seminários. Havia o seminário de teoria neoclássica às quartas-feiras e o seminário de teoria marxista, às sextas.

Delfim estava nos dois?

Sim, Delfim estava interessado em desenvolvimento econômico, o que era ótimo para mim. Começou com os artigos de Harrod e Domar, Swan, Solow, Pasinetti, Kaldor, foi em frente e aí fomos entrando em macro, no livro do Ackley⁶⁵, que tinha acabado de sair.

A posição de Pastore sobre a Teoria da Inflação Inercial também é bastante cética. É interessante notar como ele coloca todo o problema em termos econométricos:

Deixa eu pegar esse negócio de inércia, que vocês mencionaram. Em primeiro lugar, não há uma teoria da inflação inercial, no meu modo de ver. Existe um fenômeno de inércia, mas se você pensar o que é inércia, vai descobrir que é uma coisa muito interessante. Em primeiro lugar, inércia não foi criada pelo André nem pelo Pêrsio, inércia é um fenômeno de *low frequency*, em séries temporais. Todas as séries temporais que têm movimentos de baixa frequência dominantes são séries que têm inércia. Se você for buscar isso lá atrás, em 1966, tem um trabalho importante de um sujeito chamado Clive Granger, publicado na *Econometrica*, chama “The Typical Spectral Shape of Economic Variables”. Ele mostra que a maior parte das variáveis econômicas, como produto, emprego, salários, nível de preços e taxa de inflação tem densidade espectral concentrada nas frequências baixas...

Todas integradas de grau um?

Tudo AR positivo baixo. Isso é inércia. A taxa de inflação do Brasil tem AR positivo baixo, a taxa de inflação nos Estados Unidos, no Japão, na Inglaterra e na Alemanha tem AR positivo baixo. Se você olhar as funções de autocorrelação, em qualquer um desses países, você vai achar em todos eles um movimento de *low frequency*. Olha as funções de autocorrelação, nos Estados Unidos, no Japão, na

⁶⁵ Ackley (1961), *Teoria Macroeconômica*.

Inglaterra, na Itália, todos têm uma enorme inércia, certo? Agora vem para o Brasil, nós estamos falando de 10, 20, 30, 40% por trimestre, de 500, 1.000, 1.500 por ano. Por favor, olha a função de autocorrelação da Itália e olha função de autocorrelação do Brasil, veja se você acha alguma diferença. A inércia que tem aqui tem lá, que é a inércia produzida pela auto-regressividade. Será que nós inovamos alguma coisa com isso?

Quando nos Estados Unidos, ou na Alemanha, ou na Itália, ou no Japão, ou em qualquer país, você dá um choque na taxa de inflação, esse choque produz um crescimento da inflação. Um choque de uma má oferta agrícola sobe e aí vai caindo, caindo e se dissipa. Trabalha com séries temporais, estima os modelos, as armas, estima eles todos e vai para o componente móvel do modelo, estima como o choque se situa no modelo. Quer dizer, você dá um choque de magnitude 1, ele demora 10, 15, 20 trimestres, mas ele se dissipa nos Estados Unidos, na Alemanha, na Itália, no Japão, com sistemas de dissipação de velocidades muito parecidas. Quando, no Brasil, você dá um choque, o choque vai lá em cima e não se dissipa, ele se incorpora na taxa de inflação. Aí descobri uma diferença. Mas isto é *Trends and Random Walks in Economic Variables*, é literatura de fora, lá atrás. Isso não está no André, não está no Pérsio, isso é literatura americana, não é brasileira, não é *breakthrough* de economista brasileiro. Estou tentando é fazer o meu ponto, dar o exemplo para vocês. Por que isso acontece?

Os inercialistas dizem: “— a inércia é produzida pela indexação”. Bom, a inércia é produzida pela rigidez de preços. Qualquer mecanismo que introduza rigidez de preço produz inércia de auto-regressividade. Todos os países têm rigidez de preços, lá e cá, por que lá dá o choque e dissipa e aqui dá o choque e não dissipa? Tem alguma coisa lá que produz a dissipação e tem alguma coisa aqui que produz a persistência do choque. Pega o modelo onde tem a rigidez de preço, um tipo de rigidez de preço, que é ou indexação ou expectativa adaptativa, deixa o governo operar fixando a taxa de juro, portanto, tendo moeda passiva. Quando, isso acontece, aparece a raiz unitária, que gera aquele fenômeno de persistência. Quando

you fix the currency and don't fix the interest rate, the government produces some force that produces dissipation, the unitary root disappears, always.

I'm saying the following, inertia is also a monetary phenomenon. Where do I go to find this idea? In Brazil? No. Out there, only. This is all in the literature, there is no innovation above the literature.

What is interesting in this is the idea that you can slide over a vertical Philips curve when you have very high inflation. In other words, if you have this whole process of indexation accumulated with monetary passivity, you can do exactly what was done in the Real Plan: index everything. Thus I interpret the URV. The URV is a process through which you separate two functions of the currency completely: the payment medium function you leave, the exchange instrument function continues to do, which was the real cruzeiro, and the unit of account function, the indexer, the unit of reference for contracts, you move it all to the URV. Push all contracts to this unit, the contract for labor, exchange, gasoline, prices of goods, everything with daily adjustment, synchronizes everything. Removes the processes of *staggering*, of *over-lag*, of phase shift.

But this process can only be used as a transition. The second stage is the stage in which you reunify the functions of the currency, when you reunified the functions of the currency, you created an asset called Real, which is an asset that, in the end, became now the unit of account and the payment medium. In which the unit of account stopped being the indexed asset, passed to be the asset with fixed nominal value, you produced the deindexation of the economy in that act.

O Plano Real foi aquele dia.

Yes, the Real Plan was that. If you go through the literature you will find, you get everything that Stanley Fischer wrote, everything that Diona Gray wrote, everything that Mário Henrique wrote, that comes from 73 onwards. The entire contribution of the new Keynesians on the mechanisms of rigidity, including the *staggering* of John Taylor,

essas questões de inércia em preço, do Olivier Blanchard, a literatura está entupida disso, entupida! Toda a contribuição dos novos keynesianos é essa. Como primeiro estágio de saída de uma inflação grande, você pode usar esse tipo de artifício (a moeda indexada), que eu acho que é um artifício bem-concebido, engenhoso.

Mas isso é diferente de estabilizar a economia. Agora temos um outro problema, o manejo de política monetária, fiscal e cambial para manter a estabilidade. Não é mais Plano Real, é política econômica clássica. A inércia pode ser remontada no processo, isso não tenha dúvida. Se continuarem com o juro alto e moeda passiva, vai recriar isso tudo, vai destruir qualquer ajuste, qualquer esforço fiscal que se faça. Vai privatizar as empresas e ficar sem o ativo. Vai reconstruir o passivo porque vai trazer a dívida de novo, vai gerar um problema com a oferta agregada e vai continuar valorizando o câmbio...

A UNICAMP surge como um curso alternativo, tendo como peça-chave, **Luiz Gonzaga Belluzzo**. As características desse Centro, nas palavras do próprio:

Quando se criou o centro de Pós-Graduação na UnB, a idéia era fazer uma alternativa ao que se tinha na época. A UNICAMP acabou sendo criada com a mesma idéia. Gostaríamos que o senhor relatasse uma sobre a criação do centro, e se concorda com essa afirmação.

Naquele período, a FIPE, por exemplo, tinha um Curso de Mestrado que não admitia não-economistas. Eu me lembro bem que fui conversar com o Colassuono, o secretário-geral da FIPE, e eles não tinham a menor intenção de admitir não-economistas, coisa que não se faz em nenhum curso de pós-graduação no mundo. Você abre oportunidades, o cara sai de História se quiser fazer Economia, enfim...

O Lucas na graduação fez História.

O Lucas fez História e está cheio de casos. O Keynes fez matemática, depois teve umas aulas com o Marshall e acabou virando economista. Então a concepção dos cursos de pós-graduação era muito restrita. O Departamento da UNICAMP foi

criado como um Departamento de Economia e Planejamento Econômico para aproveitar a experiência da CEPAL. O primeiro curso dado foi Planejamento Econômico, que tinha uma estrutura semelhante à da CEPAL.

Quando nós organizamos o Curso de Graduação, pensamos em um modelo com um curso básico, de estudos gerais, em que você desse uma formação mais geral para o aluno, e só a partir do segundo ano ele começaria a entrar no *curriculum* propriamente de Economia. De certa forma, isso tinha o propósito de diferenciar o curso da UNICAMP em relação aos cursos de Economia existentes. Porque o curso de Economia, tal como existia no Brasil, nasceu ou das escolas de Direito, ou das escolas de Contabilidade. O que nós procuramos fazer foi dar um caráter mais generalista ao curso, menos restrito.

Eu me lembro que quando saí do seminário um dos padres falou “-por que você não vai estudar Economia?” Aí o meu pai falou: “-Economia? Você vai estudar Economia? Isso não tem cabimento!” Meu pai é um juiz, uma pessoa que tem uma cultura bastante além do razoável. Era a visão que o economista se aproximava do contabilista. E os cursos tinham um pouco essa natureza. É claro que a USP era diferenciada, mas se você prestar bem atenção, os economistas brasileiros mais eminentes não tinham curso de Economia. Aliás, os cursos surgiram mais tarde dentro da Universidade. O Gudin era engenheiro, a Conceição, matemática, o Roberto Campos, diplomata, o Celso Furtado estudou Direito depois foi estudar em Paris, e o Bulhões era advogado.

O Simonsen era engenheiro.

O Simonsen era engenheiro, depois virou economista, fez o curso da Praça Onze. Economista que você conhece, dessa geração um pouco mais velha que a gente, formado na faculdade de Economia, é o Delfim; não havia essa tradição. Então, na verdade, nós estávamos começando um curso que operava um pouco - eu não diria em um vazio que é uma injustiça - mas ele funcionava em uma situação que você tinha pouca concorrência. Na prática, você estava, do ponto de vista acadêmico,

ainda engatinhando, em relação aos cursos de Economia. O que o Bacha fez na UnB foi trazer a experiência do mestrado das boas universidades americanas para cá.

Quando nós criamos o curso de pós-graduação, pensamos em dar uma especificidade, mais do que acadêmica, de concepção do curso. O curso estava fundado no quê? Primeiro na história do capitalismo, segundo nas visões do capitalismo. A organização do curso estava subordinada a essa idéia geral: dar aos alunos uma visão clara, na medida do possível, mais aprofundada e ampla possível, da história do capitalismo e das grandes visões do capitalismo. Para dar um exemplo, o curso de Micro estava fundado em Organização Industrial. Não por uma questão de diferenciação, mas porque isso era compatível, coerente com a concepção que a gente tinha. Da mesma maneira, o curso de Macro estava apoiado na macro keynesiana clássica. Então o curso tinha uma orientação e nós não pretendíamos, nem pretendemos, que o curso vire uma coisa eclética. O que não impede que você estude, por exemplo, o debate dos keynesianos com o chamado *mainstream*. Só que nós não pretendemos fazer uma coisa eclética, dar uma colagem, como se as coisas fossem equivalentes. Nós fazemos a leitura a partir do paradigma que nós consideramos correto, o que não quer dizer que os outros não tenham suas reivindicações.

O que diferencia a Escola de Campinas da Economia Radical Americana?

Não somos comparáveis à Economia Radical Americana. Nós não pretendemos constituir um corpo separado, achamos que isso é uma coisa muito complicada. Eu acho que essa divisão americana corresponde mais ao fato de que a academia americana é muito menos porosa do que a brasileira ao debate. Quando se tem uma determinada tendência teórica, como se teve dos anos 70 para cá, vai se contaminando o conjunto. Eu acho que nós somos mais parecidos com os europeus nesse sentido, quer dizer, convivem melhor essas várias tendências, têm um diálogo melhor. Eu acho que os radicais assumem um pouco a postura de gueto, se colocam como gueto, e aí têm implicações ruins, porque você tende a demarcar o seu terreno.

Nós não queremos demarcar o terreno, nós queremos falar, “nós temos essa visão, mas aceitamos discutir com os demais”, estamos em permanente diálogo com os demais, não queremos ser uma seita separada, queremos discutir. Acho que essa é a postura correta.

De qualquer forma, a UNICAMP tem um grau de homogeneidade um pouco maior do que a USP.

É verdade, ela tem um grau de homogeneidade maior.

Isso dá uma força, ao mesmo tempo que pode enfraquecer...

Você precisa tomar cuidado para não se transformar em um gueto. Eu reconheço que esse equilíbrio é difícil. Às vezes, eu noto que há uma certa angústia por parte dos professores em relação a certos surtos de intolerância do *mainstream*, sobretudo nos congressos, mas isso é assim mesmo. No tempo da minha vida acadêmica, assisti isso o tempo inteiro.

Como o senhor analisou Dependência e Desenvolvimento na América Latina do Fernando Henrique e Enzo Faletto?

Na época, você tinha várias versões da teoria da dependência. Havia uma versão mais estagnacionista que era a alternativa socialismo ou dependência, que tinha origem no “Desenvolvimento do Subdesenvolvimento” do Gunder Frank⁶⁶. Essa controvérsia se desdobrou ainda em outras, na teoria do subimperialismo, e na posição do Fernando Henrique, que procura colocar o seguinte: você pode ter as duas coisas, dependência e desenvolvimento, o desenvolvimento dependente. Em relação à teoria do imperialismo, tal como ela era manejada pelos marxistas brasileiros na época, aparecia como originária do Gunder Frank, era uma flexibilização importante. Também refletia um pouco o otimismo, porque dizia: “vai

⁶⁶ Gunder Frank, A. (1966), *The Development of Underdevelopment*.

ter desenvolvimento associado, dependente, mas esse desenvolvimento pode ter graus distintos de avanço social”. Depende da relação interna de classes, da relação interna de forças e da maneira como essa relação de forças se reflete nas políticas de Estado.

Olhando para trás, havia um pouco de otimismo do Fernando Henrique que eu acho que perdura até hoje. Teve a virtude de mostrar como o entorno internacional condicionava o desenvolvimento das economias periféricas. Mas, veja bem, as condições que presidiam aquele momento não são mais as que estão presentes agora. As condições de desenvolvimento capitalista são muito mais estritas hoje do que foram no passado. Os requisitos para integração na economia mundial são muito mais duros, muito mais estritos. Você não pode exigir que o livro também faça projeções para 1990. Mas o livro tem uma grande virtude: fazer uma crítica ao endogenismo excessivo, do qual nós somos vítimas. Refletia a idéia de que o Estado podia operar nos vazios e conduzir o desenvolvimento, mesmo dependente, a um destino melhor do ponto de vista social.

O ajuste de 81/83 foi eficiente para melhorar a balança de pagamentos, mas não teve o efeito que se esperava com relação a inflação. A partir desse ponto, surgiram novos diagnósticos sobre inflação, especialmente o conceito de inflação inercial, baseada em uma idéia que já estava implícita em um livro de Simonsen⁶⁷ de 1970. O senhor acha que o problema no combate à inflação era o diagnóstico?

O consenso dos anos 80 era a desvalorização e ajuste fiscal, esta era a recomendação do Fundo. Reverter o déficit das transações correntes, fazer um saldo comercial grande, reduzir a expansão do crédito líquido doméstico da Economia, expandir as reservas e conseguir estabilizar. As economias entraram em uma trajetória de fortíssima instabilidade, com sucessivas tentativas de realinhar o câmbio, fazer as maxi. Suscitou-se uma generalização da indexação, no caso do

⁶⁷ Simonsen (1970), *Inflação: Gradualismo versus Tratamento de Choque*.

Brasil, de maneira mais intensa e mais forte, que levou à impossibilidade de produzir o alinhamento de preços relativos desejado.

Daí é que nasce a idéia de inflação inercial, para explicar a continuidade do processo inflacionário mesmo depois de ter atingido alguns objetivos suscitados pelo programa do Fundo. Muitos países conseguiram reverter rapidamente a sua situação na balança de pagamentos, outros conseguiram fazer progressos importantes no lado fiscal. Aliás, era isso que sustentava, em boa medida, a possibilidade da teoria de inflação inercial. Os primeiros artigos dos dois rapazes⁶⁸ diziam o seguinte: “já que você tem uma situação de finanças públicas resolvida, a inflação só pode ser explicada pelos mecanismos formais e informais de transferência para frente da inflação passada”. Então, justificava-se ou uma reforma monetária pura e simplesmente, como se você desse um golpe de judô, usando a superindexação para terminar com toda a indexação, ou através de uma intervenção no sistema de preços para criar várias âncoras nominais. Uma vez que tudo o mais estava resolvido, você poderia saltar para uma situação de estabilidade.

Qual era o problema das teorias da inflação inercial? Era o fato de que eles não se deram conta de que a questão do financiamento externo, portanto a raiz da instabilidade, permanecia. Esta situação não se sustentaria por muito tempo, a menos que se usasse outros supostos e outros métodos. Ou a Economia teria que funcionar em um nível muito baixo de atividade, ou teria que se avançar na intervenção. Nenhuma das duas coisas eram satisfatórias, porque a raiz da instabilidade, que eram as condições de financiamento externo, não estava resolvida.

O que aconteceu durante os anos 70 foi uma tentativa de correr atrás do próprio rabo. Quando se reverteu a situação externa, encontrou-se as condições óbvias para que a Economia se estabilizasse. Aliás, depois de todo esse barulho, o que sobra é o seguinte: depois de um processo prolongado de inflação muito alta ou de

⁶⁸ Refere-se a André Lara Resende e Pêrsio Arida.

hiperinflação, está no meu artigo com a Conceição⁶⁹, a única forma é restaurar o sistema monetário pela sua função fundamental, senão não consegue estabilizar. Isso é uma coisa clássica, que limita muito o alcance das teorias inerciais da inflação. É por isso que você não conseguia explicar. Até o Bresser usou uma expressão que aparentemente é contraditória, aceleração inercial, que deu uma confusão, uma briga danada. Não havia como, nos quadros da teoria da inflação inercial, explicar o que estava acontecendo. O próprio Frenkel, depois de ter escrito um artigo sobre a formação de preços em uma economia de alta inflação⁷⁰, em que ele adotava uma explicação parecida com a teoria da inflação inercial, escreveu um artigo sobre as inflações altas que suscitam intervalos de relativa estabilidade da taxa, seguido de aceleração.

Depois do Plano Cruzado surgiu a idéia de que o Plano tinha suscitado uma instabilidade maior, o que é uma verdade parcial, na medida em que isso aumentou o grau de incerteza, a fuga da moeda nacional e o agravamento de todos os processos que levam à hiperinflação. Por outro lado, depois de 86, sobretudo, houve o aperfeiçoamento da instituição da moeda indexada, que permitiu conter o impulso para a hiperinflação. O sucesso parcial da primeira tentativa de estabilização e o fracasso da segunda conseguiu deixar claro quais eram as questões centrais relativas à inflação, e como é que você poderia estabilizar.

No livro da Leda Paulani e do Roberto Messemberg⁷¹, a crítica que eles fazem a nós é de termos feito uma análise e feito outra coisa na prática. De certa forma, eles têm razão, mas ali a questão era outra. Nós sabíamos que aquilo tinha uma vida limitada, mas quase que fomos constrangidos a fazer o plano. A expectativa geral era de que você fizesse alguma coisa em relação à estabilização. Mas a posição que está no meu artigo com a Conceição é que você tem um problema de instabilidade derivada dos desequilíbrios de estoques que a crise externa causou.

⁶⁹ Belluzzo e Conceição Tavares (1984), *Uma Reflexão sobre a Natureza da Inflação Contemporânea*.

⁷⁰ Frenkel (1979), *Decisiones de Precios en Alta Inflación*.

⁷¹ Bier, Paulani e Messemberg (1986), *Os Heterodoxos e o Pós-Moderno*.

Você acha que as teorias macroeconômicas disponíveis apresentam diagnóstico e soluções adequadas para a inflação brasileira?

Aí tem safras distintas. Se você olhar a literatura sobre hiperinflação do pós-guerra, ou na própria tese do Gustavo Franco, vai encontrar suporte para a idéia de que é preciso restaurar as condições de financiamento externo. Os economistas e os políticos dos anos 20 e 30 sabiam disso com grande clareza. Na discussão brasileira, faltou informação histórica e virou um pouco politizada no mal sentido. É uma tendência ruim na discussão econômica, pelo menos na discussão pública, aceitar a forma como a mídia, em geral, trata as questões. As pessoas não têm coragem de falar “esse problema não é assim”. Virou uma discussão sobre quem era o culpado pela inflação, se era o sistema financeiro, os bancos, os empresários que reajustavam demais os preços. Virou uma coisa muito ruim.

Edmar Bacha, na verdade, teve fundamental participação em dois Centros. Mais do que os outros, ele destaca com muita ênfase os determinantes políticos no ato de criação e desenvolvimento desses Centros:

O senhor teve uma participação histórica na criação de dois centros de pós-graduação: a UnB e a PUC-RJ. No seu Memorial, o senhor atenta para uma espécie de “concorrência” entre a UnB e a então recém-criada UNICAMP, como escolas alternativas. Como foi essa concorrência na época?

A minha entrada para a PUC e toda a minha inserção no Brasil teve muito a ver com a luta contra a ditadura. Eu acho que é basicamente nesse contexto. A atuação naquele tempo era muito politizada e havia concorrência nesse sentido. Delfim e Simonsen estavam ligados ao governo militar e a UnB representava, em certo sentido, uma alternativa. Tem um claro sentido político aí. Essa é a coisa mais importante, porque uma vez que você tira a nuvem da ditadura da frente, as questões propriamente de teoria econômica aparecem com muito menor relevância. Acho que

havia uma sobreenfatização em diferenciações de questões teóricas em Economia, mas o que estava realmente pegando era a questão da luta pela democracia.

E a PUC-RJ, também se encaixa neste processo?

Não, acho que a PUC-RJ já é uma nova fase, já estávamos praticamente superando o período da ditadura militar e, portanto, você podia ter uma busca mais clara de objetivos propriamente acadêmicos.

Como avalia a importância desses centros com relação à luta que se referiu? Como eles atuaram nesse processo?

O PMDB era o grande guarda-chuva. Nós éramos economistas de oposição, e esses centros eram onde os economistas de oposição tinham não só guarida, mas voz e, nesse sentido, fazem parte de todo o processo. Estando lá em Brasília, em particular, a atuação junto aos congressistas do PMDB pôde ser mais acentuada.

E hoje, como está vendo os centros de pós-graduação?

Tem dois anos e meio que eu estou fora, então não posso dizer hoje o que se está fazendo. Acho que, em geral, eu diria que nós passamos uma fase em que os centros se descuidaram da formação de novas gerações. Creio que com essa ênfase na formação interna, os centros, em geral, com exceção da PUC, não trataram de continuar mandando pessoas para fazer doutorado nas universidades de primeira linha do Exterior. Acho que isso tem sido um problema no País.

O senhor acha que os centros daqui ainda não têm condições de formar o indivíduo na sua plenitude?

Não, eu acho que há quatro ou cinco universidades no mundo que realmente se diferenciam do resto. Aqui, para formar pessoas de bom nível, acho que dá para fazer, mas estou falando mais em termos de liderança intelectual da profissão.

Quais seriam essas quatro ou cinco universidades?

Todas as americanas, MIT, Harvard, Chicago, Stanford, Yale.

As inglesas o senhor acha que não estariam nesse grupo?

Não, certamente não.

(...) a teoria da inflação inercial não teria sido uma contribuição à teoria econômica realizada no Brasil (...)?

Israel também tinha isso, a inflação lá era parecida com a nossa. Eu me lembro que, uma vez, conversando com Michael Bruno em uma conferência, eu tinha um *paper*, ele tinha outro, e nós lemos os respectivos *papers* de noite. De manhã cedo, nós apresentamos e eu falei: “Como são parecidos os nossos países”. Parecidos eram os economistas, que estavam olhando os países daquela maneira, obviamente é difícil imaginar o Brasil parecido com Israel.

Como o senhor analisou o texto Dependência e Desenvolvimento na América Latina do Fernando Henrique e do Enzo Faletto na época? E como o senhor vê hoje a teoria da dependência?

Eu acho que tudo isso era parte da luta contra a ditadura, está tudo creditado, tudo debitado lá. A concepção, que era de processos interrompidos...

A amostra acima dá uma boa visão de como se deu a criação dos centros e um pouco da disputa no campo científico. Mas os depoimentos, especialmente quando discutimos a história da vida do entrevistado, vão mais além. Eles entram no mundo das emoções (paixões, ambições, ódios, ressentimentos), que nos permite adentrar nos limites da racionalidade do ator histórico. Ao quebrarmos o esquematismo simplista, podemos desvendar as relações entre o indivíduo e a rede histórica. A memória, com suas falhas, distorções e inversões, ao invés de representar um problema, torna-se um elemento de análise, ao considerarmos uma ampliação da análise histórica que não se limita à análise “objetiva” do fato, mas considera também a memória do fato. Quer dizer, o *présent du passé*⁷² torna-se fundamental para explicar o presente a partir da compreensão do passado sob a ótica de quem vivenciou os fatos.

Bloom (1991) apresenta uma teoria da poesia através de uma descrição da influência poética, ou história das relações intrapoéticas. “Um dos objetivos dessa teoria é de natureza corretiva: acabar com a idealização de nossas versões oficiais de como um poeta ajuda a formar outro”. A história da poesia, segundo a tese desse livro, é considerada indistinguível da influência poética, já que os poetas fortes fazem a história, deslendo-se uns dos outros, de maneira a abrir um espaço próprio de fabulação. Registra Bloom : “Meu interesse único, aqui, são os poetas fortes, grandes figuras com persistência para combater seus precursores fortes até a morte. Talentos mais fracos são presas de idealizações: a imaginação capaz se apropria de tudo para si. Mas nada vem do nada e a apropriação envolve, portanto, imensas angústias de débito”. Traça então seis movimentos revisionários no ciclo vital do poeta forte: Clinamen, Kenosis, Demonização, Askesis e Apophrades. Reproduzimos abaixo, três deles, substituindo poeta por autor e poema por texto.

⁷² Frank (1992).

Clinamen: é a desleitura ou desapropriação, propriamente dita. A palavra vem de Lucrecio, onde significa um “desvio” dos átomos. Um autor se desvia ao ler seus precursores de tal forma a executar um *clinamen* com relação a eles. Isto aparece como um movimento corretivo em seu próprio texto, sugerindo que os textos precursores foram acurados até certo ponto, mas deveriam, então, se desviar, precisamente na direção em que se move o novo texto. Como diz Cardoso (1979):

“Redefinida a eventual influência do marxismo norte-americano na proposição dos estudos sobre dependência, convém dedicar alguma atenção à contribuição de André G. Frank aos temas da dependência. Alguns de seus estudos tiveram grande repercussão crítica e, embora sejam estimulantes, como a tese contra o dualismo agrário brasileiro, freqüentemente erraram o alvo no que diz respeito a propor temas novos. De fato, a grande questão que se debatia no Brasil sobre a natureza das relações sociais no campo e seu impacto para caracterizar um tipo de formação histórico-social (...) centrava-se em torno da produção escravista-colonial e da natureza específica de uma formação social que, embora criada pela expansão do capitalismo mercantil, assentava em relações de produção escravistas e destinava a parte mais dinâmica de sua produção ao mercado internacional. Frank simplificou o debate, desdenhou a especificidade da situação (procedimento que é o contrário ao dos “dependentistas”) e não tentou estabelecer qualquer representação teórica de tipo dialético que unisse num todo específico o geral e o particular. Com a maestria polêmica que lhe é peculiar, deu um golpe de morte nos dualistas, levando de cambalhada às vezes com, às vezes sem razão, marxistas e cepalinos”.

Kenosis: um mecanismo de ruptura semelhante aos mecanismos de defesa empregados pela psique contra as compulsões de repetição, um movimento na direção da descontinuidade com relação aos precursores. A palavra vem do apóstolo São Paulo, onde significa a humilhação, ou esvaziamento de Jesus por si mesmo. O autor posterior, aparentemente esvaziando-se de sua própria inspiração, sua divindade fabulatória, supostamente se torna humilde, como se estivesse deixando de ser autor, mas a vazante é executada de tal forma em relação a textos-de-vazante

precursores que os precursores também se vêem esvaziados. Temos exatamente isso na entrevista com Edmar Bacha:

Como o senhor vê o recolhimento de depoimentos para recuperar um pouco da história do pensamento econômico?

Eu tenho uma visão muito crítica, acho que não tem muito pensamento econômico a ser recuperado aqui no País, para ser franco.

E Análise econômica?

Acho que tiveram intervenções de política econômica, que é parte da história da economia do País, mas, em termos de grandes desenvolvimentos analíticos, acho que não.

Nem a teoria da inflação inercial?

Olha, se você ler o Tobin⁷³, está tudo lá. Uma vez eu perguntei para o Tobin de onde veio a palavra inercial, ele falou: “Isso é uma coisa tão óbvia!”, então nem ele se considera como gerando nada. Os livros do Simonsen⁷⁴ dos anos 70 incorporam isso, mas não acho que seja uma grande inovação.

Demonização, ou um movimento na direção de um Contra-Sublime próprio, como reação ao Sublime dos precursores. A palavra vem da tradição neoplatônica em geral, onde um ente intermediário, o daimon, nem divino nem humano, se incorpora ao adepto para auxiliá-lo. O autor posterior se apresenta aberto ao que acredita ser uma potência nos textos-ascendentes que não pertence, mas sim a uma extensão

⁷³ Veja, por exemplo, Tobin (1972), *Inflation and Unemployment*.

⁷⁴ Simonsen (1970), *Gradualismo versus Tratamento de Choque*.

ôntica imediatamente além dos precursores. É isto o que faz, então, em seu texto, ao postar-se com relação aos textos-ascendentes de tal forma que, ao generalizá-los, despreza o que existia de único nos trabalhos dos precursores. É o que podemos ver também com André Lara Resende:

Francisco Lopes diz que você quase desistiu da academia porque não entenderam um seu artigo, tem algo a ver com os trabalhos do Taylor e do Fischer?

Não, é um modelo muito formalizado para explicar rigidez nominal. Eu fiz para um curso de *labor* do Solow. E ele mostrava que, dentro do princípio de maximização, com contratos implícitos e aversão ao risco, você chega a salários nominais rígidos. Eu achei que era um *breakthrough* e dei para o Michael Piore que não entendeu e mandou uma notinha assim: “Suspeito que você tenha um resultado fantástico aqui, mas eu não tenho condições matemáticas para entender isso direito”. Aí dei para o Rudi Dornbusch, que também não era lá um grande matemático e deu para o Olivier Blanchard. O Blanchard, que estava se formando e era monitor de macro, achou que o resultado não estava diferente do Azariadis, que foi mais ou menos o que um dos *referees* da *American Economic Review* colocou, dizendo: “o seu trabalho está muito bem escrito, o que eu não posso dizer de 99% dos trabalhos que eu leio (risos). Só que eu acho que o seu resultado não é novo.” Uns três, quatro anos depois, o Olivier Blanchard falou assim: “André, sabe que eu estou dando aquele seu artigo nos cursos de macro aqui. Realmente, você tinha razão”.

Podemos também perceber, ao longo da entrevista, inúmeros mecanismos psicológicos tipificadores de uma “angústia da influência”. Limitaremos agora a tecermos algumas considerações (breves) mais genéricas sobre trechos de algumas entrevistas.

Luiz Carlos Bresser Pereira em sua entrevista revela que a busca de sua identidade profissional enquanto economista se deu na fase final do curso de Direito. Ocupar simplesmente o lugar de advogado era ocupar um espaço que seu pai já ocupava. Na

verdade, sua idéia original era ser Juiz de Direito. Mas impunha-se a realidade de seu casamento. Tal movimento colocava como imperativo levar a cabo o término do curso de Direito - dentro do qual já se sentia desgostoso. O germe de sua ruptura manifesta com o Direito se deu durante o próprio curso jurídico, quando se deparou com um artigo de Hélio Jaguaribe, então porta-voz de noções caracterizadoras do ISEB. Assim, à sua influência familiar original, somaram-se novos laços de filiação. De advogado filho de advogado passa a buscar a condição de intelectual preocupado com questões econômicas, políticas e sociais. Esse novo apoio identificatório se deu no campo da Sociologia e Economia. Tentou primeiro uma pós-graduação em Sociologia, contactando Florestan Fernandes, que não o aceita. Essa rejeição o marcou a ponto de querer registrar o fato de Florestan Fernandes tê-lo quase posto fora da sala. Após algumas tentativas fracassadas, ingressou na FGV como instrutor, tendo a oportunidade de trabalhar, direta ou indiretamente, com as duas áreas mencionadas. Sua vinculação maior com Economia fica viabilizada ao tornar-se orientando de Delfim Netto. Sua referência a Delfim não legitima esse como um autêntico orientador. Refere a si mesmo como orientando de Delfim, mas se percebe como discípulo de Ignácio Rangel, Celso Furtado e Hélio Jaguaribe. Como autores não-brasileiros cita como “seus mestres” Marx, Keynes e Weber. Sem dúvida, instituições como o ISEB, FGV, a Michigan State University, FEA e indiretamente a CEPAL foram importantes. Nesse movimento de construção de identidade profissional e de reformulações da identidade pessoal, fez questão de garantir seu lugar de economista com preocupações sociológicas e de ciência política. Não obstante a semelhança de formação, e uma certa semelhança no programa de pesquisa, vai rejeitar a condição de economista de João Manuel Cardoso de Mello (“aquilo não é economista”). Sua identidade de economista se consolida quando publica seu primeiro livro, *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, bem como quando assume e passa a atuar predominantemente como “mestre” e não mais como “discípulo” ou pós-graduando, assumindo a direção do curso de pós-graduação na FGV, de 1965 a 1972.

Ao colocar-se em outra posição no interior da FGV, substituiu seu laço inicialmente filial com a instituição por um laço mais paternal. Aqui já não se coloca mais como seguidor de fulano ou ciclano, mas sim como seguidor de si mesmo. Nas suas palavras: “Depois, já não existem mais mestres, a gente cresce e tem que pensar por conta própria”. Vale ainda ressaltar um certo sentimento de dívida com as posturas mais radicais ou vistas como mais à esquerda. Sua postura assumida de esquerda moderada é apreciada em tom justificativo. O entrevistado julga necessário frisar que a disposição de realizar compromissos não fere o princípio de justiça social. Ao mesmo tempo, ironiza aqueles que não conseguiriam realizar transições - citando Suplicy - alegando que esse teria uma maior indignação moral frente à realidade social. Se podemos detectar um sentimento de dívida por um lado, por outro, também é possível visualizar um orgulho por se considerar mais flexível e/ou menos dogmático, para usar uma expressão que lhe é cara, por considerar-se “pragmático”. Por fim, mostra-se satisfeito em rotular-se como isebiano cepalino que transitou para posições neo-estruturalistas, assim como lhe garante uma satisfação apresentar-se como “dublê de economista, cientista político e filósofo político”. Sua identidade de economista figura com o predomínio de preocupações práticas mescladas às de ordem sociológica, ainda que a preocupação histórica também se faça presente.

O discurso **Roberto de Campos** é tecido a partir de um ponto de vista significativamente distinto dos anteriores. O entrevistado não faz menção à busca de independência ou de filiações em torno de uma identidade profissional ao referir-se à sua formação. Seu posicionamento coloca a si próprio como economista precursor de uma geração posteriormente ampliada de economistas brasileiros. Assim, ressalta que, enquanto era diplomata, Simonsen era um menino de 9 anos. Campos elege como economista de maior influência sobre ele próprio a figura de Gudin. A preponderância de Roberto Simonsen sobre Gudin - para Campos expressa pela defesa da então “simpática” tese de industrialização mediante protecionismo pelo primeiro e da “antipática” tese de cautela na industrialização e respeito à agricultura pelo segundo - significa não somente uma perda de uma disputa por um colega admirado, mas, sobretudo, uma ferida narcísica envolvendo o seu par

identificatório. Do ponto de vista identificatório e narcísico, o “fracasso” de Gudin frente a Simonsen era também um fracasso teórico e ideológico de Campos. Por outro lado, também se constrói em seu discurso uma supervalorização egóica do diplomata de Bretton Woods, historicamente real por um lado, mas psiquicamente agindo num sentido compensatório no jogo de forças entre Roberto Simonsen e Gudin. O entrevistado associa a Roberto Simonsen à CEPAL e Gudin ao bom senso no auge da sedução em relação à industrialização. Toda sorte de protecionismo, corporativismo e monopólio prejudiciais ao desenvolvimento é atribuída a Roberto Simonsen e à CEPAL. Em Gudin, Campos identifica o arguto economista injustiçado pela mídia de outrora, visto como conservador e defensor de um país agrícola primário. Ao se colocar ao lado de Gudin e se diferenciar enfaticamente de Roberto Simonsen, o entrevistado revela seu temor de ser identificado como economista condizente aos tropeços e falhas do desenvolvimento brasileiro; justamente vindo dele, um dos mentores da política econômica do governo militar, tal postura seria, minimamente, defensiva. Por outro lado, ao citar a injustiça a Gudin quando visto como conservador, defende-se projetivamente de tal adjetivo sobre si mesmo. Por fim, elege, ao lado de Keynes, Schumpeter e Harberler, o economista Celso Furtado, que, guardados os relativismos em adequadas proporções, não se configura como perfil semelhante ao daquele que foi por ele exaltado, ou seja, ao de Gudin. Furtado teve participação na criticada CEPAL. A exaltação de Gudin o desobriga de elogiar Celso Furtado, seu “rival” mais direto. Vale também mencionar que fez questão de se colocar à parte da fundação da FGV. Aqui não importa a validade histórica disso, mas sim o seu esforço de afastar-se defensivamente de um Getulismo que poderia caracterizar aquela instituição. Campos não gostava de Getúlio Vargas por esse ter preterido Campos no BNDE, optando pelo “bundinha” (sic.) do Dr. Maciel.

Celso Furtado explicita que se lançou ao estudo da Economia por entender que esse seria o caminho de acesso à compreensão dos problemas sociais. Na França, na Universidade de Sorbonne, “filiou-se” ao pensamento de François Perroux, particularmente no tocante ao estudo das estruturas de poder ou efeito de dominação

nas relações econômicas em geral. Para ele, é necessário que a classe de economistas tenha uma visão global dos problemas, “porque não há um problema econômico que não seja também social, e se é um problema social ele tem outros aspectos que não os econômicos”. Para ele, a ciência econômica tradicional ignora a existência do poder. Mais ainda, esta teria tido uma involução que, de ciência social, global, foi se transformando em conjunto de técnicas operacionais. É nesse sentido que aponta para a idéia de que a inflação brasileira reflete um conflito distributivo, sublinhando que seria mais um problema político do que propriamente de macroeconomia. Furtado aponta Maria da Conceição Tavares, Aldo Ferrer e Albert Hirschman como tipo de economistas dotados desta almejada visão global. Keynes é apontado como precursor da visão macroeconômica que privilegia o social. Para o entrevistado, tal visão foi posta em segundo plano pelas grandes escolas do pensamento moderno. Segundo ele, a corrente dominante no Brasil é a mesma que é dominante nos EUA e na Inglaterra. O pensamento econômico autônomo na América Latina está localizado na CEPAL. Anteriormente à CEPAL, haveriam somente discussões americanas a respeito da América Latina. Tais discussões seriam de linha ortodoxa e afinada às concepções que “cegam-se” às articulações entre o político e econômico e que equalizam crescimento econômico a desenvolvimento. Ou seja, Furtado aproxima-se de Prebisch e opõe-se à americanização da ciência econômica. Ao fazê-lo, exalta a CEPAL e suas preocupações sociais substantivas. Se Prebisch é visto como o “irmão” aliado, a escola americana é vista como o “inimigo” que obscurece a percepção da realidade social. Aponta que, no Brasil, a estrutura social se fez a serviço dos interesses da dependência. Os americanos são vistos como cooptando economistas brasileiros, no sentido de retirar-lhes o espírito crítico e a visão global em prol de um acento exagerado às técnicas e “maravilhas” do instrumental analítico. Seu principal ataque é feito em relação a Habeler e Lionel Robbins, a quem diz que coube a missão de passar a idéia deturpada de que Prebisch seria um bestalhão. Furtado aponta Gudin como responsável pela entrada de tais figuras da economia internacional na América Latina. Explicita críticas duras a este, dizendo ser um dogmático que desconhecia o Brasil e que desprezava a “raça inferior” dos trópicos. Em suma, elege Prebisch

como par identificatório que lhe permite se auto-observar como militante de uma ciência econômica guiada pela busca da justiça social. Nesse processo, idealiza a CEPAL, obtendo, por derivação, uma satisfação narcísica. Por outro, elege Gudin e os americanos como figuras contra-identificatórias, expoentes da dominação por ele repudiada. Estes seriam a representação viva da derrota da visão global que é por ele elogiada. Desse modo, sua severa crítica a Gudin e à escola americana tem uma função compensatória de obturar uma ferida narcísica. Se, do ponto de vista sociológico-histórico, há uma evidente razão na oposição CEPAL/visão americana, do ponto de vista psicológico, essa oposição pode estar relacionada a uma cisão primitiva de bom e mau que, em última instância, revela um maniqueísmo e uma defesa contra o fantasiado ataque destrutivo dos maus objetos. Vale, porém, ressaltar que, do ponto de vista da Psicologia Social, seria uma ingenuidade banalizar conflitos sociais reduzindo-os à esfera do individual. Assim, por mais que possamos hipotetizar aspectos persecutórios em relação à dominação americana, seria totalmente desproposital neles visualizar uma mera expressão de um aspecto psíquico condizente à paranóia. Isto porquê, do ponto de vista socioeconômico, a divisão ricos e pobres não se apresenta como produto do psíquico, mas sim como produto de um social protagonizado por um sistema que instala a riqueza produzindo a miséria. Ou ainda, quer gostemos ou não, existem práticas que têm um sentido positivo ou negativo em relação às causas sociais. Nesse sentido, o maniqueísmo deixa de aparecer como mero primitivismo, podendo ser revestido e/ou visto como expressão de uma capacidade de olhar crítico, frente às desigualdades entre as nações e as classes sociais nelas inseridas. Furtado tece um discurso que registra a noção de desenvolvimento dependente e aponta para a importância da história da formação econômica brasileira. Esse é o discurso que irá configurar o perfil da ciência econômica na UNICAMP. Nele os valores do aspecto instrumental do ensino econômico são criticados tanto em sua afinidade com o poder e a ideologia, como também por sua ineficácia em analisar globalmente o problema do econômico dentro da ordem institucional e social. Tal perfil irá se contrapor ao que se vê no instrumental um valor puramente técnico e apolítico de uma eficiente “ferramenta”.

Maria da Conceição Tavares se define como economista que se alia ao método histórico-estrutural juntamente com Furtado, Prebisch, Aníbal Pinto e os cepalinos que teriam dado a primeira contribuição à teoria do subdesenvolvimento: Kalecki e Kaldor. Elege a CEPAL como instituição que seria representativa da configuração das concepções histórico-estruturais e da primeira teoria estrutural da inflação. Em relação à UFRJ, atribui uma característica conservadora, ainda que identifique no conservadorismo, que teria sido protagonizado por Bulhões, um aspecto liberal que lhe possibilitou ser admitida enquanto professora. Segundo ela, a primeira professora de esquerda a ser admitida em uma faculdade de Economia brasileira (a entrada de Furtado teria sido barrada; sua entrada teria sido facilitada pelo seu conhecimento de matemática). Sua inserção na UFRJ e CEPAL e sua condição de aluna de Campos e Bulhões por um lado, e Prebisch e Aníbal Pinto por outro, teriam configurado nela uma situação na qual teria sido “monetarista pela manhã e estruturalista à tarde”. Sua formação também teria uma tradição de conciliar pesquisa e política pública. Tal percurso teria feito dela uma pessoa da memória da Economia brasileira, expressa pela condição de fundadora do curso de pós-graduação da UFRJ e co-fundadora da UNICAMP. Essa cisão da matemática com a histórico-estruturalista permite diversos arranjos. Por um lado, orgulha-se de ter aprendido a economia matemática através da obra de Gudin e não de manuais idiotas, contrapondo-se sob um ângulo de superioridade aos economistas da nova geração. Ademais, orgulha-se por ter sido pioneira na UFRJ no tocante a conhecimentos de estatística e matemática. Por outro, o questionamento cepalino, a respeito do desenvolvimento das economias periféricas, lhe permite se diferenciar dos velhos economistas de características conservadoras, notadamente Mário Simonsen e Bulhões. Aqui pesa mais o orgulho cepalino e a visão crítica da realidade, em detrimento do orgulho de ser da velha geração (vale dizer que inclusive os que ela identificou como conservadores são vistos como pessoas que não ficaram imunes a Furtado e Caio Prado). Um terceiro arranjo da referida cisão permite que a entrevistada se aposses da visão estruturalista-histórica junto com Furtado, caracterizando o antes louvado conhecimento matemático como um instrumento auxiliar muitas vezes inadequado para a análise das não-linearidades,

assimetrias e disparidades acentuadas das economias periféricas. Nesse sentido, aponta para um papel mistificador da matemática. Tais modelos mistificadores teriam sido a marca registrada da FGV, que foi caracterizada como “uma choldra de quinta categoria e uma mixórdia entre Chicago e Harward”. Sua menção a Delfim é interessante pois engloba ambivalências. Por um lado, considera que este foi estruturalista-histórico quando escreveu sobre o problema do café e também o valoriza por ter levado para USP Kaldor e Kalecki. Parece valorizar em Delfim o que valoriza em si mesma, o que a leva a identificações com ele, a saber, além do suposto passado histórico-estruturalista (preocupado com a realidade brasileira), foi um homem de valor institucional, fundador do primeiro pós-graduação de Economia no Brasil (USP) e economista de uma geração que, apesar do conservadorismo, teria tido influência dos clássicos, de Furtado e outros, e que teria usado os referidos manuais a partir de um *background* diferenciado da nova geração. Por outro lado, os aspectos valorizados são vistos como do passado (era estruturalista, era um cobra...), e um dos entrevistados, de formação uspiana, foi bastante rebaixado (Giannetti). Também é crítica em relação aos moldes da realidade da política econômica brasileira ao longo da história, o que significa desaprovação do Delfim ministro em detrimento do valorizado Delfim do problema do café. Ou seja, exalta em Delfim os pontos que lhe permitem autovalorizar-se como da velha geração e o critica naquilo que essa velha geração carrega de elementos que lhe são indesejados para manutenção de sua imagem narcísica.

Seu rebaixamento de Giannetti é intenso. Sua hostilidade fica evidente quando ironiza o fato deste dedicar-se ao tema da ética. Podemos aventurar a hipótese que o que lhe revolta não é tratar de questões éticas - já que em última instância a visão estrutural-econômica critica a ausência da ética embutida na desigualdade da lógica econômica capitalista - mas sim de ser colocada ao lado de um economista que fere seu sentimento de grandiosidade e pertencimento a um grupo dos economistas brasileiros de relevada importância institucional e acadêmica. Giannetti protagonizaria, nos olhares de Tavares, tanto a direita como a repudiada nova

geração. Sua satisfação narcísica é ser vista como de esquerda e de uma geração com aspectos superiores aos da atual.

Sua aproximação maior à UFRJ e secundariamente à UNICAMP revela, por um lado, o perfil similar dessas duas instituições, perfil este menos voltado ao aspecto instrumental do ensino econômico e mais afim às questões globais expressas pelo olhar sociológico-histórico. Por outro, permite visualizar que o aspecto instrumental, ainda que num segundo plano, é mais integrado na UFRJ do que na UNICAMP. Isso também explicaria sua menção menos crítica à PUC-RJ (em comparação com a menção à FGV), uma vez que essa instituição equilibraria o instrumental com o sociológico de forma mais visível que na UFRJ, mas sem fazer do instrumental o hegemônico (tal como na FGV). Também explicaria sua menção mais honrosa a Beluzzo do que a João Manuel, ambos da UNICAMP, sendo que o primeiro mais assimilador da conjugação do técnico com o histórico e o segundo mais visivelmente representante de uma visão mais radicalmente histórica. Vale lembrar que a matemática e a estruturadora-histórica, que lhe dão uma satisfação e orgulho, ficam efetivamente mais condizentes à UFRJ do que a UNICAMP, por um lado; e mais condizente a Beluzzo do que a João Manuel, no que tange às tendências internas com as que se identifica na UNICAMP. Ademais, isto também lhe coloca mais próximo da PUC-RJ do que da FGV.

Mário Henrique Simonsen revela que sua inserção na Economia se deu a partir do seu interesse primordial pela matemática. Refere que teria seguido à moda da década de 50, no sentido de voltar-se à aplicação da matemática na Economia. Em relação ao aspecto técnico da Ciência Econômica que poderia dissociar-se dos aspectos históricos, o entrevistado não demonstrou preocupação, haja vista que, segundo ele, os primeiros estariam, em última instância, relacionados aos segundos, mesmo que não explicitamente. Por outro lado, o entrevistado não se sentiu em posição de opinar sobre dois trabalhos, onde os aspectos histórico-sociológicos

seriam evidentes, a saber, o de Fernando Henrique/Falleto e o de João Manuel. A respeito do conceito de desenvolvimento, o entrevistado o relaciona ao crescimento da renda per capita. Isso o distingue daqueles que relacionam desenvolvimento mais diretamente a desenvolvimento social e diminuição de disparidades de renda. Em relação à inflação, Simonsen diz que aqueles que a explicam pelo conflito distributivo (tal como Furtado e a CEPAL) não explicam nada. Desse modo, o fundador do curso da EPGE - vale mencionar que ele considera ser este o primeiro curso de pós-graduação em economia do Brasil, em contraposição a Tavares que considerou a USP como pioneira - se coloca mais relacionado às questões técnicas, matemáticas e instrumentais da Economia do que às questões histórico-estruturais e sociológicas.

Sua referência a economistas brasileiros revela sua “filiação” a Campos, Bulhões e Gudin. Este último é visto sob o campo endógeno-familiar, ou, mais precisamente, “primo-irmão de meu pai”. Campos e Bulhões são mencionados como figuras que sempre tiveram ao seu lado na PAEG, ANPES e Consultec. Ele se coloca como júnior em relação a ambos que seriam os sênior(es). Psicanaliticamente falando, seriam figuras de identificação correlatas à identificação paterna dos primeiros anos. Delfim e Sérgio Melão foram apontados como pessoas que herdaram postos ocupados por ele e Campos na ANPES. Em outras palavras, sua menção a tais nomes envolve uma simpatia e uma certa familiaridade que revela aspectos identificatórios. Não se trata de uma exaltação de tais nomes, mesmo porque a tonalidade mais intensa não caracterizou a atitude do entrevistado. Por outro lado, colocou Conceição e Belluzo como economistas com os quais estabeleceu controvérsias, mas sempre num tom respeitoso, assinalando inclusive o caráter construtivo destas. Em relação aos clássicos brasileiros, apontou Gudin e Furtado. Porém, fica nítido por tudo que foi acima descrito que sua afinidade maior foi com o que seria simbolizado pela figura de Gudin e não propriamente com a de Furtado. Por fim, sua valorização dos aspectos técnicos e instrumentais não se incompatibiliza com sua menção aos clássicos, também valorizada, o que reafirma que a equação técnico-*hard science* e histórico-estrutural-*soft science* nem sempre

seja direta e inequívoca, ainda que possamos considerar como freqüente em termos de tendência.

Antônio Delfim Netto revela que seu sonho teria sido ser engenheiro, mas que suas condições familiares não o permitiram, tendo ido para o curso de Contabilidade no “ainda velho regime de contador”. Posteriormente, foi para a então criada faculdade de Economia, pois, se fosse para engenharia, seria impossível trabalhar ao mesmo tempo. Na USP, teria tido uma formação de boa qualidade em diversas áreas: a do *approach* institucional-histórico com Paul Hugon, Dorival Teixeira Vieira e Alice Canabrava; o enfoque mais macro e mais concentrado em moeda de Gudin; o enfoque de formação de preço e teoria do valor protagonizado, sobretudo por *Princípio de Economia Política* de Turrone (este ao mesmo tempo condizente ao enfoque sociológico); o enfoque quantitativo da estatística, da matemática e das finanças, figurados por, respectivamente, Luis de Freitas Bueno (este teria tido intuições a respeito da “moderna econometria”), Wilfred Leslie Stevens (de escola inglesa - vale dizer que Delfim sublinha que, no seu tempo, a linha de estudo seria de Cambridge na Inglaterra e que após Samuelson teria havido um estrago a partir do qual as pessoas acreditariam que “toda economia vinha de Cambridge dos EUA”) e Teotônio de Barros (este advindo da escola de Direito); o enfoque sociológico com Heraldo Barbuy. Vale apontar que Delfim adiciona a idéia de que a USP nunca teve um componente de inspiração socialista muito forte, mas que havia certamente esta idéia. Diz que, na USP, havia uma porta para a visão global do fato econômico - que a diferia de um economicismo - via cursos básicos de história, geografia e sociologia. Não obstante, considera que quando da criação do IPE, a qual atribui importância à figura de Rui Leme, a “escola” teria três ramos: economia, atuária e contabilidade. Acrescente-se a isto sua visão tanto do método histórico-institucional, como da sua tese sobre o café e sua noção do que vale para o bom economista: uma aproximação e/ou combinação da história com a estatística ou da história com o método quantitativo, ou ainda, de intuição com técnica. Para ele, o economista vai estar sempre aquém do conhecimento de matemática de um matemático e o seu lugar seria o desta conjugação eficaz. O lugar deturpado seria o

do economista como representante bastardo da matemática. Adiciona-se aí sua crítica aos monetaristas que achariam que sua função seria a de obedecer ao Deus mercado. Isto não o impede de referir-se a Adam Smith como Adão, numa alusão-símbolo do homem criado por Deus condensado ao porta-voz da mão invisível (há nessas referências aos monetaristas e Adam Smith uma certa ambigüidade, um misto de crítica e admiração ao funcionamento do mercado). Na referência aos clássicos brasileiros, cita Gudin e o importante papel de Bulhões; quanto a Furtado, tece elogios ao mesmo tempo que classifica sua obra clássica como uma “espécime de romance”. Vale também mencionar que não trata Keynes de forma honrosa propriamente. Por outro lado, diz que houve época em que na USP haviam os que se afinavam a este enquanto o porta-voz do capitalismo que poderia ser salvo e a Schumpter como porta-voz de que era conveniente largar essa batalha em prol do socialismo. Delfim se coloca como aliado do primeiro, a despeito de sua menção não entusiasta a Keynes.

O entrevistado, ao fazer crítica da Economia, diz que os economistas não são bons matemáticos e também não são bons no que tange a uma desejada intuição que estaria próxima dos aspectos históricos da economia. Nesse sentido, aponta que “transformaram a economia num ramo bastardo da matemática”. Podemos interpretar esses dizeres no sentido que seu ideal seria o de um economista com feição de um ótimo matemático à la engenharia, mas que sua realidade lhe impôs uma matemática advinda da contabilidade e depois adicionada por uma formação de economista que lhe deu oportunidade de conhecimentos múltiplos, sólidos e diversificados (vide menção aos professores acima) e uma identidade conciliatória de um ideal secundário de economista que seria o seu, ou seja, do economista que combina o histórico com o quantitativo. Assim, considera que, para uma boa economia, tenha que se abandonar o ideal primevo da matemática em prol de um valor relativo aos aspectos instrumentais, pois tal valorização retiraria de cena a também valorizada “intuição”. Podemos entender isso como uma atitude compensatória frente à ferida narcísica do abandono do ideal primevo. Por outro lado, podemos entender como expressão do seu auto-orgulho de conciliar o

quantitativo com o histórico em um contexto da Economia por ele caracterizado como ramo bastardo da matemática.

As colocações de Delfim alinham-se às considerações realizadas ao desenvolvimento da economia na USP, não-estrangeiro às questões sociológicas, históricas, geográficas, mas, preponderantemente, caracterizado pelo ideal quantitativo-matemático e pelo estabelecimento progressivo dos aspectos instrumentais que vieram de encontro aos interesses estrangeiros protagonizados sobretudo pela Ford.

Edmar Lisboa Bacha inicia dizendo que suas relações mais freqüentes com economistas têm sido com o pessoal da PUC e do governo. Na seqüência, diz que se envolveu ao longo dos anos principalmente em torno dos debates sobre distribuição de renda, crise da dívida externa e inflação inercial. Diz também que sua entrada na PUC teria uma relação com a luta contra a ditadura, ainda que mencione que o desenvolvimento da Economia, nessa instituição, não tenha sido tão influenciado por questões políticas como no caso da Unb e UNICAMP. Ou seja, considera motivos políticos que teriam o conduzido à PUC e, ao mesmo tempo, expressa opinião de que nessa instituição puderam se colocar objetivos acadêmicos que se instalaram após a fase mais diretamente relacionada à luta contra a ditadura. Vale acrescentar que cita Delfim e Simonsen como aliados do regime militar e que a Unb, esta sim, teria sido uma alternativa, vale dizer, mais política do que propriamente acadêmica.

O entrevistado também considerou que a economia ortodoxa teria sido utilizada por tal regime e que isso teria dado margem a um repúdio a ela. Ao falar disso, diz que foi superada a época dos traumas da redemocratização e que poderíamos, hoje, ter uma visão mais holística do problema dessa modalidade do ensino econômico. Segundo ele, os grandes temas da economia podem ser vistos de forma mais precisa após o desenvolvimento dos métodos matemáticos e econométricos. O enfraquecimento do fluxo de economistas brasileiros para o Exterior é visto como

um enfraquecimento do desenvolvimento da profissão. Este seria relacionado à clivagem política ocorrida durante a ditadura, à crise da dívida externa e aos traumas da redemocratização. Na sua opinião, as universidades americanas de MIT, Harvard, Chicago, Stanford e Yale são realmente destacáveis e necessárias de serem freqüentadas para a formação de lideranças intelectuais da profissão no cenário brasileiro. Tal opinião não se estende para as universidades inglesas. Para Bacha, o fortalecimento do aspecto instrumental a nível internacional não ocorreu com a mesma força no Brasil. Sua opinião a respeito da idéia de uma colonização acadêmica é vista com desdém. Para ele, trata-se do fato de que, em virtude de um não-estabelecimento de uma academia forte, tivemos uma ligação do que ocorria no resto do mundo. Para ele, a CEPAL e o IPEA teriam sido o locus do desenvolvimento da economia na América Latina (e não propriamente a universidade).

Bacha também considera que seja necessário poder separar economia de política. Por outro lado, considera que as almejadas transformações sociais não viriam do instrumental, mas sim da ação política. Assim, menciona que separar economia de política também pode ser entendido como separar corpo de mente, ainda que considere que isso seja desejável para o desenvolvimento do saber econômico. Para ele, os economistas não deveriam ter pudores de poderem ser economistas e ainda assim terem uma atuação política de acordo com convicções sociais profundas.

Bacha não quis aprofundar comentários acerca da teoria da dependência, mas a relacionou à luta contra a ditadura. Já em relação à obra de João Manuel, preferiu não dizer nada. Podemos pensar que o discurso de Bacha enfatiza a necessidade de não se opor o aspecto instrumental da economia ao das lutas políticas de cunho social. Para ele, tal oposição teria ocorrido durante a ditadura, quando aqueles aspectos teriam sido associados ao regime que era condizente às desigualdades sociais. Segundo ele, passado os traumas da redemocratização, teríamos que visualizar as coisas sobre novas óticas; não faria sentido preservar uma herança de uma época de clivagem política. Assim, ele coloca a si próprio e a PUC, como

economista e instituição onde isso foi possível. Além disso, para a retomada do desenvolvimento da profissão no Brasil, haveria a necessidade de avançarmos na integração com o conhecimento técnico-internacional, sobretudo daquele presente nas citadas universidades americanas. Desse modo, parece ser motivo de orgulho se colocar como alguém que já superou tensões ideológicas que seriam do passado e que pode enxergar valores e ideais de transformação social tanto na ação política como no desenvolvimento da economia instrumental, outrora vista como cúmplice, senão coadjuvante, das mazelas do desenvolvimento brasileiro e do sistema capitalista. Ao mesmo tempo que fala desse prisma, faz questão de deixar claro sua oposição ao regime político de outrora e não deixa de considerar que houve erros na condução do planejamento da política econômica e do correlato desenvolvimento industrial brasileiros. Ou seja, parece lhe dar uma satisfação narcísica colocar-se como economista maduro, no sentido de não contaminar sua opinião a respeito da Economia com posição ideológica e, ao mesmo tempo, não abandonar sua ação política.

Assim, Bacha figura como porta-voz do perfil antes pensado sobre a economia da PUC, ou seja, um perfil que busca conciliar o crescimento do aparato técnico à luta política, sublinhando uma não-aliança espúria nessa conciliação, mas, pelo contrário, uma aliança madura e necessária ao desenvolvimento tanto da academia quanto da democracia da sociedade brasileira. Por outro lado, seu discurso que sublinha, sobretudo, seus debates em torno da inflação, da dívida externa e da distribuição de renda é condizente com o aspecto ao mesmo tempo público e social daquela universidade. Nesse sentido, podemos dizer que a oposição de Bacha a Delfim e Simonsen e seu pouco entusiasmo em falar da teoria da dependência e da noção de capitalismo tardio refletem a diferenciação da PUC com a cumplicidade ideológica da USP e FGV e, por outro lado, a diferenciação ao intenso acento aos aspectos sociológicos e históricos que foram identificados no perfil da UNICAMP e, em menor grau, na UFRJ.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O economista acadêmico-profissional, assim como professores universitários de outros campos, converteu-se numa pessoa que luta mais para sobreviver, preservando e reforçando sua “condição de classe média”, do que pela busca da “verdade” inerente à natureza científica da explicação econômica. Ao contrário do que pode parecer, é exceção os que se tornaram empresários, executivos e banqueiros. É verdade que também esta última deve ser relativizada, como bem registra Samuelson (1986).

Queiramos ou não, sob o capitalismo e dentro de uma sociedade capitalista (“originária” ou “tardia”, “central” ou “periférica”) os controles externos e a repressão da imaginação criadora corroem tanto a economia como a ciência, quanto aos papéis intelectuais construtivos do economista. Agora, uma sociedade e uma comunidade científica não passam impunes a 20 anos de ditadura. Não se trata de fazer ataques infantis à economia e/ou aos economistas. Como forma de conhecimento, a economia está sujeita a ambigüidades circulares, e mesmo os expoentes da chamada *ciências sociais críticas* acabaram cedendo terreno ao “rolo compressor” do cerco capitalista (lembramos do recuo de Adorno, a reviravolta de Habermas, as metamorfoses pelas quais passaram os representantes do “radicalismo da década de 60”, nos EUA, Europa e, principalmente, no Brasil). Isto fica muito claro no trecho selecionado acima do depoimento de Bresser Pereira, justificando-se em relação à Suplicy, ou mesmo criticando-o.

Para os economistas de esquerda, uma posição institucional, porém, não representava uma rendição condicional ou incondicional. É ilustrativo que até os representantes mais íntegros do “pensamento negativo” na economia, na filosofia e na sociologia acabaram cedendo à necessidade de vinculação institucional, pois desaparecem ou inexistem todos os vínculos institucionais, morais ou políticos, o economista fica entregue a si mesmo, condenado à extinção prolongada e à autodestruição.

Um dilema psicológico, político e moral para os economistas de esquerda, como Maria da Conceição Tavares, por exemplo, aparece na sua tentativa persistente de enlaçar a economia como ciência ao socialismo como movimento político revolucionário nas duas gradações: revolução dentro da ordem e revolução contra a ordem. Não compartilha da idéia de refúgio de que a “neutralidade científica” e a “condição profissional” isentam o economista da responsabilidade intelectual e política, não só como um momento de opção moral ou teórica, mas também como um momento de opção prática.

Isto significa que Maria da Conceição Tavares irá defender a saturação do papel de intelectual dos economistas, não-servos tributários do poder, porém agentes do conhecimento e da transformação do mundo. Em conseqüência, tiveram uma relação com a sociedade brasileira naturalmente tensa, dúbia, frustradora sob um regime ditatorial. Isso exige que saibamos que trouxeram “uma contaminação intelectual” que deve ser introduzida, e é. Na avaliação crítica do que fizeram ou tentaram fazer na pesquisa e na docência enquanto economistas (como coloca Bacha, por exemplo), fica claro que o espírito crítico foi herdado pela geração posterior. É claro, não houve só a influência científica e ideológica do marxismo. A sociedade brasileira caminhara e impusera direções que, se não provinham de uma tradição cultural européia, ‘nasciam do solo histórico brasileiro e latino-americano. Em suma, da condição também humana de economista latino-americano de esquerda.

Não estamos fazendo aqui uma digressão marginal. Estamos entrando pela porta real de nosso assunto. Em termos da ciência econômica no Brasil, temos três etapas de desenvolvimento histórico-sociológico. Em um dado momento, o essencial era “fazer ciência”: implantar a economia e a investigação econômica em nosso meio, segundo os cânones mais rigorosos do raciocínio e da prática científica. Ora, essa realização acarretava um desdobramento: a “ciência” e a investigação econômica exigiam reflexão crítica e reflexão crítica metódica, sistemática, pela qual era submetida a sociedade brasileira. Portanto, o fim da década de 50 e o começo da década de 60 marcam a existência de um pensamento econômico propriamente dito

no Brasil, de certa forma ligado com a economia clássica e com as correntes contemporâneas da economia e das ciências sociais latino-americana e mundial, mas centrado como pensamento crítico e negador na análise da sociedade de classes desse capitalismo periférico, dependente e subdesenvolvido.

Estávamos atingindo o apogeu desse segundo momento quando se abateu sobre o Brasil a vitória da reação e da contra-revolução. Então os economistas de esquerda foram postos na periferia de uma periferia. Como registra Belluzzo no prefácio que faz ao livro de João Manuel, “*O Capitalismo Tardio* é uma tese e uma história. Suas páginas desfiam uma hipótese sobre a constituição do capitalismo brasileiro e, ao mesmo tempo, contam a história intelectual do núcleo fundador do Departamento de Economia da Universidade de Campinas. Éramos todos cepalinos e, portanto, réprobos, num momento da vida brasileira e latino-americana, em que a vitória do pensamento conservador e tecnocrático parecia definitiva. Éramos todos deserdados do debate político e social do pós-guerra que cessou, de repente, numa manhã de abril de 1964”. (Grifos nossos).

Contudo, o pensamento econômico que havia sido construído servia agora como escora. Com o pensamento crítico e negador tinha-se uma posição militante. Refina-se então esse pensamento, consolidando essa base. O pensamento econômico progressista passa pois, de autoconsciência crítica à condição de “arma de combate”. À precisão científica e à atividade negadora foi adicionada a atividade política concreta, por mais intersticial, pulverizada e insatisfatória que fosse. As correntes “neutras” e “conservadoras” ficaram à margem. A economia emergia nessa perspectiva, repetimos, além de “ciência” e de “pensamento crítico e negador”, como arma de combate com uma direção precisa voltada contra um regime de exceção e contra as forças sociais que o sustentavam politicamente, a partir de dentro e a partir de fora. Como registra Bacha no seu depoimento:

“Acho que tinha um vício de origem: a questão de forçar um pouco a barra nas distinções metodológicas para diferenciar o produto de quem detinha o poder,

porque a teoria econômica ortodoxa, supostamente, dava base, fundamento, à ação dos regimes militares. (...) A união do lado de cá se fazia com os marxistas. Então, nesse sentido, houve uma tendência de ressaltar coisas que hoje são absolutamente irrelevantes. O Carlos Diaz-Alejandro, por exemplo, não se submeteu a esse tipo de necessidade de alinhamento. (...) *A História Econômica da Argentina*, do Carlos Dias, a apreciação que ele fazia do peronismo era extremamente crítica. E era muito difícil para essa aliança à esquerda aceitar a crítica ao peronismo, porque era o instrumento através do qual você saiu do estágio primário exportador e industrializou a Economia”.

“A substituição de importações era glorificada, inclusive racionalizada nos modelos de dois hiatos, que eu tanto trabalhei. (...) Havia um certo repúdio à teoria econômica tradicional porque ela estava inserida no contexto de um regime militar preservador das desigualdades sociais. (...) Houve uma etapa histórica no País em que foi necessário politizar a Economia, (...) isso era parte no objetivo mais importante, que era a luta contra a ditadura, o restabelecimento da democracia no País”.

As duas grandes forças mantenedoras do Estado autoritário brasileiro foram os tecnocratas (particularmente os economistas) e os militares. Campos (1966) confere justamente a essa aliança entre tecnocratas e militares o “sucesso” da realização do processo de modernização pelo Golpe Militar: “A intervenção militar no Brasil (...) tem a seu crédito, indubitavelmente, um largo avanço no caminho da modernização econômica graças a uma tática aliança entre militares disciplinados e tecnocratas bem-informados”. Isto também pode ser verificado em Campos (1967): “Em conferência, há alguns anos na Escola Superior de Guerra, tive a ocasião de explicitar alguns dilemas, derivados do fato de que o poder econômico e o poder militar são círculos concêntricos: aquele mais amplo, e este mais restrito. O poder econômico consiste em mobilizar recursos materiais e humanos para a produção de satisfações para a sociedade. O poder militar mobiliza esses mesmos recursos para

garantir, à sociedade, capacidade de coerção, permitindo, interna e externamente, a consecução dos objetivos nacionais”. (Grifos nossos).

No Brasil, o trabalho das ciências sociais também reflete deficiência de nossa sociedade como um todo, a dependência. Essa dependência se exprime, muitas vezes, na forma de alienação, visto que não é nada incomum até hoje, meados da década de 90, o economista brasileiro utilizar a produção teórica estrangeira de modo mecânico, servil, sem se dar conta de seus pressupostos históricos originais, sacrificando seu senso crítico ao prestígio que lhe grangea exibir o conhecimento de conceitos e técnicas importadas. Não obstante, a exigência do desenvolvimento, que se impôs à comunidade brasileira, exprimiu o projeto coletivo de uma personalidade histórica: a pretensão do País de assenhorear-se de sua realidade, de determinar-se a si próprio. Portanto, viveu o Brasil uma fase de sua evolução em que tentou superar o seu antigo caráter reflexo.

A nossa estrutura econômica esteve organizada como seção descentralizada da área do capitalismo hegemônico no mundo e, assim, orientada para satisfazer a demanda externa. Também política, social e culturalmente, a sua existência era, em sentido histórico, adjetiva e tributária. Na periferia, o Brasil não se recortava como um espaço histórico capacitado para a autoconformação. O desenvolvimento dos cursos de pós-graduação, uma tendência centrípeta, veio dar suporte a um processo de personificação histórica mais amplo. O espaço brasileiro se tornou palco de um empreendimento coletivo, mediante o qual uma comunidade humana projeta a conquista de um particular modo de existência na história. De certa forma, como um princípio configurador, esse “centripetismo” tentou incidir em quase todos os níveis da vida brasileira, estabelecendo uma tensão (dialética) entre a estrutura anacrônica do País e sua estrutura em geração.

No domínio das ciências sociais, e particularmente da economia, essa tensão também se verificou. Uma parte nada desprezível passou a ter uma postura crítica aos estudiosos da economia que se conduziam sem se dar conta dos

pressupostos históricos e ideológicos do seu “trabalho científico”, com conduta reflexa que se submetia passiva e mecanicamente a critérios oriundos de países plenamente desenvolvidos. Uma parcela importante, ao não pretender ficar indiferente ao sentido centrípeto que a vida brasileira estava adquirindo, acrescentou ao esforço de aquisição do patrimônio científico universal o de iniciação em um método histórico de pensar que os habilitasse a participar, ativamente, da produção teórica que desse conta do novo sentido da história e dos problemas do País.

Provavelmente, o principal produto desse esforço foram os desenvolvimentos dos economistas brasileiros em torno de teorias de desenvolvimento, mais especificamente, do processo que nos levou à condição de subdesenvolvidos, e teorias de inflação. Pelo menos duas das teorias desenvolvidas nesse âmbito tiveram destaque nos centros acadêmicos hegemônicos, levando-nos a rejeitar a hipótese de não existir pensamento econômico no Brasil: a Teoria da Dependência e a Teoria da Inflação Inercial.

O grupo cepalino, representado inicialmente pelo pensamento de Presbisch e Furtado, representa a primeira interpretação autônoma do processo de desenvolvimento latino-americano. Eles entendem o subdesenvolvimento como um fenômeno relacionado às estruturas produtivas da periferia - indústria não-integrada, agricultura dual e comércio Exterior reproduzindo tais assimetrias. Isso os leva a dar ênfase na esfera da circulação, explicando o subdesenvolvimento em termos de relações de dominação na troca. Argumentam que um “excedente” é extraído de países subdesenvolvidos por países capitalistas adiantados, empobrecendo os primeiros que deixam de se desenvolver porque perdem acesso a seus excedentes. Esse excedente é apropriado pelos países capitalistas adiantados e neles investido, convertendo-se num dos primeiros elementos para o seu rápido desenvolvimento econômico.

Um dos principais esforços dos autores vinculados à abordagem que ficou conhecida como “Teoria da Dependência” foi o de reconsiderar os problemas do

desenvolvimento econômico a partir de uma perspectiva de interpretação que insistiu, desde o princípio, na natureza política dos processos de transformação econômica. A CEPAL já havia registrado a significativa limitação da utilização de esquemas teóricos relativos ao desenvolvimento econômico e à formação das sociedades capitalistas dos países hoje desenvolvidos para a compreensão da situação dos países latino-americanos. A intensificação desse esforço de compreensão leva à “valorização do conceito de dependência, como instrumento teórico para acentuar tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de dominação de uns países por outros, de umas classes sobre as outras, num contexto de dependência nacional” (Cardoso e Faletto, 1970). Destacavam não existir uma relação metafísica de dependência entre uma Nação e outra, um Estado e outro. Essas relações se tornavam possíveis por intermédio de uma rede de interesses e de coações que ligam uns grupos sociais aos outros, umas classes às outras. Sendo assim, era preciso determinar interpretativamente a forma que essas relações assumiam em cada situação de dependência, mostrando como Estado, Classe e Produção se relacionavam.

A Teoria da Dependência é uma tentativa de reinterpretação teórica que surge da crise da abordagem cepalina. “Desde fins dos anos 50, a própria CEPAL se encontrava em fase de autocrítica. As idéias sobre o desenvolvimento elaboradas em sua grande fase criativa (1949-1954) continuavam válidas, mas eram reconhecidamente insuficientes na abordagem de uma nova problemática que se fazia visível nos países que mais êxito haviam alcançado em seus esforços de industrialização. Era indubitável que a CEPAL elaborara uma teoria da industrialização periférica, ou retardada. No centro dessa teoria, estava a idéia de que a progressiva diferenciação dos sistemas produtivos permitida pela industrialização conduziria ao crescimento auto-sustentado. Criado um setor produtor de bens de capital e assegurados os meios de financiamento - o que em boa parte competia ao Estado -, o crescimento se daria apoiando-se na expansão do mercado interno. Naquele momento, a aplicação dessas idéias tropeçava em dificuldades em mais de um país” (Celso Furtado, 1991, págs. 27 e 28).

Bresser Pereira (1963) examina os “fatos novos” que pretendiam explicar porque a interpretação cepalina (nacional-desenvolvimentista) encontrava dificuldades e porque o modelo político desenvolvimentista entrara em crise, na medida em que esses “fatos novos” colapsaram a aliança entre a burguesia industrial e os trabalhadores e setores do latifúndio voltados para o mercado interno. Cardoso (1965) distingue três tipos de desenvolvimento: nacional-exportador, enclave e industrial-associado. Entretanto, o conceito dessa tipologia só foi produzido, mais tarde, no trabalho em colaboração com Faletto de 1970. Furtado (1966) já tinha dado um primeiro passo (ainda que incompleto) na interpretação da nova dependência no qual “a análise do novo modelo baseado nas empresas multinacionais e na indústria capital-intensiva e tecnologicamente sofisticada já está definida. Mas Furtado ainda não vê com clareza o novo processo de expansão econômica, que ainda não começara, e fala na tendência à estagnação. Mas, nesse mesmo trabalho, ele já sugere que a estagnação poderia ser superada (mais no Brasil que na Argentina) através de um novo processo de concentração de renda.” (Bresser Pereira, 1985, pág. 37)

Gunnar Myrdal, importante economista sueco, disse certa vez: “Grande parte dos livros que se publica nos países desenvolvidos sobre os problemas dos países subdesenvolvidos são superficiais e completamente inaplicáveis”. Outro fato grave é a alta frequência de tentativas de governos nos países subdesenvolvidos em aplicar a teoria econômica dos países desenvolvidos em suas economias subdesenvolvidas⁷⁵. Já Charles Bettelheim rejeita o conceito de subdesenvolvimento como estágio inferior do sistema socioeconômico de um país. Segundo ele, o termo está revestido de mascaramento ideológico na medida em que parece indicar um estágio necessário a ser percorrido pelos países para que atinjam o desenvolvimento. Para ele, não é questão de tempo, mas de rompimento das relações internas e externas que vinculariam os países subdesenvolvidos aos centros hegemônicos internacionais.

⁷⁵ Para uma completa explicação da evolução da terminologia que caracteriza os dois grupos de países, ver mais à frente à entrevista de Roberto Campos.

O termo desenvolvimento tem uma amplitude humana, não se limita ao estritamente econômico. Esta talvez seja a razão da variedade de respostas sobre o tema. Como vimos, os entrevistados têm um posicionamento muito diferente com relação a estas teorias, qualquer que seja sua preocupação. Cada um tem seu enquadramento histórico, porém, inclusive nesse ponto, a interpretação da história varia sobremaneira.

Poucos países experimentaram um processo de alta crônica da inflação como o Brasil. Desde 1950 até hoje (1996), o País não apresentou uma taxa de inflação anual abaixo de dois dígitos. Este talvez seja um dos motivos que levaram os economistas brasileiros a se dedicarem tanto ao estudo desse fenômeno.

A Teoria da Inflação Inercial destaca-se como uma teoria alternativa para a manutenção da inflação. A grosso modo, é a interpretação de que existiria um componente autônomo ou inercial na determinação da inflação. A experiência inflacionária brasileira é singular e não pode ser compreendida se não levamos em conta o fato de o governo ter incorporado a correção monetária à política econômica. A expressão *correção monetária* aparece oficialmente pela primeira vez na Lei nº 3.470/58 ainda no governo Kubitschek. A partir dessa Lei, permite-se a reavaliação anual do ativo imobilizado das empresas. Na realidade, o objetivo era corrigir distorções que a *Lei da Usura* e o veto a qualquer indexação contratual⁷⁶ geravam numa economia em que a inflação já atingia o patamar de 20% ao ano.

A ampla utilização da correção monetária na legislação vai ocorrer apenas na primeira fase do governo militar. A generalização da correção monetária reflete uma política gradualista de combate à inflação. A indexação se generaliza sobremaneira no governo Costa e Silva. A Lei nº 4.725 de 1965, que impedia que os salários fossem indexados pela Justiça do Trabalho, foi revista em 1968 quando, praticamente, se indexou os salários ao aumento do custo de vida nos 12 meses

⁷⁶ O Decreto nº 23.501, de 27 de novembro de 1933, proibia qualquer forma de indexação, enquanto a Lei da Usura, do mesmo ano, vetava juros nominais superiores a 12% ao ano.

anteriores. Paralelamente, em agosto de 1968, optou-se por uma política de minidesvalorizações cambiais baseadas no diferencial entre a inflação interna e externa, o que, em última instância, implicava a indexação da taxa de câmbio.

Simonsen (1970) nota que a correção monetária, da maneira como havia se generalizado, institucionalizava a *espiral preços-salários*. Alguns autores sustentam que nesse texto pode-se encontrar a origem da teoria da inflação inercial. Na realidade, os riscos implícitos na indexação generalizada já foram antecipados em Gudin (1967). Esse artigo do professor Gudin, que tem um título extremamente significativo: “A Institucionalização da Inflação”, já antecipa os problemas com relação aos preços relativos inerentes à correção monetária.

Mas Gudin e Simonsen representavam vozes isoladas naquela época. Isso porque, até 1973, o modelo econômico brasileiro funcionou muito bem. A inflação caiu e o País registrou taxas de crescimento fantásticas: uma média de 11% ao ano entre 1968 e 1973. Alguns fatores contribuíram para o esgotamento do modelo de indexação como tratamento gradual no combate à inflação. Em primeiro lugar, a diminuição do intervalo legal de reajuste salarial de 12 para 6 meses não gerou nenhum ganho real para os trabalhadores: a inflação quase que imediatamente subiu de 45% para 90% ao ano. Depois, a forte recessão de 1981, apesar de resolver o problema das contas externas, não teve nenhum efeito sobre a inflação, que se manteve no patamar de 100% ao ano.

Isso gerou um grande número de trabalhos tentando explicar o fenômeno de maneira não-ortodoxa. Desenvolvendo as idéias de Simonsen (1970) e Pazos (1973), alguns artigos do final da década de 70 e início da década de 80 procuraram explicar o fenômeno partindo do princípio que as teorias convencionais não seriam suficientes para tal propósito. É nesse momento que ganha corpo a idéia de inflação inercial desenvolvida de maneira simultânea na FGV em São Paulo por Bresser Pereira e Nakano e pelo grupo da PUC-RJ, especialmente Edmar Bacha, Francisco Lopes, André Lara Resende e Pêrsio Arida.

A idéia da inflação inercial era que ocorria um equilíbrio duplo. Quer dizer, se a inflação é inercial, é possível ter o mesmo equilíbrio real associado a uma inflação mais baixa. Daí o princípio básico de neutralidade, que permeava todas as regras da conversão monetária. A indexação, no fundo, permite aplicar seus recursos em uma cesta ponderada de bens. Se existe ampla volatilidade de preços relativos, a atratividade da cesta em relação aos bens individualmente considerados é crescente, quanto mais alta for a inflação, já que, sob alta inflação, o risco de um bem isolado é muito grande. A indexação permite o acesso a uma cesta extremamente diversificada de bens a um custo muito baixo.

Dentro de uma incapacidade para resolver o problema via congelamento de preços, a URV surge como opção. Essa idéia, na realidade, já estava esboçada em Arida e Lara Resende (1986). O texto apresentado pelos autores, em 1984, em Washington, trazia a idéia de uma ORTNização generalizada dos contratos. Quando todos os contratos estivessem indexados à ORTN, simplesmente a moeda seria mudada para ORTN. Existe um problema dual nesse ponto: a nova moeda é estável e existe uma outra moeda virtual que se desvaloriza o tempo todo. O Real se diferencia um pouco da proposta *Larida*, como ficou conhecida a idéia contida no artigo referido acima, pois optou por uma solução mais convencional, de troca instantânea.

O que acabamos de apresentar é uma amostra do que se produziu em termos de Teoria Econômica no Brasil. No entanto, como se pode verificar nos trechos de depoimentos selecionados anteriormente, não existe consenso quanto ao reconhecimento dessas análises como Teoria Econômica. Para alguns, não passa de uma adaptação de teorias realizadas no Exterior, em geral nos Estados Unidos ou na Inglaterra. Porém, nota-se que esse discurso acaba sendo influenciado pelas vaidades pessoais dos entrevistados. Não cabe aqui nos aprofundarmos nas questões subjetivas inerentes ao recolhimento de depoimentos como subsídio para o estudo histórico. Algumas considerações foram feitas no final do capítulo anterior.

Além da questão da autonomia, outra questão crucial deste projeto era a diferenciação entre *Hard* (ou *mainstream*) e *Soft* (ou cepalinos). Essa questão foi

tratada especialmente nos dois primeiros capítulos. Os quadros de dupla entrada que seguem procuram apresentar, de forma reduzida e esquematicamente, a posição relativa dos seis centros estudados. Essa apresentação é realizada de forma bastante ampla, aproveitando os critérios de qualificações já expostos, ou seja, a divisão entre *Hard* (ou *mainstream*) e *Soft* (ou *cepalina*), plotando contra a classificação de Klammer (1995): Americana versus Européia.

Quadro XVI: Classificação Geral dos Centros

	Americana	Européia
<i>Hard</i> (<i>mainstream</i>)	EPGE	USP
	PUC-RJ	
<i>Soft</i> (<i>cepalina</i>)	UFRJ	UNICAMP
	FGV-SP	

Se levarmos em conta os temas inflação e desenvolvimento, onde economistas brasileiros, de fato, contribuíram para a teoria, poderíamos ter o seguinte desenho esquemático:

Quadro XVII: Classificação dos Centros em Função da Contribuição para a Teoria de Inflação

	Americana	Européia	Contribuição
<i>Hard</i> (<i>mainstream</i>)	EPGE	USP	PUC-RJ
<i>Soft</i> (<i>cepalinos</i>)	UFRJ	UNICAMP	FGV-SP

Quadro XVIII: Classificação dos Centros em Função da Contribuição para Desenvolvimento

	Americana	Européia	Contribuição
<i>Hard</i> (<i>mainstream</i>)	EPGE USP		
<i>Soft</i> (cepalinos)	UFRJ FGV-SP		UNICAMP UFRJ

VI. SIGLAS CITADAS

1. INSTITUIÇÕES CITADAS

ANPEC: Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Economia

ANPES: Associação Nacional de Planejamento Econômico e Social

BACEN ou BC: Banco Central do Brasil

BANESPA: Banco do Estado de São Paulo S/A

BB: Banco do Brasil

BEFIEX: Benefício Fiscal à Importação e à Exportação

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD: Bank for International Reconstruction and Development

BNDE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAE: Centro de Aperfeiçoamento do Ensino

CEBRAP: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEPAL: Comissão Econômica para América Latina

CEXIM: Carteira Exportação e Importação do Banco do Brasil

CIEP: Centro Integrado de Educação Popular

CIP: Conselho Interministerial de Preços

CMBEU: Comissão Mista Brasil Estados Unidos

CPDOC-FGV: Centro de Pesquisas e Documentação da FGV

DENOCs: Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

DASP: Departamento de Administração do Serviço Público

EAESP: Escola de Administração de Empresas da FGV-SP

EPGE: Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV-RJ

FGV-RJ: Fundação Getulio Vargas - Rio de Janeiro

FGV-SP: Fundação Getulio Vargas - São Paulo

FIPE: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FMI: Fundo Monetário Internacional

IBC: Instituto Brasileiro do Café

IBRE: Instituto Brasileiro de Economia

IEI: Instituto de Economia Industrial

IPE: Instituto de Pesquisas Econômicas

IPEA: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros

MBA: Master in Business Administration

MOBRAL: Movimento Brasileiro de Alfabetização

MIT: Massachusetts Institute of Technology

NPP: Núcleo de Pesquisa e Publicações (EAESP-FGV-SP)

ONU: Organização das Nações Unidas

PUC-RJ: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC-SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PSDB: Partido Social Democrático Brasileiro

SUMOC: Superintendência da Moeda e do Crédito

SUDENE: Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

UnB: Universidade de Brasília

UNESCO: United Nations Education and Science Organization

UNICAMP: Universidade de Campinas

USAID: United States Agency for International Development

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

TELESP: Telecomunicações do Estado de São Paulo

2. OUTRAS SIGLAS UTILIZADAS

AR(n): Elemento auto-regressivo de ordem n

CEAG: Curso de Especialização em Administração para Graduados da FGV-SP.

EE: Estudos Econômicos

FAT: Fundo de Amparo ao Trabalhador

FSJ: Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração - EAESP-FGV-SP

FUNTEC: Fundos de Desenvolvimento Técnico-Científico

GNP: Gross National Product (Produto Nacional Bruto)

HPE: História do Pensamento Econômico

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano (ONU)

IGP: Índice Geral de Preços

IOF: Imposto sobre Operações Financeiras

IPA: Índice de Preços por Atacado

IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados

IVV: Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis

JEP: Journal of Economic Perspectives

JPE: Journal of Political Economy

MPhil: Master of Philosophy

ORTN: Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional

OTN: Obrigações do Tesouro Nacional

P&D: Pesquisa e Desenvolvimento

PAE: Departamento de Planejamento e Análise Econômica aplicado à Administração - EAESP-FGV-SP

PAEG: Plano de Ação Econômica do Governo

PIB: Produto Interno Bruto

PND: Plano Nacional de Desenvolvimento

PPE: Pesquisa e Planejamento Econômico

RBE: Revista Brasileira de Economia

REP: Revista de Economia Política

SIVAM: Sistema de Vigilância da Amazônia

UFIR: Unidade Fiscal de Referência

URV: Unidade Real de Valor

VI. BIBLIOGRAFIA SELECIONADA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, M. P. (org.) (1989) *A Ordem do Progresso - Cem anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989* Rio de Janeiro: Ed. Campus.
- Aldrighi, D. e C. Salviano Jr. (1990) “A grande arte: a retórica para McCloskey” *Anais do 18º Encontro da ANPEC, Brasília.*
- Allen, R. G. D. (1957) *Mathematical Economics* London: Macmillan & Co.
- Allen, R. G. D. e J. R. Hicks (1934) “A Reconsideration of the Theory of Value” *Economica*, Feb.
- Almeida, J. S. G. e L. G. Belluzzo (1989) “Enriquecimento e Produção” *Novos Estudos CEBRAP*, n. 23.
- Altman, F. (org.) (1995) *A Arte da Entrevista - uma antologia de 1823 aos nossos dias.* São Paulo: Scritta Editorial.
- Apel, K. O. (1973) *Transformation der Philosophie* Frankfurt.
- Arantes, P. (1993) *Um Departamento Francês de Ultramar.*
- Arida, P. e A. L. Resende (1986) *Inflação Zero, Brasil, Argentina e Israel* Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Arida, P. e A. L. Resende (orgs.) (1983) *Dívida Externa, Recessão e Ajuste Estrutural: O Brasil diante da crise.* Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Arida, P. (1981) “A Hipótese Estrutural na Teoria da Inflação: um Comentário” *Estudos Econômicos*, São Paulo: v. 11, n. 1, jan./mar., 1982.

Arida, P. (1982) “Estratégias de racionamento” Estudos Econômicos, São Paulo: v. 12, n. 1, jan./abr.

Arida, P. (1982) “Reajuste salarial e inflação” Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro: v. 12, n. 2, ago.

Arida, P. (1983) “Gastos militares e segurança nacional” Revista Brasileira de Economia, v. 37, n. 3, jul./set.

Arida, P. (1984) “A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica” in Rego (1991).

Arida, P. (1984) “Cournot: epistemologia e análise econômica (um ensaio didático)” Textos para Discussão, PUC-RJ, n. 69.

Arida, P. (1984) “Economic Stabilization in Brasil” Textos para Discussão, PUC-RJ, n. 84.

Arida, P. (1984) “Neutralizar a Inflação, uma Idéia Promissora” in Rego (1986).

Arida, P. (1985) “Macroeconomic Issues for Latin America” Textos para Discussão, PUC-RJ, n. 87.

Arida, P. (1985) “O Déficit Público: um Modelo Simples” Revista de Economia Política, v. 5, n. 4.

Arida, P. e A. Lara Resende (1984) “Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil” Textos para Discussão, PUC-RJ, n. 63.

- Arida, P. e A. Lara Resende (1984) “Recession and the Rate of Interest: a Note of the Brazilian Economy in the 1980’s” *Textos para Discussão*, PUC-RJ, n. 85, 1984.
- Arida, P. e A. M. da Silva (1982) *Política de Emprego*. São Paulo: FIPE, 1982.
- Arida, P. e E. L. Bacha (1984) “Balance of Payments: A Disequilibrium Analysis for Semi-industrialized Economies” *Journal of Development Economics*, v. 27 (1-2) out., p. 85-108.
- Arida, P. e M. P. Abreu, (org.), (1983) *Dívida Externa, Recessão e Ajuste Estrutural: o Brasil Diante da Crise*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2ª ed.
- Arida, P., (org.) (1986) *Inflação zero: Brasil, Argentina e Israel*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Aristóteles, (1987) *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Ed. Abril.
- Aron-Schnapper, D. e D. Hanet (1978) “Archives Orales et Histoire des Institutions Sociales” *Revue Française de Sociologie* (19).
- Arrow, K. J. (1962) “The Economic Implications of Learning by Doing” *Rev. Econ. Studies*. 29, jun.
- Arrow, K. J. e G. Debreu (1954) “Existence of Equilibrium for a Competitive Economy” *Econometrica*, jul.
- Assis, J. C. de e M. da Conceição Tavares (1985) *O Grande Salto Para o Caos: A Economia Política e a Política Econômica do Regime Autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

- Axelroad, R. (1984) *Evolution of Cooperation*. New York.
- Bacha, E. L. et alii (1972) “Análise governamental de projetos de investimento no Brasil: procedimentos e recomendações” *Coleção Relatórios de Pesquisa, IPEA-INPES*, n. 1.
- Bacha, E. L. (1970a) “Análise econométrica do mercado internacional do café e da política brasileira de preços” *Ensaio Econômico*, FGV-EPGE.
- Bacha, E. L. (1970b) “Uma nota sobre a entrada de capitais estrangeiros e as taxas de crescimento do produto” *Estudos Econômicos, IPE-USP*, v. 1, n. 2.
- Bacha, E. L. (1971a) *Análise Governamental de Projetos de Investimento no Brasil: Procedimentos e Recomendações*, 2ª ed., Rio de Janeiro: IPEA-INPES.
- Bacha, E. L. (1971b) “A entrada de capitais estrangeiros e as taxas de crescimento do produto: uma nota complementar” *Estudos Econômicos, IPE-USP*.
- Bacha, E. L. (1974) “Hierarquia e remuneração gerencial” *Estudos Econômicos, IPE-USP*, v. 4, n. 1, jan./abr.
- Bacha, E. L. (1976) *Os mitos de uma década: ensaios de Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Bacha, E. L. (1978) *Política econômica e distribuição de renda*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Bacha, E. L. (1982) *Análise Macroeconômica: um texto intermediário*. Rio de Janeiro: IPEA.

- Bacha, E. L. (1983) “Abertura financeira ao exterior: perspectivas latino-americanas” Série Fac-Simile, Programa Nacional de Pesquisa Econômica.
- Bacha, E. L. (1984a) “External shocks and growth prospects: the case of Brazil, 1973-1989” Texto para Discussão, PUC-RJ.
- Bacha, E. L. (1984b) “Latin America's debt: a reform proposal” Texto para Discussão, PUC-RJ.
- Bacha, E. L. (1984d) “Prólogo a la Tercera Carta del Brasil” El Trimestre Economico, v. 51 (203), jul./set.
- Bacha, E. L. (1985a) “Banco Mundial: um Memorando Brasileiro” Texto para Discussão, PUC-RJ, n. 102.
- Bacha, E. L. (1985a) Introdução à Macroeconomia: uma Abordagem Estruturalista. Rio de Janeiro: Campus.
- Bacha, E. L. (1985b) “Preliminary Notes on the Economic Strategy of the New Brazilian Government” Texto para Discussão, PUC-RJ, n. 110.
- Bacha, E. L. (1985c) “The future role of the International Monetary Fund in Latin America: issues and proposals” Texto para Discussão, PUC-RJ, n. 97.
- Bacha, E. L. (1986a) Milagro y la crisis: economia brasileña y latinoamericana México: Fondo de Cultura Economica.
- Bacha, E. L. (1986b) “A Inércia e o Conflito: o Plano Cruzado e seus desafios” Texto para Discussão, PUC-RJ, n. 131.

- Bacha, E. L. (1986c) “Debt, Stabilization and Growth: Brazilian-based reflections” Texto para Discussão, PUC-RJ, n. 139.
- Bacha, E. L. (1987a) “Moeda, inércia e conflito: reflexões sobre políticas de estabilização no Brasil” in Rego (1990a).
- Bacha, E. L. (1987c) “The design of IMF conditionality: a reform proposal” Texto de Discussão, IPE-USP, n. 2.
- Bacha, E. L. (1987d) “Do Acordo de Plaza à moratória técnica: os tortuosos caminhos da renegociação da dívida externa” Texto para Discussão, PUC-RJ, n. 158.
- Bacha, E. L. (1987e) “Escaping confrontation: Latin America's debt crisis in the late eighties” Texto para Discussão, PUC-RJ, n. 174.
- Bacha, E. L. (1987f) Introdução à Macroeconomia: uma perspectiva brasileira, 7ª ed., Rio de Janeiro: Campus.
- Bacha, E. L. (1987g) “Moeda, inércia e conflito: reflexões sobre políticas de estabilização no Brasil” Texto para Discussão, n. 181.
- Bacha, E. L. (1988a) “Latin America's debt crisis and structural adjustment: the role of the World Bank” Texto para Discussão, PUC-RJ, n. 198.
- Bacha, E. L. (1988b) “Latin America's economic stagnation: domestic and external factors” Texto para Discussão, PUC-RJ, n. 199.
- Bacha, E. L. (1988c) “Capturing the discount: towards a debt facility at the Bank and the Fund” Texto para Discussão, PUC-RJ, n. 197.

- Bacha, E. L. (1989a) "Debt crisis, net transfers, and the GDP growth rate of the developing countries" Texto para Discussão, PUC-RJ, n. 222.
- Bacha, E. L. (1989b) "A three-gap model of foreign transfers and the GDP growth rate in developing countries" Texto para Discussão, PUC-RJ, n. 221.
- Bacha, E. L. (1989c) "Alguns princípios para a reforma do sistema financeiro nacional" Texto para Discussão, PUC-RJ.
- Bacha, E. L. (1989d) "The Brady speech and the debt facility: an evaluation of policy alternatives for Latin America" Texto para Discussão, PUC-RJ, n. 224.
- Bacha, E. L. (1991) "The Brady Plan and beyond: new debt management options for Latin America" Texto para Discussão, PUC-RJ, n. 257.
- Bacha, E. L. (1992a) "Savings and investment for growth resumption in Latin America: the cases of Argentina, Brasil" Texto para Discussão, PUC-RJ, n. 285.
- Bacha, E. L. (1992b) Política brasileira do café: uma avaliação centenária. Rio de Janeiro: Marcelino Martins.
- Bacha, E. L. (1993a) "Latin America's reentry into private financial markets: domestic and international policy issues" Texto para Discussão, PUC-RJ, n. 299.
- Bacha, E. L. (1993b) "Selected international policy issues on private market financing for developing countries" Texto para Discussão, PUC-RJ, n. 298.
- Bacha, E. L. e D. D. Carneiro (1992) "Stabilization programs in developing countries: old trusts and new elements" Texto para Discussão, PUC-RJ, n. 290.

- Bacha, E. L. e H. S. Klein (orgs.) (1986) *Transição Incompleta: Brasil desde 1945*, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1986.
- Bacha, E. L. e L. Taylor (1971) "Foreign Exchange Shadow Prices: a Critical Review of Current Theories" *Quarterly Journal of Economics*, v. 85 (2), maio.
- Bacha, E. L. e P. S. Mallan (1984) "Brazil's debt: from the miracle to the Fund" *Texto para Discussão*, PUC-RJ, n. 80.
- Bacha, E. L. e R. E. Feinberg (1985) "The World Bank and structural adjustment in Latin America" *Texto para Discussão*, PUC-RJ, n. 100.
- Bacha, E. L. e R. Mangabeira Unger (1978) *Participação, Salário e Voto: Um Projeto de Democracia para o Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Bacha, E. L. e S. Edwards (1991) "Políticas públicas y desarrollo y ajuste de mercados de trabajo: Introducción" *El Trimestre Económico*, v. 58 (0), dez.
- Bacha, E. L., R. Lyrio e M. da Mata (1972) *Encargos trabalhistas e absorção de mão-de-obra: uma interpretação do problema e seu debate*. Rio de Janeiro: IPEA.
- Bachelier, J. (1900) "Théorie de la Speculation". Paris: *Annales de l'Ecole Normale Supérieure*.
- Barro, R. J. e X. Sala-i-Martin (1995) *Economic Growth*. New York: McGraw-Hill.
- Barros de Castro, A. e C. Lessa (1968) *Introdução à Economia - uma Abordagem Estruturalista*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária.

- Barros de Castro, A. e F. E. P. de Souza (1985) *Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Batista Jr., P. N. e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo (orgs.) (1992) *A Luta pela sobrevivência da Moeda Nacional: ensaios em homenagem a Dilson Funaro*, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Baulmol, W. (1952) "The Transaction Demand for Cash" *Quarterly Journal of Economics* 67, 4, nov.
- Belluzzo, L. G. (1984) *O Senhor e o Unicórnio*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Belluzzo, L. G. (1987) *Valor e Capitalismo, um ensaio sobre a Economia Política*. São Paulo: Ed. Bial.
- Belluzzo, L. G. "A Transfiguração Crítica" *Novos Estudos CEBRAP*, v. 24.
- Belluzzo, L. G. e J. S. Gomes de Almeida (1989) "Enriquecimento e Produção" *Novos Estudos CEBRAP*, v. 23, mar.
- Belluzzo, L. G. e L. A. Oliveira Lima (1977) "Lições de um Aprendiz de Feiticeiro" *Novos Estudos CEBRAP*.
- Belluzzo, L. G. e L. G. Coutinho, "O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós-guerra" *Novos Estudos CEBRAP*, v. 23.
- Belluzzo, L. G. e M. da Conceição Tavares (1981) "Ainda a Controvérsia da Demanda Efetiva: uma Pequena Intervenção" *Revista de Economia Política*, São Paulo: v. 1, n. 3, jul./set.

- Belluzzo, L. G. e M. da Conceição Tavares (1984) “Uma Reflexão sobre a Natureza da Inflação Contemporânea” in Rego (1986).
- Bianchi, A. M., (org.) (1991) Revisão da Crise, Metodologia e Retórica na História do Pensamento Econômico. São Paulo: Ed. Bernal.
- Bicchieri, C. (1988) “Should a Scientist Abstain from Metaphor?” in Klamer, McCloskey e Solow (1988).
- Bielschowsky, R. (1988) O Pensamento Econômico Brasileiro - O Ciclo Econômico do Desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: IPEA-INPES.
- Bier, A., L. Paulani e R. Messemberg (1986) Os Heterodoxos e o Pós-Moderno. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Black, F. and M. Scholes (1973) “The Pricing of Options and Corporate Liabilities” *Journal of Political Economy*, 81.
- Blaug, M. (1983) *Who’s Who in Economics: a Biographical Dictionary 1700-1981*. London: Wheatsheaf Books Ltd.
- Blaug, M. (1985) *Great Economists since Keynes*. London: Wheatsheaf Books Ltd., 1988.
- Borges, M. A., (1995) *Eugene Gudín: capitalismo e neoliberalismo*. Tese de Doutorado, PUC-SP.
- Bresser Pereira, L. C. (1962) “The Rise of Middle Class and Middle Management in Brazil” *Journal of Interamerican Studies*, jul.

- Bresser Pereira, L. C. (1968b) *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Bresser Pereira, L. C. (1970) *Estado e o Subdesenvolvimento Industrializado*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Bresser Pereira, L. C. (1972a) *Tecnoburocracia e Contestação*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Bresser Pereira, L. C. (1972b) *Mobilidade e Carreira dos Dirigentes das Empresas Paulistas*. São Paulo: Tese de Doutorado - FEA-USP.
- Bresser Pereira, L. C. (1975a) "O Modelo Harrod-Domar e a Substitubilidade de Fatores" *Estudos Econômicos*, v. 5, n. 3, set./dez.
- Bresser Pereira, L. C. (1975b) "A Economia do Subdesenvolvimento Industrializado". *Novos Estudos CEBRAP*, v. 14, out./dez.
- Bresser Pereira, L. C. (1977a) "Notas Introdutórias ao Modo Tecnoburocrático ou Estatal de Produção". *Novos Estudos CEBRAP*, v. 20, abr./jun.
- Bresser Pereira, L. C. (1977b) "A Partir da Crítica" *Novos Estudos CEBRAP*, v. 20, abr./jun.
- Bresser Pereira, L. C. (1978) *O Colapso de uma Aliança de Classes*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Bresser Pereira, L. C. (1981) "Inflação no Capitalismo de Estado" *Revista de Economia Política*, v. 1, n. 1.

Bresser Pereira, L. C. (1982) “Seis Interpretações sobre o Brasil” Dados - Revista de Ciências Sociais.

Bresser Pereira, L. C. (1986a) Economia Brasileira, uma Introdução Crítica. São Paulo: Ed. Brasiliense.

Bresser Pereira, L. C. (1986b) Lucro Acumulação e Crise - A Tendência Declinante da Taxa de Lucro Reexaminada. São Paulo: Ed. Brasiliense.

Bresser Pereira, L. C. (1989b) “Ideologias econômicas e democracia no Brasil” Estudos Avançados, IEA-USP, v. 3, n. 6.

Bresser Pereira, L. C. (1991) “Integração Latino-Americana ou Americana” Novos Estudos CEBRAP, n. 31, out.

Bresser Pereira, L. C. (1994) A Crise Fiscal do Estado. São Paulo: Ed. Nobel.

Bresser Pereira, L. C. (1995) Economic Crises and State Reform in Brasil, a Crisis of State Approach to Latin America. Lind Rainer Publishers.

Bresser Pereira, L. C. e Y. Nakano (1984) Inflação e Recessão. São Paulo: Ed. Brasiliense.

Bresser Pereira, L. C., J. M. Maravall e A. Przeworski (1993) Reformas Econômicas em Democracias Novas - Uma Abordagem Social-Democrata. São Paulo: Ed. Nobel.

Buchanan, J. M. (1995) “Economic Science and Cultural Diversity” Kyklos, fev. 48, Fasc. 2.

- Bulhões, O. G. (1990) Depoimento - Memória do Banco Central Programa de História Oral do CPDOC. Brasília: Divisão de Impressão e Publicações do Departamento de Administração de Recursos Materiais do Banco Central do Brasil.
- Caldwell, B. e Coats, A. W. (1984) "The Rhetoric of Economists: a Comment on McCloskey", *Journal of Economic Literature* 22.
- Caldwell, B. J. (1984) *Beyond positivism*. London: George Allen & Unwin Publishers.
- Campos, R. O. (1950) "Lord Keynes e a teoria da transferência de capitais" *Revista Brasileira de Economia*, v. 4, n. 2, jun.
- Campos, R. O. (1952) "Uma Interpretação Institucional das Leis Medievais da Usura" *Revista Brasileira de Economia*, v. 6, n. 2, jun.
- Campos, R. O. (1954) *Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos*. São Paulo: Fundação Getulio Vargas-EAESP.
- Campos, R. O. (1963) *Economia, Planejamento e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: APEC.
- Campos, R. O. (1965) *Política Econômica e Mitos Políticos*. Rio de Janeiro: APEC.
- Campos, R. O. (1966) "Inflação, desenvolvimento e políticas de estabilização" *Centros de Estudos do Boletim Cambial*, 1966.
- Campos, R. O. (1966) *A técnica e o riso*. Rio de Janeiro: APEC, 2ª ed.

- Campos, R. O. (1968) Do outro lado da cerca... três discursos e algumas elegias. Rio de Janeiro: APEC, 3ª ed.
- Campos, R. O. (1969) Ensaio contra a maré. Rio de Janeiro: APEC, 2ª ed.
- Campos, R. O. (1972) “Desenvolvimento econômico e político da América Latina - uma difícil opção”, Revista Brasileira de Economia, v. 26, n. 4, out./dez.
- Campos, R. O. (1984) “Ata da reunião do conselho de câmaras internacionais do comércio de São Paulo, por ocasião da palestra do senador R. O. Campos realizada no dia 07.05.84”. São Paulo: SCP, 1984.
- Campos, R. O. (1985) Além do cotidiano. Rio de Janeiro: Record, 2ª ed.
- Campos, R. O. (1994) A Lanterna na Popa - Memórias. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Campos, R. O. de O. (1963) Ensaio da história econômica e sociológica. Rio de Janeiro: APEC.
- Campos, R. O. e M. H. Simonsen (1975) Formas criativas no desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: APEC.
- Campos, R. O. e M. H. Simonsen (1979) A nova economia brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 3ª ed.
- Campos, R. O. Temas e sistemas. Rio de Janeiro: APEC, [s.d.].
- Campos, R. O., F. G. de Gomes e R. Gontijo (1970) Transamazônica. São Paulo: Ed. Brasiliense.

- Canabrava, A., (org.) (1984) História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo: FEA-USP.
- Cardoso de Mello, J. M. (1982) O Capitalismo Tardio. São Paulo: Ed. Brasiliense, 6ª ed. 1987.
- Cardoso, F. H. (1965) “El Proceso de Desarrollo en América Latina”.
- Cardoso, F. H. (1979) O Consumo da Teoria da Dependência nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Hucitec.
- Cardoso, F. H. e E. Faletto (1970) Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 5ª ed., 1979.
- Cardoso, I. de A. R. (1982) A Universidade da Comunhão Paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo. São Paulo: Ed. Cortez.
- Casali, A. (1989) Universidade Católica no Brasil: elite intelectual para restauração da Igreja. Tese de Doutorado, PUC-SP.
- Chacel, J. (1979) “Eugênio Gudín - o Professor”. in Kafka et alii (1979).
- Coats, A. W. (1992) “The Post-1945 Global Internationalization (Americanization?) of Economics”. São Paulo: FEA-USP - Texto para Discussão, n. 18
- Coe de Oliveira, N. (1966) “Escola de Pós-Graduação em Economia - EPGE - do Instituto Brasileiro de Economia - IBRE - da Fundação Getúlio Vargas - FGV: 4º Relatório Trimestral”. Rio de Janeiro: IBRE, mimeo.

Conceição Tavares, M. da (1973) *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado.

Conceição Tavares, M. da (1975a) *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaio sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

Conceição Tavares, M. da (1975b) “O Desenvolvimento Industrial Latino-Americano e a Atual Crise do Transnacionalismo”, *Estudos CEBRAP*, n. 13, jul./set.

Conceição Tavares, M. da (1978a) “O Movimento Geral de Capital: Um Contraponto à Visão da Auto-regulamentação da Produção Capitalista” *Estudos CEBRAP*, n. 25.

Conceição Tavares, M. da (1978b) *Ciclo e Crise*. Rio de Janeiro: Tese de Livre Docência.

Conceição Tavares, M. da (1979) “O Sistema Financeiro Brasileiro e o Ciclo da Expansão Recente” *Cadernos de Opinião*, n. 13, ago./set.

Conceição Tavares, M. da (1982) *A Economia Política da Crise: Problemas e Impasses da Política Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro: Achiamé.

Conceição Tavares, M. da (1983a) “A Crise Financeira Global” *Revista de Economia Política*, v. 3, n. 2, abr./jun.

Conceição Tavares, M. da (1987) “O Desequilíbrio Financeiro do Setor Público” *Boletim de Conjuntura, IEI-UFRJ*, v. 7, n. 4, nov.

Conceição Tavares, M. da (1991a) “Economia e Felicidade”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 30, jul.

- Conceição Tavares, M. da (1993) “O Caso do Brasil. As Tentativas Fracassadas de Estabilização” Boletim de Conjuntura, IEI-UFRJ, v. 13, n. 1, abr.
- Conceição Tavares, M. da e José L. Fiori (1993) (Des)ajuste Global e Modernização Conservadora. São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- Conceição Tavares, M. da e P. R. de Souza (1981) “Empregos e Salários na Indústria” Revista de Economia Política, v. 1, n. 1, jan./mar.
- Conceição Tavares, M. da, A. Barros de Castro e C. Lessa (1966) Introducción al Analisis Economico. Santiago do Chile: CEPAL.
- Costa, J. G. (1986) Pioneirismo a Serviço do Desenvolvimento Nacional. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Curado, I. (1994) “EAESP-FGV: Um passeio pelo labirinto”, Revista de Administração de Empresas, v. 34, n. 3, 1994.
- Cury, A. (1979) “Criação do Instituto de Economia Industrial”. Ofício do Diretor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ ao Decano do CCJE, mimeo.
- Delfim Netto, A. (1959) O Problema do Café no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getulio Vargas, 1979 (inicialmente publicada como tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo).
- Delfim Netto, A. (1962) Alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento econômico. São Paulo: FEA-USP.

Delfim Netto, A. (1966) “Oportunidades, os problemas e estratégias para melhorar, no Brasil, o treinamento Universitário em economia” Revista Brasileira de Economia, v. 20, n. 4, dez.

Delfim Netto, A. (1966) Planejamento para o Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Ed. Pioneira.

Delfim Netto, A. (1981) A Recuperação da Economia em 1980/81. Brasília: Imprensa Oficial.

Delfim Netto, A. (1981) Emprego na Indústria Começa no Campo. Brasília: SEPLAN.

Delfim Netto, A. (1982) A resposta do Ministro Delfim Netto às críticas à política econômica. Brasília: SEPLAN.

Delfim Netto, A. (1982) Política e Estratégia do Desenvolvimento Brasileiro. Brasília: Imprensa Oficial.

Delfim Netto, A. (1983) Delfim Explica a Maximização. Brasília: SEPLAN.

Delfim Netto, A. (1983) Delfim: o Brasil e a Crise Mundial de Pagamentos. Brasília: SEPLAN.

Delfim Netto, A. (1983) Exorcizado o “Fantasma” de 1984. Brasília: Imprensa Nacional.

Delfim Netto, A. (1983) Mudanças na Lei Salarial Protegem o Emprego do Trabalhador. Brasília: SEPLAN.

Delfim Netto, A. (1983) *Transigir: Aprendizado da Conveniência*. Brasília: Imprensa Nacional.

Delfim Netto, A. (1984) *Mudanças Estruturais da Economia no Governo Figueiredo*. Brasília: SEPLAN.

Delfim Netto, A. (1986) *Só o Político pode salvar o Economista*. Rio de Janeiro: Edição do autor.

Delfim Netto, A. e C. A. de Andrade Pinto (1965) *Café do Brasil: vinte anos de substituição no mercado internacional*. São Paulo, 1965.

Delfim Netto, A. e C. G. Langoni (1973) *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.

Delfim Netto, A. e L. M. B. de Freitas (1960) *Trigo no Brasil*. São Paulo: Associação Comercial de São Paulo.

Delfim Netto, A. et alii (1965) *Alguns Aspectos da Inflação Brasileira*. São Paulo: ANPES.

Dias de Moura, L. (1964) "As Universidade do Rio de Janeiro no IV Centenário da cidade" *Ciclo de Conferências Comemorativas do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro*.

Diaz-Alejandro, C. F. e E. L. Bacha (1981) "Mercados Financeiros Internacionais: uma perspectiva latino-americana" *Estudos Econômicos*, v. 11, n. 3, set./dez.

Domar, E. D. (1946) "Capital Expansion, Rate of Growth, and Employment" *Econometric*, 14, Apr.

- Durand, M. R. (1992) “Economistas e Elites Dirigentes no Brasil”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 20.
- Durand, M. R. e G. Lima (1994) “A Internacionalização da Economia” Revista de Economia Política, 55, v. 14.
- EAESP (1967) Inauguração da nova sede. São Paulo: FGV.
- Eatwell, J., M. Millgate e P. Newman (1991) The New Palgrave: The World of Economics. New York: Macmillan Press Limited.
- Ferreira, M. M. et alii (1994) Entre-vistas: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas.
- Ferreira, M. M. (1994) História Oral e Multidisciplinaridade. Rio de Janeiro: Diadorim.
- Fraga, M. D. e Siano, L. M. F. (1991) “A Idéia de Universidade na Reforma Universitária de 1968”, Revista de Administração Pública. jul./set. v. 25, 1991.
- Franco, G. H. B. (1992) Cursos de Economia - Catálogo de Lista de Leituras Oferecidas em Programas de Pós-Graduação em Economia no Brasil. PUC-RJ/ANPEC.
- Frank, R. (1992) “La mémoire et l’histoire”. Les Cahiers de l’IHTP (21):65.
- Frenkel, R. (1979) “Deciosines de Precios en Alta Inflación”, Desarrollo Económico, n. 75, Buenos Aires.
- Friedman, M. (1953) “The Methodology of Positive Economics” in Essays in Positive Economics. Chicago: University of Chicago Press.

- Friedman, M. (1956) *Studies in the Quantity Theory of Money*. Chicago: University of Chicago Press.
- Friedman, M. (1968) “The Role of Monetary Policy”. *American Economic Review*, March, 58.
- Friedman, M. e A. Schwartz (1963) *A Monetary History of the United States, 1867-1960*. Princeton: Princeton University Press.
- Furtado, C. (1959) *Formação Econômica do Brasil* Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- Furtado, C. (1981) “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste” *Novos Estudos CEBRAP*, v. 1, n. 1, dez.
- Furtado, C. (1984) “Crise e transformação na economia mundial” *Estudos Econômicos, IPE-USP*, v. 14, n. 1, jan./abr.
- Furtado, C. (1985) *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Furtado, C. (1989) *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Furtado, C. (1990) “Entre inconformismo e reformismo”. *Estudos Avançados, IEA-USP*, v. 4, n. 8.
- Furtado, C. (1991) *Ares do Mundo*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Furtado, C. (1992) “Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional” *Estudos Avançados, IEA-USP*, v. 6, n. 16, set./dez.
- Furtado, C. (1992) *A Construção interrompida*. São Paulo: Ed. Paz e Terra.

- Garzanti (1985) *La Nuova Enciclopedia del Diritto e dell'Economia*. Milano: Ed. Garzanti, 1990.
- Georgescu-Röegen, N. (1981) *Alguns Problemas de Orientação em Economia*. Edições Multiplic, EPGE-FGV, Rio de Janeiro.
- Gödel, K. (1964) "What is Cantor's Continuum Problem?" in Benacerraf, P. e Putnam, H., (orgs.) *Philosophy of Mathematics* - E. Cliffs Prentice-Hall.
- Goldeinstein, L. (1995) *Repensando a Dependência*. São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- Graciani, M. S. S. (1980) *O ensino superior no Brasil: um estudo sobre a estrutura burocrática da universidade pós-reforma*, Tese de Doutorado, PUC-SP.
- Gray, J. A. (1976) "Wage Indexation: a Macroeconomic Approach", *Journal of Monetary Economics* (2).
- Grolier (1995) *Multimedia Encyclopedia Grolier Electronic Publishing Inc.*
- Gudin, E. (1943) *Princípios de Economia Monetária* Rio de Janeiro: Agir, 1952.
- Gudin, E. (1967) "A Institucionalização da Inflação" *Digesto Econômico*. jan./fev. n. 163.
- Guia da Universidade do Brasil (1955) *Divisão de Documentação Estatística e Publicidade*.
- Gunder Frank, A. (1966) "The Development of Underdevelopment" in Rhodes (1970).

- Habermas, J. (1987) “Um perfil filosófico político: entrevista com Juergen Habermas” *Novos Estudos CEBRAP* n. 18, set.
- Habermas, J. (1987) *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.
- Habermas, J. (1989) *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (1990) *O discurso filosófico da modernidade*. Porto: D. Quixote.
- Harrod, R. F. (1939) “An Essay in Dynamic Theory” *Economic Journal*, 49, jun.
- Hicks, J. R. (1932) *The Theory of Wages* Macmillan, 1962.
- Hicks, J. R. (1937) “Mr. Keynes and the ‘Classics’” *Econometrica*, Apr.
- Hicks, J. R. (1939) *Value and Capital*. Oxford: Oxford University Press.
- Hirschman, A. (1979) “The Rise and Decline of Development Economics” in *Essays in Trespassing*, Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- Hirschman, A. (1984) “A Dissenter’s Confession: The Strategy of Development Revisited” in G. Meyer e D. Seers (1984).
- Hirschman, A. O. (1958) *The Strategy of Economic Development* New Haven: Yale University Press.
- Hirschman, A. O. (1968) “The Political Economy of Importing-Substituting Industrialization in Latin America” *Quarterly Journal of Economics*, 82 (1), Feb.
- Hobsbawm, E. (1995) *A Era dos Extremos: o Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Kafka et alii (1979) Eugênio Gudín Visto por seus Contemporâneos. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Kaldor, N. (1955) "Alternatives Theories of Distribution" in A. Targetti e A. P. Thirwall, (orgs.) *The Essential Kaldor*. London: Duckworth, 1989.
- Kaldor, N. (1963) "Capital Accumulation and Economic Growth" in F. A. Lutz e D. C. Hague, (eds.), *Proceedings of a Conference Held by the International Economics Associations*. London: Macmillan.
- Kaldor, N. (1985) "How Monetarism Failed". *Chalange*, May/Jun.
- Keynes, J. M. (1930) "A Treatise on Money" in *Collected Writings of John Maynard Keynes*. London: Ed. McMillan, 1971.
- Keynes, J. M. (1936) *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Ed. Abril Cultural - série "Os Economistas".
- Keynes, J. M. (1963) *Essays in Persuasion*. London: W. W. Norton & Co.
- Klamer, A. (1981) *New Classical Discourse: A Methodological Examination of Rational Expectations Economics*. Tese de Doutorado - Duke University.
- Klamer, A. (1983) *Conversas com Economistas*. São Paulo: Pioneira: Ed. da Universidade de São Paulo.
- Klamer, A. (1995) "A Rhetorical Perspective on the Difference Between European and American Economists". *Kyklos*, fev. 48, (2).
- Klamer, A. e D. Colander (1990) *The Making of an Economist*. San Francisco: Westview Press.

- Klamer, A., D. McCloskey e R. Solow (1988) *The Consequences of Economic Rhetoric*. Cambridge University Press.
- Koogan, A. e A. Houaiss (1993) *Enciclopédia e Dicionário Ilustrado*. Rio de Janeiro: Edições Delta.
- Krueger, A. O. (1974) “The Political Economy of Rent-Seeking Society”, *American Economic Review*, 64, jun.
- Krugman, P. (1991) “History versus Expectations” *Quarterly Journal of Economics*, 106(2), May.
- Kuhn, T. (1978) *A Estrutura das Revoluções Científicas*, São Paulo: Ed. Perspectiva.
- Lakatos, I. (1978) *A Lógica do Descobrimento Matemático - Provas e Refutações*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Lakatos, I. (1978) *Mathematics, Science and Epistemology*. Cambridge: CUP.
- Lamounier, B., Carneiro, D. e Abreu M. P. (1994) *50 anos do Brasil: 50 anos da Fundação Getulio Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas.
- Lara Resende, A. (1981) “Incompatibilidade distributiva e inflação estrutural” *Estudos Econômicos, IPE-USP*, v. 11, n. 3, set./dez.
- Lara Resende, A. (1984) “A moeda indexada: nem mágica nem panacéia” *Texto para Discussão, PUC-RJ*, n. 81.
- Lara Resende, A. (1984) “A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial” *Textos para Discussão, PUC-RJ*, n. 75.

Lara Resende, A. (1988) “Da inflação crônica à hiperinflação: observações sobre o quadro atual” Texto para Discussão, PUC-RJ.

Lara Resende, A. e F. L. Lopes (1980) “Sobre as causas da recente aceleração inflacionária” Nova Friburgo: Anais do VII Encontro Nacional de Economia, ANPEC.

Lara Resende, A. e F. L. Lopes (1983) “Inflação e balanço de pagamentos: uma análise quantitativa das opções de política econômica” Série Fac-Simile, Programa Nacional de Pesquisa Econômica, n. 1.

Leijonhufvud, A. (1992) “A vida entre os Econs” Edições Multiplic.

Levi, G. “Les usages de la biographie” Annales - Economie, Sociétés, Civilisations (6):1.325-36.

Lewis, A. W. (1954) “Economic Development with Unlimited Supply of Labor” in Agarwala e Singh, (org.) (1958) The Economics of Underdevelopment. New York: Oxford University Press.

Lopes, F. L. (1984) “Só um Choque Heterodoxo. pode Eliminar a Inflação” Economia e Perspectiva. São Paulo: CORECON. Reproduzido in Lopes (1986).

Lopes, F. L. (1986) O Choque Heterodoxo. Rio de Janeiro: Ed. Campos

Lucas, R. E. Jr. (1972) “Expectations and Neutrality of Money” Journal of Economic Theory, 4, Apr.

Lucas, R. E. Jr. (1975) “Equilibrium Model of the Business Cycle” Journal of Political Economy, Dec., 1983.

- Lucas, R. E. Jr. (1976) "Economic Policy Evaluation: a Critique" *Journal of Monetary Economics*, 1, Apr.
- Lucas, R. E. Jr. (1988) "On the Mechanics of Development Planning" *Journal of Monetary Economics*, 22(1), Jul.
- Macedo de Oliveira, E. (1974) "Instituições de Ensino Superior: centros de excelência acadêmica ou fábricas de profissionais?". *Revista de Administração Pública*. v. 8, n. 2, abr./jun.
- Maki, U. (1988) "How to Combine Rhetoric and Realism in the Methodology of Economics" *Economics and Philosophy*, 4.
- Mallan, P. e R. Bonelli (1976) "Os Limites do Possível: Notas sobre o Balanço de Pagamentos e a Indústria no Limiar da Segunda Metade dos anos 70" *Pesquisa e Política Econômica*, 6(2), ago.
- Malthus, T. (1798) *An Essay on the Principle of Population*. London: W. Pickering, 1986.
- Mancebo, D. (1995) *Da gênese utilitária aos Compromissos: uma história da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1950-1978*, Tese de Doutorado, PUC-SP.
- Mantega, G. (1984) *A Economia Política Brasileira*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Marshall, A. (1920) *Principles of Economics*. London, 1949.
- Martins, L. (1985) *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.

Marx, K. H. (1857) *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1982.

Marx, K. H. (1867) *O Capital*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

McCloskey, D. (1983) "The Rhetoric of Economics" *Journal of Economic Literature*, 21.

Mendonça de Barros, J. R. e A. C. Pastore (1972) "O Programa de Integração Social e a Mobilização de Recursos para o Desenvolvimento" *Estudos Econômicos*, IPE-USP, v. 2, n. 4.

Mendonça de Barros, J. R. e A. C. Pastore (1978) "A mobilidade de fatores e os aspectos distributivos do progresso tecnológico: um adendo" *Revista Brasileira de Economia*, v. 32, n. 4.

Muth, J. F. (1961) "Rational Expectations and the Theory of Price Movements" *Econometrica*, Jul.

Nagel, E. e Newman, J. R. (1973) *Prova de Gödel*. São Paulo: Ed. Perspectiva.

Nelson, C. R. e C. E. Plosser (1982) "Trends and Random Walks in Macroeconomic Time Series: Some Evidences and Implications" *Journal of Monetary Economics*, n. 10.

Nicoletto, M. A. (1986) *A Caminho da Lei 5840/68 - A participação de diferentes autores na definição da Reforma Universitária*, Tese de Doutorado, UFMG.

North, D. C. (1991) "Institutions" *Journal of Economic Perspectives*, 5(1) Winter.

- Olbrecths-Tyteca, L. e E. Griffin-Collart (1989) “Bibliographie de Chaim Perelman” Rev. Internationale de Philosophie, n. 127-128, Paris, J. Vrin.
- Orozco, E. M. L. (1994) Estudo de uma comunidade científica na área das ciências sociais: o caso do IFCH da UNICAMP, Dissertação de Mestrado, UNICAMP.
- Pasinetti, L. (1974) Growth and Income Distribution. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pastore, A. C. (1971) “A oferta de produtos agrícolas no Brasil” Estudos Econômicos, IPE-USP, v. 1, n. 3.
- Pastore, A. C. (1973) “Aspectos da política monetária recente no Brasil” Estudos Econômicos, IPE-USP, v. 3, n. 3, set./dez.
- Paulani, L. (1992) “Idéias sem Lugar: sobre a Retórica da Economia de McCloskey” Campos do Jordão: Anais do 19º Encontro da ANPEC.
- Peirce, C. S. (1986) Semiótica e Filosofia. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- Perelman, C. (1952) “Philosophies Premières et Philosophie Regressive” in Rhétorique et Philosophie. Paris: PUF.
- Perelman, C. e L. Olbrecths-Tyteca (1958a) La Nouvelle Rhetorique. Paris: PUF.
- Perelman, C. e L. Olbrecths-Tyteca (1958b) Traité de L’Argumentation. Paris: PUF.
- Perelman, C. e L. Olbrecths-Tyteca (1972) Raison éternelle, Raison historique Justice e Raison. Bruxelas: Ed. da Universidade de Bruxelas.

- Prado Jr., B. e M. J. Cass (1993) “A retórica da economia segundo McCloskey”
Revista Discurso, 22.
- Prado Jr., B. (1994) “O Relativismo como contraponto” in Caderno Mais!, Folha de
São Paulo, 26.06.94.
- Prado Jr., C. (1942) Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Ed.
Brasiliense, 1983.
- Prado, E. F. (1991) A Economia como Ciência. São Paulo: IPE-USP, 1991.
- Prebisch, R. (1949) “Desenvolvimento econômico da América Latina e seus
principais problemas” Revista Brasileira de Economia, 3(4), dez.
- Ramsey, F. (1928) “A Mathematical Theory of Saving” Economic Journal, 38, Dec.
- Rangel, I. M. (1962) Inflação Brasileira. 5ª ed. São Paulo: Ed. Bional, 1987.
- Rappaport, S. (1988) “Economic methodology: rhetoric or epistemology”
Economics and Philosophy, 4, v. 1.
- Rebelo, S. (1988) “Long Run Policy Analysis and Long Run Growth” Working
Paper, Rochester, New York: Univ. Rochester.
- Rego, J. M. (1989) “Retórica e a crítica ao método científico na economia:
sociologia do conhecimento versus a lógica da superação positiva” Fortaleza:
Anais do 17º Encontro da ANPEC, 1989.
- Rego, J. M. (org.) (1988) Algumas Experiências de Hiperinflação. Rio de Janeiro:
Ed. Paz e Terra.

- Rego, J. M. (org.) (1989) *Aceleração Recente da Inflação - A Teoria da Inflação Inercial Reexaminada*. São Paulo: Ed. Bial.
- Rego, J. M., (org.) (1986) *Inflação Inercial, Teorias de Inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Rego, J. M., (org.) (1990) *Inflação e Hiperinflação - Interpretações e Retórica*. São Paulo: Ed. Bial.
- Rhodes, R. I. (1970) *Imperialism and Underdevelopment: a Reader*. New York: Monthly Review Press.
- Ricardo, D. (1817) *On the Principles of Political Economy and Taxation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1951.
- Romer, P. (1990) "Endogenous Technological Change" *Journal of Political Economy*, 98(5), Oct.
- Rorty, R. (1979) *Philosophy and the Mirror of Nature*. Princeton, New Jersey.
- Rosemberg, A. (1988) "Economics is Too Important to Be Left to the Rhetoricians" *Economics and Philosophy*. 4 (1).
- Rosenstein-Rodan, P. N. (1943) "Problems of Industrialization in Eastern Europe and South Eastern Europe". *Economic Journal*, 53, Jun.
- Rostow, W. W. (1960) *The Stages of Economic Growth*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Russel, B. (1973) *My Philosophical Development*. London: Unwin Books.

- Russel, B. e A. Whitehead (1988) *Principia Mathematica*. Cambridge University Press.
- Samuelson, P. A. (1947) *Foundations of Economic Analysis*. Harvard: Harvard University Press.
- Sandroni, P. (1994) *Novo Dicionário de Economia*. São Paulo: Ed. Best Seller.
- Santaella, L. (1994) *A Assinatura das Coisas*. São Paulo: Ed. Imago.
- Sargent, T. (1978) “Estimation of Dynamic Labour Demand Schedules Under Rational Expectations” *Journal of Political Economy*, 86, Dec.
- Sargent, T. (1985) “O Final de Quatro Hiperinflações” in Rego (1986).
- Schultz, T. (1961) “Investment in Human Capital” *American Economic Review*, 51(1) Mar.
- Schumpeter, J. A. (1911) *The Theory of Economic Development*. Oxford: Oxford University Press, 1961.
- Schumpeter, J. A. (1934) *Capitalismo, Socialismo e Democrazia*. Milano: Comunità, 1955.
- Schwartzman (1984) *Tempos de Capanema*. São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- Serra, N. (1987) *Tecnologia e Desenvolvimento Econômico no Brasil: considerações sobre o papel dos institutos de pesquisa*, Tese de Doutorado, PUC-SP.

- Serva, M. (1990) “Contribuições Para uma Teoria Organizacional Brasileira”, Revista de Administração Pública v. 24, 1990.
- Silva Lima, E. J. da (1989) A Criação da UNICAMP - Administração e Relações de Poder numa Perspectiva Histórica, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da UNICAMP.
- Simonsen, M. H. (1966) “O ensino de Pós-Graduação em Economia no Brasil”. Rio de Janeiro: EPGE. Mimeo.
- Simonsen, M. H. (1970) Inflação: Gradualismo versus Tratamento de Choque. Rio de Janeiro: APEC.
- Simonsen, M. H. (1974) Macroeconomia. Rio de Janeiro: APEC.
- Simonsen, M. H. (1979) “Eugênio Gudín e a Teoria da Inflação”. in Kafka et alii (1979).
- Simonsen, M. H. (1980) “A Teoria da Inflação e a Controvérsia sobre Indexação” Estudos Econômicos, IPE-USP, v. 10, n. 2, maio/ago.
- Simonsen, M. H. (1981a) “Aversão ao Risco e Regidez Salarial” Revista Brasileira de Economia, v. 35, n. 1, jan./mar.
- Simonsen, M. H. (1981b) “A dinâmica da inflação com expectativas adaptativas” Revista Brasileira de Economia, v. 35, n. 3, jul./set.
- Simonsen, M. H. (1981c) Development in an Inflationary World. New York: Academic Press.
- Simonsen, M. H. (1983) Dinâmica Macroeconômica. São Paulo: Ed. McGraw-Hill.

- Simonsen, M. H. (1993) “O Princípio Federativo no Brasil”. Estudos Econômicos, v. 23, n. Especial.
- Simonsen, M. H. (1995) 30 Anos de Indexação. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getulio Vargas.
- Simonsen, R. C. (1939) A Evolução Industrial do Brasil. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais.
- Smith, A. (1776) An Inquiry into the Nature and the Causes of the Wealth of Nations. Oxford, 1976.
- Smith, A. (1977) Lectures on Rhetoric and Belles Lettre. Ed. J. C. Bryce. Oxford, 1977.
- Solnik, A. (1987) Os Pais do Cruzado Contam Porque Não Deu Certo. Porto Alegre: Ed. L&PM.
- Solow, R. M. (1956) “A Contribution to the Theory of Economic Growth” in J. Stiglitz e H. Usawa, (orgs.) Readings in the Theory of Economic Growth. Mass.: MIT Press, 1969.
- Solow, R. M. (1988) “Comments from Inside Economics” in A. Klammer, D. McCloskey e R. Solow, (eds.) (1988).
- Suzigan, W. (1986) Indústria Brasileira: Origens e Desenvolvimento. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Swan, T. W. (1956) “Economic Growth and Capital Accumulation” Economic Record (32), Nov.

- Taylor, J. (1978) “Staggered Wages Setting in Macro-Model”. American Economic Review, May.
- Taylor, J. (1980) “Aggregate Dynamics and Staggered Contracts”. Journal of Political Economy, Feb.
- Taylor, J. B. (1979) “Staggered Wage Setting in a Macro Model” American Economic Review, Papers and Proceedings.
- Taylor, L. e P. Arida (1988) “Long Run Income Distribution and Growth” in H. Chenery e T. N. Srinivasan, (orgs.), Handbook of Development Economics, Amsterdam: North Holland.
- Teixeira Vieira, D. (1963) Ensino e Pesquisa de Ciências Econômicas no Estado de São Paulo. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração da USP.
- Thirwall, A. P. (1983) “Foreign Trade Elasticity in Center Periphery Models of Growth and Development” Banca Nazionale Del Lavoro Quaterly Review, 36.
- Tobin, J. (1956) “The Interest Elasticity of the Transaction Demand for Cash” Review of Economics and Statistics. 38, Aug.
- Tobin, J. (1981) Diagnosing inflation: a taxonomy. New York: Academic Press.
- Tullock, G. (1980) “Rent-seeking as a negative sum game” in J. M. Buchanan, R. D. Tollison and G. Tullock (eds.) Toward a Theory of the Rent-seeking Society. College Station: Texas A&M University Press.
- Young, A. (1928) “Increasing Returns and Economic Progress” Economic Journal, 38, Dec.

**ANEXO: UMA SELEÇÃO DE PROGRAMAS DOS SEIS
CENTROS ESTUDADOS PODE SER OBTIDA JUNTO AO NPP
NO RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA**